



III SEMINÁRIO MARIAS

GÊNERO NA AMÉRICA
LATINA: CONTRIBUIÇÕES
DA ACADEMIA ÀS
POLÍTICAS PÚBLICAS



MARIAS IRI USP
Novembro 2022



Sobre o III Seminário MaRIas

Nos dias **7, 8 e 9 de novembro de 2022**, foi realizado, em formato virtual, o **III Seminário MaRIas – Gênero na América Latina: Contribuições da Academia às Políticas Públicas**. Essa é uma iniciativa das MaRIas, grupo de pesquisa em gênero e relações internacionais do IRI-USP. Desde 2020, temos organizado esse evento com o intuito de fortalecer os debates sobre gênero no campo das RI, promovendo um espaço rico de troca e reflexão entre pesquisadoras e pesquisadores de diferentes regiões do Brasil e da América Latina.

Políticas Públicas é o tema do ano de 2022 para as MaRIas. Anualmente escolhemos um recorte temático que guia as nossas atividades, os grupos de estudos, o Seminário e até as pesquisas desenvolvidas. Em 2022, nos propusemos a ampliar nosso diálogo para além da academia, e trazer à mesa de conversa a sociedade civil. Foram diversas atividades desenvolvidas em parceria com ONGs, membros do poder público e de organismos internacionais. Entendemos que só iremos construir um futuro melhor, quando todas as áreas do conhecimento puderem ter um espaço para expor suas ideias e contribuir umas com as outras. **Dessa maneira, o Seminário não se restringiu apenas à trabalhos que abordassem políticas públicas ou América Latina, afinal, o objetivo é ampliar e não limitar**. Buscamos, por meio desse seminário, construir juntas esse espaço de diálogo e conhecimento!

Esse documento compila os resumos expandidos dos trabalhos que fizeram parte desse evento. Foram realizados oito painéis temáticos, com participação de aproximadamente 40 pesquisadoras e pesquisadores de diferentes regiões do país:

Painéis de Graduação:

- Direitos Humanos e Justiça Social;
- Movimentos Feministas e de Mulheres;
- Políticas Públicas de Gênero na América Latina;
- Violência em Regiões de Conflito.

Painéis de Pós-Graduação:

- Direitos Sexuais e Reprodutivos e a Violência contra a Mulher;
- Migrações e Refúgio;
- Políticas Públicas e Gênero no Brasil;
- Segurança, Defesa e Estudos para a Paz.



Comissão Organizadora

Coordenação

Gabriela Aparecida de Oliveira
Mariane Monteiro da Costa

Comunicação, redes sociais e identidade visual

Beatriz Azevedo Coutinho
Estefany Santos
Thamires Cristina Vasques Durante

Apoio operacional

Ana Flávia da Cruz Montemor Cardoso
Giulia de Melo Oliveira
Kelly Komatsu Agopyan

Realização: MARIAS IRI-USP, São Paulo, 2022.



Agradecimentos às ministrantes de minicursos, palestrantes e debatedoras convidadas

Arthur Murta (Palestrante)
Beatriz Azevedo Coutinho (Minicurso e Debatedora)
Beatriz Galli (Debatedora)
Claudia Marconi (Debatedora)
Daniela Rezende (Debatedora)
Gabriela Aparecida de Oliveira (Minicurso e Debatedora)
Izadora do Monte (Debatedora)
Kelly Komatsu Agopyan (Minicurso e Debatedora)
Laura Costa (Palestrante)
Maria Eduarda Rossi (Minicurso)
Mariana Almeida Silveira Corrêa (Minicurso)
Natali Francine Cinelli Moreira (Minicurso)

Agradecimentos Institucionais

Diretoria do IRI-USP: Prof. Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari e Cristina Bonavita.
Coordenadora Institucional das MaRIas: Prof.^a Janina Onuki.

Sumário

PARTE I: GRADUAÇÃO	9
Painel: “DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA SOCIAL”	9
O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE E SEU USO PARA ANÁLISE DA JUSTIÇA SOCIAL NAS POLÍTICAS GLOBAIS	9
A OPERAÇÃO CONDOR E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA BARBÁRIE: A PERSEGUIÇÃO SISTEMÁTICA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS NAS DITADURAS LATINO-AMERICANAS	16
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E URUGUAI	23
Painel: “MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES”	31
FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR: A LUTA FEMININA COMO EIXO ESTRUTURANTE DO MOVIMENTO INTERNACIONAL LA VIA CAMPESINA .	31
POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES DAS PAUTAS FEMINISTAS NO BRASIL DO SÉCULO XXI.....	37
GÊNERO E AUTONOMIA PARA AS MULHERES CAMPONESAS: ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA.....	43
Painel: “POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA” .	49
PANORAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA VOLTADAS PARA MULHERES	49
O PAPEL DO GÊNERO NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: COMO A LENTE DE GÊNERO É MOBILIZADA NA AGENDA DE INTEGRAÇÃO E RESOLUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PERSPECTIVA SOCIAL NO MERCOSUL?	55
PUBLIC POLICIES ON INCOME TRANSFER IN SOUTH AMERICA: RECONSIDERING CITIZEN INCOME THROUGH GENDER TRANSVERSALITY	62



III SEMINÁRIO MARIAS
GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES DA
ACADEMIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS
07 a 10 de Novembro de 2022

Painel: “VIOLÊNCIA EM REGIÕES DE CONFLITO”	70
UM PANORAMA SOBRE O TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES NO BRASIL: O DESCASO DO PODER PÚBLICO E A ASCENSÃO DO TERCEIRO SETOR.....	70
“MULHERES DE CONFORTO” NO MASSACRE DE NANQUIM: O PROCESSO DAS MULHERES SEXUALMENTE ESCRAVIZADAS PELAS FORÇAS ARMADAS IMPERIAIS JAPONESAS.....	79
SILÊNCIO E INVISIBILIDADE: A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NAS BASES MILITARES NORTE-AMERICANAS EM OKINAWA (1947- 2016).....	85
ROMPENDO SILÊNCIOS PARA RESSIGNIFICAR A GUERRA: UM OLHAR PARA AS GUERRAS SILENCIOSAS SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES DO HAITI AO CONGO.....	91
PARTE II: PÓS-GRADUAÇÃO	101
Painel: “DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS”	101
DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NA AMÉRICA LATINA: REDES TRANSNACIONAIS DE GÊNERO E SEU PAPEL NA EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE LEGALIZAÇÃO E CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NA ARGENTINA E NO BRASIL (2010-2022).....	101
TRABALHO REPRODUTIVO NOS SISTEMAS DE PREVIDÊNCIA DO CONE SUL: COMO OS ESTADOS TÊM RECONHECIDO E RECOMPENSADO O TRABALHO FEMININO NÃO PAGO	109
O CONTROLE DE CORPOS NO PAÍS DA LIBERDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS ESTADUAIS PARA ABORTO NOS ESTADOS UNIDOS.....	118
Painel: “MIGRAÇÃO E REFÚGIO”	124
UMA ANÁLISE DA MIGRAÇÃO FEMININA SUL/SUL ATRAVÉS DAS LENTE DECOLONIAIS.....	124



III SEMINÁRIO MARIAS
GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES DA
ACADEMIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS
07 a 10 de Novembro de 2022

RECRIANDO LUGARES PARA SI: SOCIABILIDADE E AUTORRECONHECIMENTO DE MIGRANTES NÃO CIS-HETEROSSEXUAIS NO RIO DE JANEIRO	130
MULHERES VENEZUELANAS E VULNERABILIDADE: CONTORNOS DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL EM SERGIPE	136
Painel: “POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO NO BRASIL”	142
DANÇA TRADICIONAL INDIANA NA AMAZÔNIA, ECOFEMINISMO E CULTURAS DAS ÁGUAS COMO BEM COMUM.....	142
QUAIS AS IMPLICAÇÕES NAS REGULAÇÕES DE GÊNERO PARA A EDUCAÇÃO A PARTIR DO PROJETO ESCOLA CÍVICO MILITAR: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA.....	148
Painel: “SEGURANÇA, DEFESA E ESTUDOS PARA A PAZ”	152
ESTUDOS DE GÊNERO E CAMINHOS PARA A PAZ: UTILIZAÇÃO DAS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA ESCOLA FEMINISTA EM ESTUDOS DE SEGURANÇA	152
PAZ NÃO É SINÔNIMO DE MULHER: ANÁLISE DO PLANO NACIONAL DE AÇÃO BRASILEIRO A PARTIR DAS ÓTICAS FEMINISTAS INTERSECCIONAIS.....	161
#WOMENRISEUP4AFRIN:A ATUAÇÃO DAS UNIDADES DE DEFESA DAS MULHERES (YPJ) FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO DA OCUPAÇÃO TURCA EM ROJAVA.....	170
ENTRE A VÍTIMA E A AMEAÇA: A INTERSECCIONALIDADE GÊNERO- RAÇA EM PROCESSOS DE SECURITIZAÇÃO DO VÉU ISLÂMICO NO REINO UNIDO E NA FRANÇA	181
PROCESSOS IDENTITÁRIOS NO ESTADO-NAÇÃO MODERNO: A ESSENCIALIZAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E A OCULTAÇÃO DE PROCESSOS DE RACIALIZAÇÃO E GENERIFICAÇÃO.....	188



III SEMINÁRIO MARIAS

GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES DA
ACADEMIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS
07 a 10 de Novembro de 2022

PARTE I: GRADUAÇÃO

Painel: “DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA SOCIAL”

O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE E SEU USO PARA ANÁLISE DA JUSTIÇA SOCIAL NAS POLÍTICAS GLOBAIS

Ana Júlia Diniz Neves do Lago¹

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo central analisar o conceito de interseccionalidade, buscando compreender seus conceitos estruturantes para, então, investigar sua aplicação em meio às políticas desenvolvidas em nível global - as quais reverberam a nível nacional - visando o alcance da justiça social. Esse tema ganhou relevância nas últimas décadas devido a visibilidade que a interseccionalidade alcançou, tendo sido mais debatida dentro da academia e incluída em pautas sobre direitos humanos e políticas globais (COLLINS; BILGE, 2021). De tal modo, a pergunta central que orienta o desenvolvimento da pesquisa é: qual o alcance da interseccionalidade, enquanto ferramenta de análise investigativa e práxis crítica, nos estudos sobre neoliberalismo e identidade política?

Como objetivos mais específicos, em um primeiro momento, tem-se o destrinchamento dos contornos estruturantes da interseccionalidade. Em seguida há a análise e delineamento dos contornos do neoliberalismo e, posteriormente, da identidade política, para compreender as dinâmicas globais. Além disso, há a reflexão acerca da incorporação da interseccionalidade para a elaboração de políticas públicas.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e bolsista PIBIC (2021-2022). <http://lattes.cnpq.br/6522241861231731>



Isto posto, a interseccionalidade é mobilizada enquanto ferramenta de análise investigativa e *práxis* críticas para fornecer uma interpretação da realidade social que abarque toda a complexidade envolvida nas relações sociais e, a partir disso, pensar uma forma de ação política que combata as diversas formas de desigualdade e permita o alcance da justiça social. Sendo assim, a importância de investigar a aplicação desse conceito reside em possibilitar uma nova forma de pensar a dinâmica social e os múltiplos sistemas de poder nela contidos, de modo a considerá-los como interligados e relacionados.

Isso significa que os seres humanos experienciam diversas formas de opressão simultaneamente, as quais são responsáveis por moldá-los individual e coletivamente. Tendo isso em vista, teorias que pensam essa dinâmica através de apenas uma lente de análise são insuficientes para compreender de maneira plena toda a complexidade existente na coletividade social. Em outras palavras, é necessário compreender as relações de gênero, raça, classe, etnia, sexualidade, *status* migratório e outras mais como intrinsecamente relacionadas e, portanto, admitir que a sua solução depende da resolução de todas essas desigualdades de maneira conjunta. Nesse ponto reside sua incorporação nas políticas públicas, visando repensar aquelas que já são feitas e que, por vezes, acabam por reforçar opressões, e, por outro lado, indicar novos caminhos de resolução das desigualdades sociais por vias institucionais.

2 DESENVOLVIMENTO

A interseccionalidade é uma ferramenta de análise e *práxis* críticas que teve seu conceito formalmente cunhado por Kimberlé Crenshaw entre o final da década de 1980 e início da década de 1990. No entanto, é importante ressaltar que o cerne do pensamento interseccional, ou seja, a noção articulada de que as múltiplas opressões agem simultaneamente sobre os indivíduos, já era reivindicada antes disso por mulheres negras, as quais têm de lidar com as opressões de raça e gênero simultaneamente. Nesse sentido, isso pode ser atrelado ao contexto colonial das Américas, que antecede em séculos a formalização acadêmica, quando as relações de gênero, raça, classe e nação já eram mobilizadas pelas mulheres negras (AKOTIRENE, 2019). Posteriormente, enxergando as limitações do feminismo - que era dominado por mulheres brancas de classe média - e do movimento antirracista - no qual predominava o pensamento centrado nas necessidades dos homens que o compunham -, faz-se necessário



pensar uma linguagem que seja suficiente para abarcar as necessidades desse grupo marginalizado nas relações de gênero e raça.

Assim, considerando à efervescência dos movimentos sociais entre as décadas de 1960 e 1980 nos Estados Unidos da América, em que há a evocação dos principais conceitos que foram depois alocados no conceito de interseccionalidade, como desigualdade social, poder, relacionalidade, contexto social, complexidade e justiça social (COLLINS; BILGE; 2021, p. 90), Kimberlé Crenshaw cunha a terminologia “interseccionalidade” para designar essa forma de pensar. À vista disso, é importante evidenciar que o nascimento da interseccionalidade se dá no bojo do feminismo negro, e que, com o passar do tempo, essa ferramenta se expandiu para além das relações de gênero e raça, passando a abarcar todas as que forem necessárias, como classe, sexualidade, idade, capacidade, *status* migratório, religião, entre outras.

Portanto, a interseccionalidade consiste em uma ferramenta de análise investigativa e *práxis* críticas, de modo a atuar nessas duas frentes de maneira indissociável. Nesse aspecto, sua primeira face, a da investigação, consiste em propiciar uma análise conjuntural da situação específica em debate, considerando seus aspectos histórico-sociais e partindo da utilização de estruturas interseccionais. De tal modo isso é feito que promove-se um repensar de questões antes debatidas, ampliando e aprofundando os estudos que foram feitos. Por outro lado, enquanto ferramenta de *práxis*, a interseccionalidade é apresentada como mais do que um estudo, é uma forma de resolução de problemas (COLLINS; BILGE, 2021). Esses dois âmbitos são importantes para que, atuando juntos e de maneira crítica, proporcionem a aproximação da população e suas vivências com reivindicações políticas por seus direitos. Assim, a presença interseccional em movimentos sociais permite o engajamento dessas pessoas na ação política, o que é essencial na luta pelo alcance da justiça social.

Para compreender a inserção da interseccionalidade nas políticas globais e como atua sua análise da complexidade da realidade social é fundamental ancorá-la na conjuntura do capitalismo ou, mais especificamente em sua fase atual, do neoliberalismo. Nesse sentido, a definição aqui abordada para compreender essa dinâmica corresponde ao que foi proposto por Dardot e Laval, sendo, assim, a razão do capitalismo contemporâneo, composto por um “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17).



Esses mecanismos são responsáveis por intensificar as desigualdades sociais, o que é feito por meio da instituição violenta e subjetiva das relações de poder.

Isto posto, destaca-se que essas relações aplicadas sobre a população não recaem de forma igual, de modo que aqueles que estão sob sistemas interseccionais de poder sofrem com seus efeitos de maneira mais intensa. Dessa forma, não é possível compreender o neoliberalismo apenas na sua expressão de opressão de classe, mas também nos âmbitos de gênero, raça, capacidade, idade, *status* migratório, entre outros. Portanto, o papel da interseccionalidade aqui reside em dois âmbitos: investigar como esses sistemas de poder alocados no sistema capitalista provocam e intensificam desigualdades sociais e pensar em como combater simultaneamente essas opressões. Assim, o desafio atual das lutas sociais e, por extensão, do alcance da justiça social mirado pela interseccionalidade, consiste no combate à razão neoliberal (DARDOT, LAVAL, 2016, p.31).

É nesse contexto, também, que a emergência de identidades políticas como forma de resistência dos grupos oprimidos se faz essencial. Isso porque a organização em grupos não homogêneos que compartilham de múltiplas opressões possibilita coalizões políticas que reivindicam seus direitos através de uma luta coletiva. Com isso, “o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica promove entendimentos mais amplos das identidades coletivas e da ação política” (COLLINS; BILGE, 2021, p.188), o que traz benefícios tanto para essa identificação política quanto, em um movimento recíproco, a identidade beneficia a construção da interseccionalidade enquanto ferramenta de investigação e *práxis* críticas.

Tendo em consideração a estrutura da interseccionalidade e a dinâmica das políticas neoliberais que regem, em grande medida, as relações sociais em todo o globo, é de grande valia pensar a aplicação dessa ferramenta para o combate dos sistemas múltiplos de opressão e o alcance da justiça social. Assim, o pensamento interseccional já vem sendo incorporado nos debates acerca da desigualdade social, violência global, justiça ambiental e mudanças climáticas há algumas décadas e tem influenciado positivamente nessas questões, uma vez que pontuam a importância de abordar as relações de gênero, raça, classe, etnia, capacitismo, etarismo e outras (COLLINS; BILGE, 2021).

Dessa forma, pensar a interseccionalidade como instrumento para formulação de políticas públicas é interessante porque, como exposto, promove um repensar das políticas que

vêm sendo feitas até então e permite que novas sejam adotadas, de modo a reconhecer que os indivíduos sofrem com múltiplas opressões simultaneamente. Nesse sentido, é importante resgatar a pontuação de Crenshaw que afirma que políticas que tratam as diferentes formas de discriminação como problemas separados e não em sua complexidade emaranhada e relacional, representaram um fracasso enquanto tentativa de solução desses impasses. Isso acontece porque, tendo em vista uma interpretação interseccional, é impossível resolver uma questão de maneira isolada se ela está intrinsecamente ligada a tantas outras.

À vista disso, a pesquisa foi desenvolvida com base em uma metodologia qualitativa de análise de textos, realizando fichamentos e resenhas dos materiais lidos, valorizando uma análise crítica. Nesse sentido, a obra fundamental consistiu em *Interseccionalidade* (2021) de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, mas materiais complementares, como outros livros e artigos, foram de extrema importância. Assim, destacam-se dois artigos de Kimberlé Crenshaw, responsável por cunhar o termo interseccionalidade, *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color* (1991) e *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics* (1989) e a obra *A nova razão do mundo* (2017) de Christian Laval e Pierre Dardot.

Os resultados obtidos dessa análise indicam o grande e crescente potencial que o conceito de interseccionalidade tem como ferramenta de análise e *práxis* críticas em meio às políticas globais. Desse modo, sua compreensão plena abre horizontes para estudos mais aprofundados da conjuntura atual e, conseqüentemente, permite pensar em formas de ação política que combatam os múltiplos sistemas de opressão inseridos na lógica neoliberal de maneira conjunta e indissociável, sendo assim, mais eficiente do que olhar de forma fragmentada para as questões sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, com a estruturação de interseccionalidade e sua inserção no contexto de neoliberalismo e das identidades políticas, essa ferramenta se mostrou de grande valia e com significativo potencial de desenvolvimento e aplicação para resolução de problemas inseridos na complexidade da realidade social. É evidente que esse conceito ainda precisa de



maior consolidação e divulgação para além das fronteiras acadêmicas, no entanto, reconhecer o espaço que alcançou nas últimas três décadas é fundamental para compreender a dimensão de suas contribuições.

Palavras-chave: *Interseccionalidade; Opressões; Justiça social.*

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.

BILGE, Sirma. Quand l'intersectionnalité interpelle le développement. In: LEVY, Charmain; MARTINEZ, Andrea (orgs.). Genre, féminismes et développement: une trilogie en construction. Ottawa, Presses de l'Université d'Ottawa, 2019. p. 405-424.

BLACKWELL, Maylei; NABER, Nadine. Interseccionalidade em uma era de globalização as implicações da conferência mundial contra o racismo para práticas feministas transnacionais. **Revista Estudos Feministas**, 2002, v. 10, n. 1, pp. 189-198. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100012>>. Acesso em: 03 de fev. de 2022.

BOSE, Christine E. Intersectionality and Global Gender Inequality. **Gender and Society**, vol. 26, no. 1, 2012, pp. 67-72. Disponível em: www.jstor.org/stable/23212241. Acesso em: 20 maio 2021.

CARASTATHIS, Anna. Identity categories as potential coalitions. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 38, n. 4, p. 941-965, 2013.

CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé Williams; MCCALL, Leslie. Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis. **Signs**, v.38, n.4, 2013. p.917-940. Disponível em:<<https://www.jstor.org/stable/10.1086/669608?seq=1>>. Acesso em: 03 de fev. de 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica**. Boitempo Editorial, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v.1989, n.8, pp.139-167, 1989. Disponível em: <<http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf>>. Acesso em: 03 de fev. de 2022.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em 03 de fev. de 2022.

_____. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, vol.43, n.6, pp. 1241-1299, jul, 1991. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1229039>>. Acesso em: 03 de fev. de 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. Boitempo editorial, 2017

LÓPEZ, Nancy. Want Equity? Consider Establishing a statewide race, gender, class data policy consortium for social justice inquiry, research, policy and social justice praxis. **Race, Gender & Class**, v. 23, n.1-2, pp.132-149, 2016. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.2307/26529194>>. Acesso em 03 de fev. de 2022.

MACIEL, Lucas de Oliveira. A interseccionalidade de Carla Akotirene e o marxismo: Apontamentos críticos a partir de Marx, Lukács e Chasin. **Práxis Comunal**, v. 2, n. 1, pp.126-150, jan-dez, 2019.

MACHADO, Bárbara Araújo. Interseccionalidade e marxismo: encontros e desencontros para o estudo do movimento de mulheres negras no Brasil. 2018. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/site/iassc/GT6/GT6-04-Barbara.pdf>>. Acesso em 03 de fev. de 2022.

MACKINNON, Catharine A.. Intersectionality as Method. **Signs**, vol. 38, n. 4, pp.1019-1930, 2013. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.1086/669570>>. Acesso em 03 de fev. de 2022.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado escuro da modernidade, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 32, 94, 2017.

MOHANTY, Chandra Talpade. Transnational Feminist Crossings: On Neoliberalism and Radical Critique. **Signs**, Chicago, vol. 38, n. 4, pp. 967-991, 2013.

OXFAM. Working for the few: Political Capture and Economic Inequality. 178 Oxfam Briefing Paper, 20 jan 2014. Disponível em: <https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/bp-working-for-few-political-capture-economic-inequality-200114-en_3.pdf>. Acesso em: 03 de fev. de 2022

PURDIE-VAUGHNS, Valerie; EIBACH, Richard P. Intersectional invisibility: The distinctive advantages and disadvantages of multiple subordinate-group identities. **Sex roles**, v. 59, n. 5, p. 377-391, 2008.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. In: Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p.777-832.

WALBY, Sylvia. *et al.* Intersectionality: Multiple Inequalities in Social Theory. **Sage Publications**, vol.46, n.2, pp.224-240, abr, 2012. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/43497253>>. Acesso em: 03 de fev. de 2022.

A OPERAÇÃO CONDOR E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA BARBÁRIE: A PERSEGUIÇÃO SISTEMÁTICA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS NAS DITADURAS LATINO-AMERICANAS

Bruna Dalmas Araujo Paula²

1 INTRODUÇÃO

As ditaduras latino-americanas, que se instalaram entre as décadas de 1970 e 1990, evidenciaram o sistema bipolar que dominava as relações internacionais, tendo, como líderes, os Estados Unidos de um lado, e a União Soviética de outro. Com o crescente temor por parte das elites políticas de um fortalecimento de grupos sociais pautados pelas ideologias marxistas, optou-se, portanto, pela implementação de golpes civis-militares para resguardar a ordem e os conceitos liberais predominantes no Ocidente (MUNCK; LUNA, 2022). A aliança firmada por meio da Operação Condor, em especial entre Argentina, Chile e Uruguai, com participação cautelosa por parte do Brasil, serve para evidenciar um alto grau de comprometimento para com a instalação de um plano que se pauta, principalmente, no terrorismo de Estado (DINGES, 2012; FILHO, 2011).

Conforme demonstra Reis (2010), o cerne do projeto social orquestrado pelas ditaduras latino-americanas estava na imagem da família tradicional. Ao mesmo tempo, famílias inteiras que, embora se encaixassem no ideal tradicional, não compactavam com as ideologias impostas pelos militares, acabaram sendo exaustivamente perseguidas por todo o território da América do Sul e, muitas vezes, além dele. Ademais, destacam-se projetos desenvolvidos para o rapto e a apropriação de crianças, muitas que até hoje permanecem com o *status* de desaparecidas, como forma de punição à família. A destinação dessas crianças era, na maior parte das vezes, os próprios militares ou pessoas próximas a eles (QUADRAT, 2003).

Em vista do exposto, o presente trabalho visa compreender e discutir os métodos de atuação das agências repressoras em face à perseguição sistemática nos países envolvidos na Operação Condor. Por conseguinte, foram elencados objetivos específicos, que são 1) compreender o desenrolar dos golpes civis-militares nos países envolvidos na Operação

² Pós-graduanda em Direitos Humanos e Direito Internacional pela UniAmérica Centro Universitário, bacharel em Comércio Exterior pela Universidade do Vale do Itajaí.

Condor; 2) analisar o papel das figuras femininas nos grupos de oposição, com destaque à figura de Flávia Schilling e Lilián Celiberti; e 3) entender quais foram as abordagens direcionadas às mulheres e crianças por parte dos grupos responsáveis pela repressão.

Como justificativa, o presente trabalho se faz relevante uma vez que busca compreender, dentro da análise de gênero, a repressão destinada às mulheres e crianças no Cone Sul. Além disso, buscou-se compreender como a falta de mobilização, seja no âmbito civil, midiático e/ou jurídico, excluiu a discussão sobre os diversos tipos de violência vivenciados por esses grupos entre os anos ditatoriais. Por fim, a pesquisa busca incentivar a discussão de como a falta de políticas públicas destinada às vítimas acaba acarretando em um lento apagamento de suas vivências.

Como tese principal, o trabalho entende que, embora documentos e relatos demonstrem, em parte, que os grupos repressores desenvolveram métodos específicos para a tortura, prisão e execução de mulheres, atrelado ao método de rapto de crianças, a falta de quantificação de depoimentos, bem como a impunidade ‘social’ dos responsáveis diretos, dificulta a compreensão e mobilização social para com as mulheres e crianças vítimas no Cone Sul.

Por fim, para atingir o resultado esperado na tentativa de comprovar a tese proposta, optou-se pela pesquisa bibliográfica e análise documental, em especial os relatórios produzidos pelas Comissões da Verdade, o projeto “Brasil: nunca mais”, os livros escritos por Flávia Schilling e as entrevistas dadas por ela e Lilián Celiberti.

2 DESENVOLVIMENTO E REVISÃO DE LITERATURA

Organizado pela Direção de Inteligência Nacional (DINA) do Chile, no ano de 1975, a Operação Condor foi um esforço multilateral para o emparelhamento das ditaduras civis-militares na América Latina, que tinha, como maior objetivo, a eliminação da ideologia comunista e a defesa da sociedade ocidental e cristã em plena Guerra Fria (BAUER, 2007; SOUZA, 2011). Tendo, inicialmente, a participação de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, as fases do plano de repressão em conjunto contaram com o auxílio e a orientação da inteligência estadunidense, representada pelo constante diálogo com a *Central Intelligence Agency (CIA)* e o *Federal Bureau of Investigation (FBI)*.

Conforme destaca Souza (2011), a Operação Condor instaurou um período de pânico na oposição política nos países da América Latina. A atuação dos governos em território estrangeiro, todavia, foi amplamente orquestrada somente ao longo da Fase Três³ da Operação. Como forma de reprimir eventuais membros da oposição que se refugiavam em outros países – sendo vizinhos ou não – e seguiam ativos na militância contra o regime ditatorial, operações especiais, em grande parte orquestradas pela Argentina, Chile e Uruguai, foram coordenadas com Estados parceiros como forma de capturar esses indivíduos e os direcionarem de volta ao país de origem (BINI, 2015).

Um caso de atuação dos envolvidos na Condor em território estrangeiro deve ser destacado: o sequestro dos uruguaios Lilián Celiberti, seus dois filhos, Camilo (9 anos) e Francesca (3 anos), e Universindo Rodríguez Dias, no dia 12 de novembro de 1978, em Porto Alegre. O caso de Celiberti e Rodríguez Dias demonstra a organização para a caça aos opositores entre países, nesse caso, entre Brasil e Uruguai, bem como a prática da violência direcionada à Lilián, utilizando seus dois filhos como método de tortura psicológica. (REIS, 2010).

O plano para o sequestro dos quatro, entretanto, foi frustrado pela emboscada feita por Celiberti, que havia sido capturada pela manhã. Visando a proteção de seus filhos, Lilián convenceu os militares que a sequestraram a retornar ao seu apartamento, numa tentativa de prender os líderes do *Partido por la Victoria del Pueblo (PVP)*, que eram aliados da mesma. Ao mesmo tempo, essa contactou a escritora Faustina Elenira Severino, como forma de proteger as crianças, que seriam posteriormente sequestradas durante a tarde. Na tentativa de impedir o rapto, dois jornalistas, Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco, foram avisados de supostas ações suspeitas no apartamento de Celiberti, e acabaram presenciando a prisão dos quatro, passando a organizar uma forte cobertura midiática a partir de então (TRINDADE, 2009; SILVA, 2011). Ainda assim, o paradeiro dos capturados não foi revelado, e as crianças ficaram reféns dos militares por treze dias, sendo posteriormente entregues aos seus avós. Padrós (2005) relata que ao longo do período em que estiveram detidos-desaparecidos, Camilo e Francesca

³ A Operação Condor foi organizada em três grandes fases, conforme explica Dinges (2005) e Bini (2015). A primeira tratava-se da troca de informações a respeito dos opositores; a segunda buscou a efetivação de ações contra tais opositores; e a terceira estendia-se à atuação no exterior, em especial países fora da América Latina, em busca de opositores. As fases, entretanto, não ocorriam necessariamente em sequência.

foram amplamente utilizados como método para facilitar a cooperação de Lilián Celiberti, que, na visão dos militares uruguaios, tinha contato direto com a liderança do PVP.

Ao analisar a história de Flávia Schilling, enxerga-se outra face da repressão direcionada especialmente às mulheres. Capturada no ano de 1972 por suspeita de pertencer ao grupo *Tupamaros*, organização de forte resistência ao regime ditatorial uruaio, Flávia ficou oito anos na penitenciária de Punta Rieles, no Uruguai. Schilling, entretanto, foi uma das ‘selecionadas’ para a condição de refém, um método de tortura psicológica desenvolvido pelo regime no Uruguai. A tortura peculiar que cerceava a condição de refém estava ligada, principalmente, ao discurso que, caso algum atentado ou ato de violência ocorresse contra os militares uruguaios, em qualquer localidade, tais presos nessas condições seriam os primeiros a serem assassinados como forma de vingança (ROSA, 2009).

Os métodos de resistência de Flávia foram as cartas que enviava aos familiares, sendo essas posteriormente publicadas em dois livros: *Querida Família* (1978) e *Querida Liberdade* (1980). Em um de seus escritos, Schilling relata como o sentimento de exaustão era algo muito característico ao longo dos três anos de cárcere como refém, já que, assim que ela se acostumava com a nova rotina, os militares a transferiam para uma nova localidade. Dentre as principais práticas direcionadas aos presos que se enquadravam nesse *modus operandi*, considerados pela inteligência uruaia como altamente perigosos, estavam: o regime de calabouço, a incomunicação, agressões verbais, simulações de fuzilamento, ameaças de estupro, agressões físicas, provocações diárias e as transferências constantes sem nenhum aviso prévio, tanto a ela quanto aos seus familiares e advogados (SILVA, 2009).

Schilling foi liberada no ano de 1980, após ampla cobertura midiática no Brasil e forte pressão política para que ela retornasse ao país. O ativismo coletivo buscava, por meio da mobilização, evitar que ela se tornasse mais uma pessoa na lista de desaparecidos. Posteriormente, Flávia se tornou voz ativa no que concerne às suas vivências na prisão, bem como o entendimento acerca do contexto ditatorial como um todo (SILVA, 2009).

As constantes violações de direitos humanos podem ser compreendidas por meio dos relatos de Flávia e Lilián, e, em especial, os métodos desenvolvidos para punir mulheres, que envolviam abusos sexuais e violências psicológicas expressadas em ameaças aos familiares das presas, em especial aos seus filhos (TRINDADE, 2009). A tentativa de salvação da família



tradicional e da ordem neoliberal estabelecida ao longo da Guerra Fria deu-se, portanto, partindo da perseguição à própria família tradicional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou demonstrar que o lastro de violência cometida contra as mulheres não ficou restrita a elas, mas envolveu, direta ou indiretamente, suas respectivas famílias – filhos, pais, irmãos e cônjuges (JOFFILY, 2010). Além disso, comprovou-se a tese inicialmente proposta, onde, por meio de documentos oficiais e relatos de vítimas, ficou evidente que certos métodos de tortura contra as mulheres foram desenvolvidos exclusivamente para elas, envolvendo a violência de gênero, em grande parte traduzida por meio do abuso sexual. Ainda de acordo com Joffily (2010), embora existam relatos de homens que também foram violados sexualmente, os documentos oficiais são capazes de evidenciar que, para eles, tal violência visava ferir o seu papel social como homem, atingindo a sua masculinidade; já com a mulher, o abuso sexual traduzia-se como um modo de dominação, tendo os seus algozes, majoritariamente homens, sendo donos de seus corpos durante o período em que essas se encontravam em cativeiro. O domínio perante às presas políticas traduzia-se, portanto, como uma tortura física e psicológica para elas, e uma conquista para os torturadores.

Quanto às crianças, destaca-se o método desenvolvido pela Argentina, onde mulheres grávidas eram movidas separadamente e, após o parto, eram separadas de seus filhos. Frequentemente, tais crianças foram distribuídas ilegalmente aos militares envolvidos na repressão ou pessoas próximas a eles; já as mães, poucas sobreviveram (TRINDADE, 2009).

Dessa forma, conclui-se que a sub-representação ao analisar a transnacionalidade do terrorismo de Estado praticado durante os anos de Operação Condor, faz-se ainda mais visível no que tange aos acontecimentos durante a ditadura contra mulheres e crianças. O fortalecimento da memória pós-ditadura, fundamental para a conscientização coletiva sobre os acontecimentos do passado visando evitá-los no futuro, conforme exemplificado por Joffily (2010), acaba sendo prejudicado especificamente quando falamos sobre tais grupos, já que, além de dados escassos, não há o fomento de políticas e discussões públicas para compreender as diversas violações de direitos humanos que foram causadas a eles. Dessa maneira, como forma de incentivar a reflexão coletiva acerca do assunto, faz-se necessário o fortalecimento

dos relatos das vítimas, em especial Flávia Schilling e Lilián Celiberti, citadas na presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. 41. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014. 312 p. ISBN 978-8532600301.
- BINI, Thaís Bertozzi. *Operação Condor: a participação brasileira*. Orientador: Prof. Hermes Moreira Junior. 2015. 56 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos* / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1996 p.
- CELIBERTI, Lilián; GARRIDO, Lucy. *Meu quarto, minha cela*. Porto Alegre: L&PM, 1989.
- CONTOS sombrios do Uruguai: como mães e avós buscam por vítimas da Guerra Fria*. Global Voices, [S. l.], p. 1, 27 out. 2021. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2021/10/27/contos-sombrios-do-uruguai-como-maes-e-avos-buscam-por-vitimas-da-guerra-fria/>. Acesso em: 11 out. 2022.
- DINGES, John. *The Condor Years: How Pinochet And His Allies Brought Terrorism To Three Continents*. [S. l.]: The New Press, 2005. 332 p. ISBN 978-1565849778.
- FILHO, Pio Penna. *Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX): O elo perdido da repressão*. Revista do Arquivo Nacional, São Paulo, v. 21, ed. 2, p. 79-92, 2011. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/296>. Acesso em: 11 out. 2022.
- FLÁVIA é libertada de prisão uruguaia*. Memorial da Democracia, [S. l.], p. 1, 14 abr. 1980. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/flavia-e-libertada-de-prisao-uruguaia>. Acesso em: 12 out. 2022.
- JOFFILY, Mariana. *Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991)*. Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 2, ed. 1, p. 111-135, 2010. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1861>. Acesso em: 11 out. 2022.
- MUNCK, Gerardo L.; LUNA, Juan Pablo. *Latin American Politics and Society: A Comparative and Historical Analysis*. [S. l.]: Cambridge University Press, 2022. 658 p. v. 3. ISBN 1108477313, 9781108477314.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. 2005. 433 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6149>. Acesso em: 12 out. 2022.

QUADRAT, Samantha Viz. *O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul*. SCIELO: Caderno de História, São Paulo, v. 22, ed. 2, p. 167-181, 2003. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-90742003000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/LhrksbGhkbvXGhGbZstjfs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2022.

REIS, Ramiro José dos. *2.5.3 Ratonera em Porto Alegre*. In: REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um Porto não muito alegre*. Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. p. 183.

REIS, Ramiro José dos. *Lilián, Camilo e Francesca Celiberti: uma família uruguaia na mira do Condor em Porto Alegre*. *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*, Porto Alegre, v. 3, p. 205-216, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-1/VOLUME3_revista_e_ampliada.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

ROSA, Susel Oliveira da. *Flávia Schilling e a escrita de si como dispositivo de resistência*. São Paulo, v. 15, 2009. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/susel2.htm>. Acesso em: 13 out. 2022.

SCHILLING, Flávia. *Querida Liberdade*. São Paulo: Global Editora, 1980.

SCHILLING, Flávia. *Memória da resistência ou a resistência como construção da memória*. *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*, Porto Alegre, v. 3, p. 141-178, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-1/VOLUME3_revista_e_ampliada.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA, Diego Scherer da. *A missivista, a prisão e a resistência: as estratégias e táticas nas cartas de Flávia Schilling (Uruguai, 1972-1980)*. Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt. 2011. 49 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SOUZA, Fabiano Farias de. *Operação Condor: terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas*. AEDOS: Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 1-15, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/12769>. Acesso em: 11 out. 2022.

TRINDADE, Tatiana. *O papel materno na resistência à ditadura: o caso das mães de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling*. Orientador: Prof. Dr. Carla Simone Rodeghero. 2009. 53 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E URUGUAI

Irina Lima Martinez⁴

Myllena Sawczuk Krejci⁵

Anna Carletti⁶

1. Introdução

Dentre as inúmeras formas de violência que são praticadas contra as mulheres, uma das mais recorrentes é a obstétrica, que tornou-se naturalizada na contemporaneidade apesar dos esforços conjuntos de diversos coletivos, movimentos e organizações que buscam dar visibilidade a tal causa. O objeto de estudo do presente trabalho são os reiterados casos de violência obstétrica que acontecem diariamente no Brasil e no Uruguai. Ainda que estes dois Estados tenham sistemas de seguridade social e saúde estáveis, que buscam atender as necessidades da sociedade dentro de suas possibilidades, é possível verificar que os dados que remetem a esse tipo de violência são alarmantes. Segundo a Fundação Perseu Abramo, uma em cada quatro mulheres brasileiras é violentada de alguma forma em seu parto. Dentro do espectro teórico das relações internacionais, as questões que envolvem gênero e os inúmeros desdobramentos que as mesmas causam tem se tornado cada vez mais presentes nos debates e feito parte de agendas pertinentes. Deste modo, entende-se a questão obstétrica como algo que mesmo afetando as mulheres na sua individualidade, ao mesmo tempo afeta a coletividade na medida em que a busca de soluções em nível estatal, bem como a tentativa dos países de melhorar sua imagem através de dados sobre essa violência sofrendo diminuição. Dada a relevância da pauta apresentada, visa-se averiguar, através de dados e estatísticas, a frequência com a qual ocorre a prática de tal violência além das iniciativas em termos de saúde pública que ambos os países utilizam na tentativa de erradicá-la. Do mesmo modo, analisar e comparar os dispositivos *jus puniendi* para o trato deste tipo de crime.

⁴ Discente do 5º semestre de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa. Contato: myllena.krejci.aluno@unipampa.edu.br.

⁵ Discente do 5º semestre de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa. Contato: irinamartinez.aluno@unipampa.edu.br.

⁶ Pós-doutora em Ciência Política (UFRGS). Docente da Universidade Federal do Pampa. Contato: annacarletti@unipampa.edu.br

2. Objetivos

- Promover uma abordagem teórica da violência obstétrica como um todo.
- Compreender o panorama da violência obstétrica no Brasil
- Compreender o panorama da violência obstétrica no Uruguai.

3. Metodologia

No que tange à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza aplicada e exploratória mediante revisão bibliográfica onde consultar-se-ão notícias, dados oficiais governamentais, artigos científicos e a legislação penal de ambos países no que refere ao assunto (lei, doutrina e jurisprudência). Portanto, o cerne da pesquisa é compreender: de que forma as políticas públicas no Brasil e no Uruguai estão combatendo a violência obstétrica que atinge as mulheres nos dois países?

4. Justificativa

Este trabalho justifica-se em vista do alto índice de casos de violência obstétrica registrados (e também os que acabam não sendo levados a registro) visando compreender a forma e a repercussão de tal questão no cenário internacional, dada a notoriedade da pauta de gênero que cada vez mais integra prioritariamente a agenda de estratégia e defesa dos países.

5. Desenvolvimento

5.1 Violência obstétrica: abordagem teórica

Em um primeiro momento, cabe apresentar o que é a violência obstétrica propriamente dita. Para isso, é necessário compreender a quem afeta a referida violência, como se efetiva, contra quem é praticada e por quem. Para isso, torna-se pertinente apresentar o conceito de violência obstétrica apresentado por Trajano e Barreto (2021), citando a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher:

A violência de gênero é aqui entendida como aquela formulada pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, que a



define como: “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público quanto privado” (TRAJANO, BARRETO, 2021, p.2).

É um tipo de violência que caracteriza-se por ser praticada por profissional da saúde, contra a integridade física, emocional e também da capacidade decisória da gestante ou parturiente. Vale salientar também que, a violência obstétrica tipificar-se-á em distintas ações e distintos momentos como a gestação, o parto em si, e o pós parto (puerpério).

Entretanto, o conceito de violência obstétrica surge pela primeira vez na Venezuela, conforme elencado por Gallardo apud Villanueva quando diz:

Respecto a la inclusión de la violencia obstétrica a nivel normativo, en el contexto global: “el primer caso de reconocimiento institucional de violencia obstétrica se dio en Venezuela, con la aprobación el 25 de noviembre de 2006 de la Ley Orgánica sobre el Derecho de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia, la cual es un referente para las legislaciones que surgieron posteriormente en la Región” (Villanueva, 2016, 12).

Um questionamento patente, partindo de um olhar da luta de gênero, é a tentativa de compreensão (e por conseguinte, repúdio) de: “como chegou-se ao ponto de institucionalizar esse tipo específico de violência?” Ainda Gallardo (2022) apud Brigidi, explica e clama sobre que o cerne da questão não deve ser como chamamos a violência obstétrica mas sim, como a mesma se desenvolve em níveis epistemológicos e axiológicos.

5.2 Violência obstétrica no Brasil

Dados fornecidos pela Fiocruz apontam que 88% dos partos realizados em instituições privadas no Brasil são cirúrgicos. Este dado é motivo extremo de alarme tendo em vista que, a OMS (Organização Mundial da Saúde) recomenda que este índice seja de 15%. Por mais que, alguns casos exigem tal intervenção devido à riscos com justificativa científica, a maior parte ocorre sem a mesma, o que é preocupante visto que um estudo liderado pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs), da Fiocruz Bahia, e publicado na PLOS Medicine mostra que o risco de mortalidade infantil cresce 25% em casos onde há cesáreas consideradas desnecessárias. Esse e outros tipos de danos à gestante que se encaixam como violência obstétrica são de uma recorrência alarmante.

Como exposto por Dorneles:

Na legislação brasileira, a violência obstétrica ainda não encontra uma normatização específica. Essa lacuna acaba por gerar diversas críticas, uma vez que os casos dessa



natureza tem sido cada vez mais evidenciados nos hospitais e clínicas. A cada dia, mais mulheres são vítimas desse tipo de agressão (Dorneles, s/p, 2022).

Partindo de um olhar do Direito Civil, temos o instituto da responsabilidade civil, que no caso de erro médico deve verificar-se a imperícia, imprudência e negligência. Conforme nos ensina Dornelles (2022):

Com base nisso, compreende-se que os profissionais de saúde que tenham feito algum ato de violência obstétrica podem ser responsabilizados civilmente pelos prejuízos causados às vítimas. Para a justiça brasileira, enquadra-se essa situação em erro médico.(...) O profissional nesses casos é responsabilizado tanto na esfera civil quanto na esfera penal. Além disso, há a possibilidade de aplicação de sanções administrativas do Conselho Federal de Medicina, que a depender da gravidade do dano, pode resultar na proibição do exercício da profissão. Como exemplo, encontra-se a Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) de nº 1931, de 17 de setembro 2009, que em seu texto promulga as instruções pelos quais os médicos devem se guiar no exercício de sua profissão.

Desde uma perspectiva do Direito Penal, não há uma figura típica específica para este tipo de crime. Entretanto, existem outras que possam se encaixar. Com estas colocações em vista, no caso brasileiro, cabe destacar que a penalidade para tais casos, dentro do Direito Penal brasileiro vem passando por aumento gradual, o que se mostra positivo e gera jurisprudência para que tais violências não saiam impunes.

A boa notícia é que, em website do senado, em onze de Agosto de 2022 foi publicada a notícia do projeto de lei 2.082/2022, da senadora Leila Barros (PDT-DF) que propõe a tipificação do referido tipo de violência atribuindo a prévia conduta

(...)pena de detenção que pode variar de três meses a um ano. Mas caso a vítima tenha idade inferior a 18 anos ou superior a 40 anos — faixas em que o prejuízo pode ser maior para a mulher —, a punição será agravada, podendo chegar a dois anos de prisão.O texto altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) para definir violência obstétrica como "qualquer conduta que seja direcionada à mulher durante o trabalho de parto, parto ou puerpério, praticada sem consentimento, desrespeitando sua autonomia ou feita em desacordo com procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e que lhe cause dor, dano ou sofrimento desnecessário.

O projeto de lei citado anteriormente não tem como pauta apenas elementos *ius puniendi*, também inclui na sua redação pontos sobre a implementação de políticas públicas como adicionar a lei 8080 de 1990 (SUS) a promoção de ações e campanhas que possibilitem o combate a este tipo de violência institucionalizada.

No que tange às políticas públicas para a pauta, destaca-se o Programa de Humanização do pré-natal e nascimento que foi instituído pelo Ministério da Saúde em 2002. Tal cartilha legisla com o objetivo primordial de “assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da



qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério às gestantes e ao recém-nascido, na perspectiva dos direitos de cidadania” (BRASIL, 2002, p. 5). Outro programa existente no Brasil, mais recente e que segue a mesma linha é o Rede Cegonha que dentre os objetivos “visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério” (BRASIL, 2011). Tais programas são vitórias no cenário brasileiro porém, se mostram ainda muito escassos como exposto por Siqueira (2021), quando postula que este ainda é um tema pouco viabilizado na agenda governamental do Brasil.

5.3 Violência Obstétrica no Uruguai

É nítida e de notória relevância o histórico Uruguaio no que tange às políticas de gênero e de tentativa de igualdade e equidade de gênero. Visando apresenta-las de forma muito breve, destacar-se-ao o sufrágio feminino que data-se a 3 de Julho de 1927 concretizando como o primeiro país da América Latina onde as mulheres pudessem votar (CORTE ELECTORAL URUGUAYA), ou anos mais tarde a despenalização do aborto que concretizou-se enquanto lei específica versando sobre a interrupção voluntária da gravidez que é a lei 18.987. A mesma entrou em vigor no ano de 2012, durante a presidência de José Mujica, fazendo com que os artigos 325 e 325 bis do código penal deixassem de ser aplicados. Continuando nessa mesma linha de pensamento, eis que nos deparamos com a lei 19.580, promulgada em dezembro de 2017 e publicada em Janeiro de 2019, que versa sobre a violência contra a mulher baseada em gênero e que tipifica no seu artigo sexto, as formas de violência compreendidas como manifestações de violência em detrimento da questão de gênero. A referida abrange mulheres de toda idade, mulheres trans, de diversas orientações sexuais e não as distingue nem por seu contexto socioeconômico, crença, cultura, origem- étnico racial dentre outros aspectos. Para esta pesquisa, a mais relevante e importante é a alínea h, que descreve especificamente sobre a violência obstétrica. A mesma caracteriza a violência obstétrica enquanto forma de violência como sendo: “toda ação, omissão ou padrão de conduta do pessoal da saúde nos processos reprodutivos de uma mulher, que afete a sua autonomia para decidir livremente sobre o seu corpo ou abuso de técnicas e procedimentos invasivos” (URUGUAI, 2017, lei 19.580, tradução nossa).

No que refere aos últimos dados coletados pelo INE(Instituto Nacional de Estadística) do país, podemos ler em Gallardo que: “Para finalizar, de acuerdo a la Segunda Encuesta Nacional de Prevalencia sobre Violencia basada en Género y Generaciones: “entre las mujeres de 15 años y más que tuvieron algún parto, el 17,4% reporta haber vivido situaciones de violencia obstétrica durante el último parto o cesárea...” (INE, 2019, 63).”(GALLARDO, 2022, p. 27)

Ainda dentro de todo o panorama, pode-se avaliar como um número significativo, mas que apresenta melhoras.

6. Conclusão

São louváveis as iniciativas em ambos países, ampliando seu arcabouço jurídico a fim de aumentar a proteção da gestante em uma situação tão delicada e única como é o parto. Em termos de políticas públicas, apreciam-se os feitos.

Entretanto, os dados registrados mostram que a incidência do supracitado ato de violência ainda é altíssimo e conduzem a acreditar que cada vez mais importam a previsão legal para este tipo de crime bem como a implementação de políticas públicas que de fato sejam efetivas para assim tutelar a vida, integridade e liberdade das mulheres em todos os âmbitos mas no caso específico, no que tange aos seus direitos sexuais e reprodutivos. A violência obstétrica não se limita somente a ser uma pauta de saúde pública e também de gênero, mas está muito atrelada à agenda de seguridade e defesa dos países. É plausível neste contexto elencar que em 2015, a agenda 2030 inclui metas para serem cumpridas no prazo de quinze anos. Dentro destas, encontram-se as ods (objetivos de desenvolvimento sustentável) onde a 3.1 e 3.7 são conexas de tal forma que:

Dentro de este ods las siguientes metas dan marco al tema de la SSyR: ods 3.1 Para 2030, reducir la tasa mundial de mortalidad materna a menos de 70 por cada 100.000 nacidos vivos ods 3.7: Para 2030, garantizar el acceso universal a los servicios de salud sexual y reproductiva, incluidos los de planificación de la familia, información y educación, y la integración de la salud reproductiva en las estrategias y los programas nacionales. El Consenso de Montevideo es el acuerdo regional resultado de la I Conferencia Regional de Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe, llevada a cabo en la ciudad que da nombre al acuerdo en 2013. Se propone avanzar aún más de lo planteado en el Programa de Acción de El Cairo, especialmente en lo relacionado con los derechos sexuales y reproductivos.(STAPFF, RIEPPI, 2019 , p.13)

Isto serve para comprovar que, no contexto latinoamericano, ainda que de forma muito lenta e por vezes despretensiosa, já reconhece-se este tipo de violência como uma meta compreendendo a saúde sexual e reprodutiva como eixos principais que garantiram o alcance a saúde e o desenvolvimento integral da sociedade como um todo.

Atenta-se ainda, para a urgência de discussão da temática na medida em que, no Brasil recentemente vários casos relativos a tal violência foram difundidos por conhecidos veículos midiáticos. Entre eles, destaca-se o da influenciadora digital Shantal, que durante o parto de sua filha mais nova em Setembro de 2021, teve que ouvir insultos inenarráveis do médico Renato Kalil além de ter informações íntimas vazadas pelo mesmo para o pai da criança e para outras pessoas, configurando violência obstétrica. Outro ocorrido que chocou o país recentemente, no ano de 2022, foi o do médico anestesista Giovanni Quintella, que aproveitava da vulnerabilidade causada pela sedação de suas vítimas para abusá-las. O mesmo foi pego em flagrante pela equipe de enfermagem que após suspeitas, filmaram-o estuprando uma mulher em seu parto. Tendo o exposto em vista, é notório que a temática integra as pautas de gênero em níveis interestatais, tornando-se relevante sua análise dentro das Relações Internacionais. Apesar de ser um problema que atinge as mulheres como indivíduos, a forma como os Estados lidam com essa causa, seja no âmbito jurídico ou no de políticas públicas, pode ser passível e é até mesmo de necessária repercussão.

REFERÊNCIAS

URUGUAI. Decreto N° 375/012 de 22 de Novembro de 2012. Ley sobre interrupción voluntaria del embarazo. Ley del aborto. **Registro Nacional de Leyes y Decretos:** seção 1, ano 2012, p.1125, 22 de Outubro de 2012. Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/18987-2012>

CORTE ELECTORAL. **Creación y evolución.** Disponível em: https://www.corteelectoral.gub.uy/institucional/creacion_y_evolucion#:~:text=El%203%20de%20julio%20de,Treinta%20y%20Tres%20o%20Durazno. Acesso em: 09 out. 2022.

URUGUAI. Lei N° 19580 de 11 de novembro de 2019. Ley de violencia hacia las mujeres basada en género. modificación a disposiciones del código civil y código penal. **Registro Nacional de Leyes y Decretos:** seção 1, ano 2019, p.2212, 09 de Janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19580-2017>

KLERING, Nathalia M. et al. **Obstetric violence and medical education:** answering "Who Is Afraid of Obstetric Violence?". Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil [online]. 2021, v. 21, n. 1 [Acesso em 09 de Outubro de 2022] , p. 345-346. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/1806-93042021000100018>>. Epub 31 May 2021. ISSN 1806-9304.
<https://doi.org/10.1590/1806-93042021000100018>.

TRAJANO, Amanda Reis e BARRETO, Edna Abreu. **Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde**: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online]. 2021, v. 25 [Acesso em 09 de Outubro 2022], e200689. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.200689>>. Epub 17 Set 2021. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/interface.200689>.

AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS. **Tese faz análise histórica da violência obstétrica no Brasil**. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/tese-faz-analisehistorica-da-violencia-obstetrica-nobrasil#:~:text=No%20Brasil%2C%20estudo%20da%20Fundação,figuram%20como%20os%20mais%20frequentes>. Acesso em: 10 out. 2022.

AGÊNCIA BRASIL. **Anestesista Giovanni Quintella é indiciado por estupro de vulnerável**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2022-07/anestesista-giovanni-quintella-e-indiciado-por-estupro-de-vulneravel>. Acesso em: 10 out. 2022. PAIS&FILHOS. **Shantal se pronuncia após sofrer violência obstétrica durante parto da filha**. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/familia/shantal-sepronuncia-apos-sofrer-violencia-obstetrica-durante-parto-dafilha/#:~:text=A%20influenciadora%20Shantal%20sofreu%20viol%C3%A9ncia%20obst%C3%A9trica%20durante%20o,teria%20elogiado%20o%20parto%20durante%20os%2030%20dias..> Acesso em: 10 out. 2022.

SENADONOTÍCIAS. **Proposta pune violência obstétrica com até dois anos de detenção**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/11/proposta-pune-violenciaobstetrica-com-ate-dois-anos-dedetencao#:~:text=O%20texto%20altera%20o%20C%C3%B3digo,desacordo%20com%20procedimentos%20estabelecidos%20pelo>. Acesso em: 9 out. 2022.

SIQUEIRA, José Cláudio Lima de et al. **Violência obstétrica: políticas públicas para prevenção e reparação**. 2021.

DUARTE, Romina Gallardo. **Violencia obstétrica en Uruguay**: Un enfoque de género y bioético. *Dilemata*, n. 37, p. 17-31, 2022.

TRAJANO, Amanda Reis; BARRETO, Edna Abreu. **Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto**. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, 2021.

GALLARDO, R. D. (2022). **Violencia Obstétrica en Uruguay**. Un enfoque de género y bioético. *Dilemata*, (37), 17–31. Disponível em: <https://www.dilemata.net/revista/index.php/dilemata/article/view/412000445>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humanização do parto**. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde: **Rede Cegonha**. Brasília, 2011.

Painel: “MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES”

FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR: A LUTA FEMININA COMO EIXO ESTRUTURANTE DO MOVIMENTO INTERNACIONAL LA VIA CAMPESINA

Beatriz Moreira de Oliveira⁷

1 INTRODUÇÃO

Decorrente do esforço de coadunação exercido pelos diversos movimentos nacionais dedicados à defesa dos direitos sobre a terra, pela soberania alimentar e em firme contraponto ao neoliberalismo vigente, cria-se o movimento internacional La Via Campesina (LVC), em 1993. Assumindo franca posição contra-hegemônica, em um contexto de liberalização das políticas internacionais, é contra as ações predatórias do capital que se localizam as pautas do movimento, incorporando organizações de povos indígenas, camponeses, trabalhadores rurais com e sem terras, dentre outras associações por todo o globo.

Enquanto parte de uma pesquisa iniciada em agosto de 2021 – a qual resultou na publicação do texto “Terra, Comida, Dignidade e Vida: a luta feminina como eixo estruturante da Via Campesina”, no site do Núcleo Estudantil Feminista de Relações Internacionais (NEFRI) –, este trabalho visa sistematizar levantamentos mais aprofundados realizados acerca da atuação feminista no marco do movimento campesino internacional, pretendendo reforçar a inserção da temática nos estudos sobre gênero e Relações Internacionais. Assim, objetiva-se analisar de que modo tem se dado a construção teórico-prática do Feminismo Camponês e Popular, na qualidade de “um feminismo refletido e construído a partir da própria realidade das mulheres do campo, pautado na identidade da luta dos seus movimentos sociais rurais” (CHEHAB; CARVALHO, 2020, p.158), além de explorar os mecanismos de institucionalização desses preceitos.

Para tanto, a metodologia utilizada é a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), à qual se recorreu durante a revisão bibliográfica dos documentos disponibilizados pelo movimento em

⁷ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). <https://lattes.cnpq.br/2898689815519504>.

seu *site* oficial (como declarações de conferência, cartilhas e informes), bem como de produções acadêmicas atuais voltadas ao tema investigado. Em particular, ao abordar o Feminismo Camponês e Popular, foram preferidas como referências as mulheres militantes e/ou dirigentes de movimentos camponeses, cujas produções acadêmicas foram divulgadas entre os anos de 2017 a 2021.

2 VIA CAMPESINA E A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

Conhecido por ser um “movimento de movimentos”, a Via Campesina é um ator internacional contra-hegemônico indispensável na articulação das diversas entidades sociais engajadas na luta pelos direitos fundiários atuantes em todas as partes do globo. Por meio das Declarações de Managua (Nicarágua, 1992) e de Mons (Bélgica, 1993), fundou-se como “uma iniciativa campesina autônoma, destinada a desenvolver propostas alternativas ao modelo neoliberal, a partir das particularidades de cada organização participante e da situação política, econômica, social e cultural que enfrenta” (LVC, 1993). Suas bandeiras centrais são a defesa da soberania alimentar, da reforma agrária, da agroecologia e, mais recentemente, do feminismo camponês e popular.

Devido a seu caráter pluralista, a Via Campesina representa milhões de camponeses e pequenos agricultores, migrantes, trabalhadores rurais, sem-terras, comunidades indígenas e grupos de jovens e mulheres. Atualmente, contempla mais de cento e oitenta organizações, oriundas de África, Ásia, Europa e das Américas; incidindo politicamente em governança e espaços de negociação em nível global, regional e local. Além disso, as formações pautadas na educação popular são fundamentais ao movimento, ao consolidar a dinâmica agroecológica como caminho ideal para a soberania alimentar (LVC, 2021a).

Ainda que a participação das mulheres seja marcante desde a fundação da Via Campesina, será somente em 2017 que o movimento assumirá, de fato, seu viés feminista. Até lá, fizeram-se necessárias diversas mobilizações das mulheres – especialmente das latino-americanas, no âmbito da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC)⁸ – para que as pautas de gênero fossem tidas como igualmente valorosas e não-

⁸ “A Cloc é uma articulação de movimentos sociais ligados à pauta rural, que nasceu durante (...) a “Campanha de 500 anos de resistências indígenas, campesina, negra e popular”. (...) Hoje, a Cloc é composta por 84 organizações



concorrentes em relação à luta camponesa e, a partir disso, serem firmadas as bases de um feminismo camponês e popular. Inclusive, uma das principais contribuições dessa articulação será justamente a internalização da igualdade de gênero como indispensável para a superação da sociedade de classes (CALAÇA, CONTE, CINELLI, 2018; SANTOS, BETTO, 2021).

Nesse ensejo, convém destacar os principais pontos de incidência feminina na Via Campesina Internacional, no que diz respeito à institucionalização das pautas suscitadas, a começar por 1996. Naquele ano, realizou-se a II Conferência Internacional em Tlaxcala (México), quando foram aprovados os critérios de paridade de gênero para a composição do Comitê de Organização Internacional (ICC, na sigla em inglês), bem como foi instituída a Assembleia de Mulheres. De 2000 em diante, tendo como marco a Carta da III Conferência Internacional (Bangalore, Índia), todas as reuniões internacionais de La Via Campesina passaram a ser acompanhadas da Assembleia de Mulheres, além de ter havido mudanças estruturais que permitissem a equidade da participação feminina nos órgãos dirigentes do movimento (LVC, 2021b).

Nas conferências seguintes, realizadas no Brasil (2004) e em Maputo (2008), empreenderam-se esforços para a construção e lançamento da Campanha Global “*End Violence Against Women*” (IDEM, 2021). Schwendler (2020) defende que as diretivas adotadas pela V Conferência de Maputo, em se tratando do combate à violência contra a mulher, são tão ousadas e relevantes quanto a própria campanha pela Soberania Alimentar, importante alicerce do movimento camponês internacional.

Entretanto, apesar da participação ativa das mulheres em todas as áreas de influência da Via Campesina e da adesão de suas propostas à estrutura organizacional, verifica-se que a entidade até então não se reconhecia como feminista. Para Schwendler (2020), é possível identificar três principais fatores para tal, sendo eles:

- 1) embora as práticas e posturas dos movimentos de mulheres do campo trouxessem presente uma lógica feminista, havia uma negação do feminismo, considerado pequeno-burguês;
- 2) a visão majoritária da esquerda, presente nos movimentos sociais de campo, era de que a emancipação da mulher e as mudanças nas relações de gênero seriam uma consequência da transformação do modo de produção, por meio de um projeto socialista;
- 3) apesar de significativas mudanças, a teorização do feminismo

de 21 países da América Latina e Caribe (CLOC, 2018), sendo a principal e maior organização de camponeses do continente latino-americano e faz parte da *La Via Campesina Internacional*.” (CALAÇA, 2021, p.42).



tem sido marcada fortemente por uma visão eurocêntrica, urbano-industrial, em que as questões étnico-raciais e, principalmente, a forma de organização e luta das mulheres quilombolas, camponesas, indígenas, ocupam um espaço marginal (SCHWENDLER, 2020, p.144).

Outras autoras como Calaça, Conte e Cinelli (2018) e Seibert (2017), ao analisarem a ressalva das camponesas em se assumirem feministas, ratificam como justificativa plausível a noção compartilhada de que as demandas apresentadas pelo feminismo liberal, urbano e eurocêntrico seriam insuficientes para contemplá-las. Diante de tal conclusão, durante a V Assembleia de Articulação de Mulheres da CLOC⁹, em 2015, serão traçados os horizontes de um “feminismo com identidade própria (a camponesa) e de construção coletiva (popular)” (BARBOSA, 2019, p.202). Finalmente, em 2017, a partir da V Assembleia de Mulheres da Via Campesina Internacional, ocorrida no País Basco, o “movimento de movimentos” se compromete em expandir globalmente a proposta de consolidar um Feminismo Camponês e Popular; além de torná-lo eixo estruturante da luta pela justiça no campo.

No *fazer-teorizar* do Feminismo Camponês e Popular, é fundamental compreender a luta feminista por um viés transversal entre gênero, raça e classe; uma vez que é considerado inadequado desvincular suas demandas da realidade particular a que estão submetidas cada uma de suas militantes. Ademais, para as mulheres camponesas, sua emancipação e a garantia de sua sobrevivência depende do enfrentamento direto ao uso de pesticidas e sementes geneticamente modificadas, à mineração, à superexploração da natureza, dentre outras violações que afetam o campesinato como um todo. Em síntese, entendem a opressão contra as mulheres como uma faceta da dominação capitalista e, desse modo, propõem a construção de uma nova realidade a partir da soberania alimentar, da agroecologia e da reforma agrária (LVC, 2021b).

"Não é uma proposta que vem de fora, de algum pensador intelectual ou de uma corrente de pensamento determinado. É uma construção nossa, das mulheres de base, de baixo, apontando nossas demandas e nossas lutas de forma compartilhada", afirma magistralmente

⁹ Convém mencionar que, desde 2010, já haviam formulações relevantes acerca da construção de um Feminismo Camponês e Popular na CLOC (CALAÇA; CONTE; CINELLI, 2018), sendo corroborada pela IV Assembleia de Mulheres da Via Campesina Internacional, no ano de 2013 em Jakarta. Entretanto, o marco da V Assembleia de Mulheres da LVC, em 2017, é tido como central na consolidação interna do movimento, ao assumir compromisso de expandir as discussões, dedicando-se a consolidar tal proposta nas entidades de base formadoras em nível global (LVC, 2021b).



Seibert (2017, p.8). O Feminismo Camponês e Popular é, portanto, fruto de um intenso empenho das mulheres camponesas para traduzir suas demandas, por meio de um processo amplo, horizontal e democrático, possível no marco institucional da Via Campesina.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente produção se propôs a analisar de que maneira se deu a construção do Feminismo Camponês e Popular, enquanto tendência teórico-prática pautada nas experiências das mulheres do campo, bem como sua recente assimilação pelo movimento internacional La Via Campesina (LVC). Como resultado de sua ampla articulação, as militantes das entidades de base formadoras da LVC progressivamente conquistaram espaço no “movimento de movimentos”, evidenciando tanto a sua pujante influência no seio da organização, quanto a permeabilidade das pautas de gênero para compor a agenda internacional da luta pela justiça no campo.

A construção de um Feminismo Camponês e Popular exigiu que esforços fossem empreendidos, primeiramente, para garantir que as pautas de gênero fossem reconhecidas como indispensáveis no processo de emancipação da classe camponesa. Desse modo, assegurar a paridade de gênero nos órgãos decisórios do movimento, assim como a criação e manutenção das Assembleias de Mulheres, foram conquistas decisivas para o fortalecimento dessa corrente. Desse modo, fizeram-se necessários amplos e densos debates, conduzidos no nível internacional da articulação de camponesas, para que as ideias concebidas nos espaços da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) pudessem encontrar ressonância e serem devidamente institucionalizadas pela Via Campesina.

Em suma, compreende-se o Feminismo Camponês e Popular pela transversalidade entre três eixos de opressão centrais: raça, classe e gênero. Partindo desse entendimento, argumenta-se que, para as mulheres camponesas, é impossível desvincular as pautas centrais do movimento camponês – isto é, a soberania alimentar, a agroecologia e a reforma agrária como respostas ao capitalismo predatório – da luta pela sua emancipação. Portanto, é *camponês* porque difere dos feminismos urbanos, e *popular* ao representar a classe dos trabalhadores rurais, pequenos agricultores, indígenas, afrodescendentes, dentre outros.



Palavras-chave: *Via Campesina; Feminismo Camponês e Popular; Relações Internacionais.*

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 7, n. 11, p. 197-231, 2019.

CALAÇA, Michela Katiuscia Alves dos Santos; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, 2018.

CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos; CARVALHO, Giovana Nobre. Feminismo camponês e popular: a voz que vem do campo. **Revista Artemis**, v. 29, n. 1, p. 157, 2020.

LVC - La Via Campesina. **Managua Declaration (April 1992)**. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/managua-declaration/>.

LVC - La Via Campesina. **Mons Declaration (May 1993)**. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/mons-declaration/>.

LVC - La Via Campesina. **La Via Campesina: The global voice of peasants**. 2021a. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>.

LVC - La Via Campesina. **The path of Peasant and Popular Feminism in La Via Campesina**. (2021b) Disponível em: <https://viacampesina.org/en/publication-the-path-of-peasant-and-popular-feminism-in-la-via-campesina/>.

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos; BETTO, Janaina. Movimentos Sociais Rurais e Feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.

SEIBERT, Iridiane Graciele. Feminismo campesino popular: una propuesta de las campesinas de latinoamérica. **Soberanía alimentaria, biodiversidad y culturas**, n. 29, p. 6-9, 2017.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo. In: **Teorias e políticas de gênero na contemporaneidade**. Ed. UFPR, Curitiba, 2017.

POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES DAS PAUTAS FEMINISTAS NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Christiane Scheuermann¹⁰

1 INTRODUÇÃO

O Brasil mantém uma longa luta em prol da igualdade de gênero (OTTO, 2004) porém, formidavelmente, o país sempre fora reconhecido como “progressista” por sua atuação diplomática sensível aos direitos das mulheres (SALOMÓN,2020). Em conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas, a delegação brasileira requisitava a participação de grupos societários para a sua elaboração, o que resultou em uma política externa alinhada aos principais avanços do tema. Simultaneamente, a política externa passou a ser percebida como uma política de efeitos distributivos, na qual os ganhos podem ser relativos e disputados entre diferentes grupos, como no ambiente doméstico (MILANI: PINHEIRO, 2013). Por consequência, ela é vista como uma ferramenta de ação, capaz de gerar valor perceptível para a sociedade (DUNN,1981, p.60 *apud* DENTE,2014, p.7).

Portanto, após duas décadas após a virada do milênio, cabe analisar em que medida essa influência persiste. Assim, o objetivo geral do trabalho consiste em verificar a relação existente entre a identificação da política externa com a política pública vide a inserção de pautas feministas nela. Por consequência, entre os objetivos secundários que auxiliarão nesse processo será vital, primeiramente, a conceituação de política externa e política pública. Destarte, esclarecer sua importância para as democracias e para o sistema de Estados moderno como principal modo de fornecer bens públicos para a população (LOPES et al.,2008). Em segundo lugar, a descrição dos principais eixos condutores da Política Externa brasileira no século XXI. Quanto a sua relevância, a compreensão da posição que o Brasil ocupa hoje no mundo e qual é a posição que almeja ocupar é um imperativo para qualquer entidade, grupo ou indivíduo que busque participar do processo de formulação de sua política externa.

Então, o terceiro objetivo, a categorização das pautas feministas e as Relações Internacionais. Estudos e contribuições com enfoques de gênero, como este, que sejam

¹⁰ Graduanda em Relações Internacionais na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e em Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). [<http://lattes.cnpq.br/1417995282490393>].



elaborados especialmente por mulheres, são necessários para fornecer uma perspectiva distinta daquela homogeneamente masculina sobre aspectos da política internacional. Por fim, o quarto objetivo desta pesquisa visa relacionar a introdução de pautas feministas na política externa e a identificação da política externa como política pública. A relevância desse objetivo se constitui, tendo em vista que ambos os fenômenos ocorrem concomitantemente e estão modificando a maneira de estudar Relações Internacionais no século XX e XXI.

2 PAUTAS FEMINISTAS E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A metodologia utilizada para verificar a influência das pautas feministas na PEB no século XXI é de abordagem qualitativa e utiliza de dados em fontes primárias como a Resenha de Política Exterior do Brasil e discursos dos chanceleres e presidentes em cerimônias de abertura das Assembleias gerais da ONU. Para a categorização das pautas feministas, foi realizada uma análise de conteúdo sobre o material presente na aba “notícias” no site do coletivo Sempreviva Organização Feminista. Foi aplicado o método de análise de conteúdo de Bardin em 291 postagens entre o período de 2007 até o primeiro semestre de 2019, resultando na construção de 14 categorias de análise, sendo elas: Políticas Públicas, Estereótipos femininos, Aborto, Agroecologia e Soberania Alimentar, Economia feminista, Violência, Cultura, Militância, Democracia, Representatividade feminina, Transnacionalismo, Maternidade e Racismo. O site fora escolhido tendo em vista o alto número de postagens no período selecionado para a análise, diferenciando-se dos demais portais feministas brasileiros.

Cabe ressaltar que todo material empírico dialoga com a construção teórica desenvolvida previamente. O artigo “Política Externa é política pública?”, escrito pelo cientista político Carlos R. S. Milani, sustenta que o Ministério das Relações Exteriores produz a sua própria *politics*, que visa equilibrar as diferentes visões de mundo que estão presentes dentro da PEB (MILANI, 2015). Tendo em vista que é impossível uma homogeneidade institucional em meio ao processo de democratização da política externa, é cada vez mais importante que interesses privados não se apropriem totalmente da esfera de ação dela, mas sim que a política externa seja um instrumento que traga benefícios para o maior número de segmentos da sociedade, aproximando-se de um bem público (MILANI, 2015).



Nesse sentido, Bertrand (2018 *apud* SCHREINER, 2021) expõe que os subalternos não podem dar prioridade existencial à nenhuma temática, pois são impedidos de falar, ou já há alguém falando por eles, ou não são compreendidos. Todavia, as feministas, na sua maioria, não descartam a possibilidade da política externa de tornar-se um campo de ação capaz de transformar a realidade das mulheres e outros grupos marginalizados, por meio da sua inclusão no processo decisório (CFFP,2021). Segundo Casarões (2012), o processo de politização da política externa, que promoveu o crescimento de *stakeholders* produzindo material de acerca da PEB, é uma característica muito própria do governo petista. Por consequência, o governo Lula expôs a natureza da política externa como política pública (PINHO,2016).

2.2 Questões sociais

Esta seção discutirá a influência das pautas sociais tratadas pelo coletivo Sempre Viva na política externa brasileira, durante o período de treze anos (2007-2019). O critério utilizado para selecionar as pautas sociais diz respeito a temáticas que envolvem direitos abstratos (democracia, participação popular, liberdade) ou efetivamente de acesso à recursos (combate à pobreza, aposentadoria, saúde, educação).

Entre 2007 e 2015 a PEB esteve em maior diálogo com as pautas feministas, principalmente no conteúdo dos discursos. Essa semelhança somente viria a ocorrer novamente em 2018, cuja temática semelhante é representação feminina. Embora cada período discuta com maior ênfase determinadas pautas, e nem sempre seja o mesmo ano em que o conteúdo está presente no site e nos materiais de Estado, é perceptível que as pautas do Sempre Viva são sempre abordadas. Alguns temas, como aposentadoria e democracia, exemplificam a importância do governo na posição adotada pela política externa em relação a determinadas temáticas. Além disso, a securitização da pobreza promovida pelos governos petistas é incentivada pelo Sempre Viva.

Infelizmente, ainda se observa que questões como aborto, maternidade e prostituição são as menos presentes nos discursos de política externa. Essas são temáticas, conforme descrito anteriormente, ainda muito estigmatizadas enquanto “questões femininas” não possuem a atenção necessária pela política externa brasileira, o que resulta em uma parcela considerável

da população desassistida e prejudicada. O ano que se destaca enquanto diferente dos demais é 2019, no qual os assuntos abordados tanto pela PEB quanto pelo coletivo são praticamente os mesmos, mas esses possuem visões antagônicas.

2.2 Questões econômicas

Esta seção discutirá a influência das pautas econômicas abordadas pelo coletivo Sempre Viva na política externa brasileira, durante o período de treze anos (2007- 2019). O critério utilizado para selecionar as pautas econômicas diz respeito a postagens e discursos que envolvem fatores como renda, trabalho, divisão sexual do trabalho, capital, globalização, transnacionais ou investimentos externos. Ademais, também foram selecionados materiais que discutissem tópicos como meio ambiente, agroecologia, agronegócio, soberania alimentar e economia solidária. Por fim, ainda foram incluídos textos sobre integração regional e alianças Sul-Sul.

Entre 2007 e 2014 a PEB esteve em maior diálogo com as pautas feministas, tanto em abrangência quanto em sintonia. Questões como meio ambiente, reformas no sistema, trabalho e renda, integração regional, soberania alimentar e cooperação Sul-Sul foram abordadas em sua totalidade. Importantes eventos incluindo a Rio +20 e a crise de 2008 mobilizaram a população brasileira, incentivando debates que demandavam uma ação internacional e uma resposta direta da política externa brasileira. Entre 2015 e 2016, algumas pautas feministas deixaram de ser abordadas. Observa-se a diminuição gradual da presença da temática soberania alimentar, o que demonstra também o afastamento gradual da política externa do seu caráter de política pública, pois o Sempre Viva denuncia concomitantemente o crescimento da fome.

Outro ponto pertinente a ser destacado a partir da análise da relação existente entre as pautas econômicas defendidas pelo coletivo e simultaneamente pela PEB é trabalho. Tradicionalmente um tema alvo de políticas públicas, a política externa assume um papel fundamental em promover o emprego, especialmente o emprego digno. Essa política inicia no governo Lula e está presente até o final do segundo governo Dilma. Ainda, embora a ênfase nas condições do trabalho seja diminuída nos governos seguintes, o tema ainda aparece. Há um consenso, portanto, entre governos, que a política externa brasileira pode e deve colaborar para

garantir mais empregos. Por fim, entre 2017 e 2019, embora em alguns momentos a política externa e o Sempreviva estivessem se dedicando às mesmas problemáticas, não há um diálogo entre eles, já que esses possuem posições antagônicas entre si.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apontado na introdução deste trabalho, o objetivo geral da pesquisa proposta consistia em averiguar como as pautas feministas contribuíram para que a Política Externa brasileira seja identificada como uma política pública no século XXI. Conforme pôde ser observado, há uma gama de temáticas discutidas pelo coletivo Sempreviva, que incluem tanto questões consideradas “próprias” das mulheres, quanto aquelas já reconhecidas como problemas de política pública. Dessa maneira, conclui-se que pautas feministas que são objeto de políticas públicas estão presentes na política externa brasileira durante o século XXI.

Ademais, os períodos nos quais há maior diálogo entre as pautas feministas e a política externa são aqueles nos quais a política externa mais se aproxima de sua configuração enquanto política pública. Não obstante, é correto apontar que praticar uma política externa mais próxima de uma política pública de excelência é uma escolha dos governos. Governos que deram prioridade em sua política externa para temas idênticos ou similares a aqueles presentes na agenda do Sempreviva escolheram se aproximar da sociedade brasileira, pois suas agendas de política externa eram formuladas a partir de um diálogo mais amplo com segmentos mais diversos, além de abranger temáticas que dizem sobre o bem comum. Durante o período analisado, se observa uma gradual diminuição do caráter da política externa como política pública até o momento atual. Um símbolo dessa condição é o próprio fim das publicações da Resenha de Política Exterior do Brasil, em 2019.

Palavras-chave: *Política Externa Brasileira; Feminismo; Políticas Públicas.*

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, 2008.
- CASARÕES, Guilherme. A mídia e a política externa no Brasil de Lula. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.1, n.2, p. 211-236, Jul-Dez 2012. Disponível em:



:///C:/Users/chris/Downloads/32661-Article%20Text-127588-1-10- 20120912.pdf. Acesso em 25 fev 2022.

CFFP. **Centre for Feminist Foreign Policy**. Berlin, 2021. Disponível em: <https://centreforfeministforeignpolicy.org/>.

DENTE, Bruno. **Understanding Policy Decisions**. Milão: Springer Science+Business Media, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316824021_Understanding_Policy_Decisions. Acesso em: 18. Mai. 2021

LOPES, Brenner et al. **Políticas Públicas Conceitos e Práticas**. Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008, p. 48. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 16. mai. 2021.

MILANI, Carlos.. Atores e agendas no campo da Política Externa brasileira de direitos humanos In: MILANI, Carlos; PINHEIRO, Letícia **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.33- 64.

MILANI, Carlos. Insight Política Externa é política pública?. **Insight Inteligência**. [online], p. 57-75, abr/mai/junho, 2015. Disponível em: https://carlosmilani.files.wordpress.com/2015/09/insight_69.pdf., Acesso em: 29 abr. 2021

OTTO, Clarícia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 237-253, maio-agosto/2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200015/7904>. Acesso em 30 set 2021.

PINHO, Anderson. **De Cardoso a Lula: um balanço da diplomacia presidencial no Brasil**. Orientador: Professor Dr. José Flávio Sombra Saraiva. 2016. 26 p. Artigo – Relações Internacionais, UNB. Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17393/1/2016_AndersonGasparInacioPinho_tcc.pdf . Acesso em 16 mai 2022

SALOMÓN, Mónica. Exploring Brazilian foreign policy towards women: dimensions, outcomes, actors and influences. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: v.63, n.1, p. Epub Mar, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292020000100204. Acesso em: 20 abr. 2021.

SCHREINER, Clarice. **Masculinidades como fator de securitização na política externa turca**. Orientadora: Prof. Dra. Ana Simão. Porto Alegre, 2021, 129p. Trabalho de conclusão de curso (Relações Internacionais). Relações Internacionais, ESPM, Porto Alegre, 2012.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Notícias. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.sof.org.br/category/noticias/>. Acesso em 5 jul 2022.



GÊNERO E AUTONOMIA PARA AS MULHERES CAMPONESAS: ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA

Eduarda Paz Trindade¹¹

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar e compreender como a Economia Solidária impacta na construção da autonomia das mulheres camponesas brasileiras e no bem viver delas em suas comunidades, uma vez que graças à ofensiva do capital nos últimos anos, ocorreu um crescente ataque de criminalização contra movimentos camponeses e comunidades tradicionais, principalmente contra as mulheres. De tal modo, é essencial compreender a Economia Solidária, que consegue afirmar a identidade das mulheres camponesas e lhes garantir uma maior autonomia em relação aos homens da família, permitindo, também, com que elas consigam desfrutar de bens e serviços que assegurem a possibilidade de vivenciar o mundo camponês de uma maneira mais digna e saudável.

Por isso, buscaremos refletir acerca das principais delimitações da Economia Solidária e do Bem Viver como contrapartidas à economia competitiva, procederemos, também, com reflexões acerca do modo como essa Economia vem sendo construída e porque é uma alternativa para a autonomia das mulheres e, em especial, as camponesas. Por fim, analisaremos como a Economia Solidária é compreendida pelas mulheres camponesas e o modo pelo qual elas contribuem na construção dessa alternativa. Assim, o texto se detém na análise sobre a Economia Solidária, no que diz respeito às camponesas brasileiras.

Posto isso, a análise será realizada por meio da matriz teórica desenvolvida por Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Paul Singer e Alberto Acosta. Também, procede-se com a Pesquisa Exploratória, através da utilização dos dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese), pesquisas bibliográficas, além da análise das cartilhas do Governo Federal sobre o assunto no período de 2012-2022. Com o objetivo de colaborar com o debate acerca da Economia Solidária e do Bem viver como alternativa de uma economia que atenda às demandas da classe trabalhadora, não as do capital e que se reencontre com a Natureza.

¹¹ Graduanda em Ciências Sociais Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e participa do Grupo de Pesquisa Trabalho, Agricultura e Movimentos Sociais (TRAMAS-UFSM). <http://lattes.cnpq.br/6749239272460173>

2 DESENVOLVIMENTO

Paul Singer, economista e ex-secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego, é crucial para compreendermos de que maneira a Economia Solidária pode se constituir enquanto alternativa à economia competitiva, uma vez que a desigualdade e a competição generalizada não são naturais, sendo elas resultado da maneira em que se organizam as atividades econômicas (SINGER, 2002). A aplicação dos princípios do capitalismo - modo de produção cujo os princípios são o direito à liberdade e a propriedade individual - acaba dividindo a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária/possuidora do capital e a classe trabalhadora que ganha a vida através da venda de sua força de trabalho à outra classe, por não dispor de capital. O resultado disso, segundo o economista, é a competição e a desigualdade na sociedade (ibidem, p. 10)

O autor destaca que para que a sociedade seja igualitária é necessário que no lugar da economia competitiva a economia solidária tome vez (ibidem, p. 9). Ou seja, todos os participantes da atividade econômica deveriam cooperar entre si. Além disso, a solidariedade na economia para o pesquisador só pode se constituir se for “organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (ibidem). Assim, a economia solidária é um outro modo de produção no qual os princípios básicos, “são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (ibidem, p. 10). Esses princípios, aplicados em conjunto, unem todos que produzem em uma única classe de trabalhadores, os quais são possuidores igualitários de capital em cada sociedade econômica ou cooperativa. O economista coloca que o resultado dessa aplicação é a igualdade e a solidariedade mas que, “no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda” (ibidem).

O economista Alberto Acosta afirma que o mundo precisa ser recriado através do comunitário, a partir do impulsionamento de um processo de transições movido por novas utopias. O autor apresenta que “outro mundo será possível se for pensado e organizado comunitariamente a partir dos Direitos Humanos – políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos – e dos Direitos da Natureza” (2016, p.



26). Assim, é necessário pensar que para que uma economia consiga abarcar integralmente as mulheres e resgatar o encontro do ser humano com a natureza, ela necessita ser solidária, plural de tendência pós-extrativista e anticapitalista (ibidem).

Nesse sentido, Paul Singer (2018, p. 85) propõe que o desenvolvimento solidário é um processo que fomenta novas forças produtivas e de estabelecer novas relações de produção, de uma forma que propiciar um processo sustentável de crescimento econômico, que assim como o Bem Viver coloca, que preserve a natureza e que socialize o conhecimento produzido a favor dos que se encontram deixados de lado pela produção social e da posse dos resultados da mesma. Assim, Acosta (ibidem, p. 174) aponta que se o pilar da Economia Solidária é o trabalho, isso sugere o reconhecimento em igualdade de condições em todas as formas e esferas de trabalho, reprodutivo e produtivo. Nas palavras de José Luis Coraggio (2003), o trabalho é um dever e um direito em uma sociedade que procura o Bem Viver. Desta forma, o desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho não devem ser tolerados. Segundo ele, “não se trata simplesmente de produzir mais, mas de produzir para viver bem” (ibidem).

No texto de subsídio para a V Plenária Nacional de Economia Solidária - GT Mulheres do FBES, que ocorreu em 2012, é apresentado que por mais que as mulheres sejam a maioria nesse processo de construção da Economia Solidária, há uma desigualdade na participação entre homens e mulheres, em todos os espaços de construção dessa alternativa. Assim, é imprescindível que se compreenda que exista um tripé da desigualdade, composto pelo capitalismo, o patriarcado e o racismo.

Com isso, a pesquisadora Heleieth Saffioti, coloca que existe um vínculo entre o papel feminino, no mundo privado e na vida pública: “as funções que a mulher desempenha na família (sexualidade, reprodução e socialização dos filhos) se vinculam quer à sua condição de trabalhadora, quer à sua condição de inativa.” (SAFFIOTI, 1976, p. 53). Um exemplo são os dados do Dieese de 2019, onde apresentam que com relação aos afazeres domésticos, as mulheres gastaram 95% mais tempo com trabalhos em suas casas do que comparado com os homens. Isso acaba por representar, em média, 541 horas a mais por ano, em uma jornada de 8 horas por dia.

Torna-se necessário, também, construirmos uma nova compreensão de relações sociais, tendo em vista que “libertar a mulher de sua alienação é, ao mesmo tempo, libertar o homem



de seus fetiches” (SAFFIOTI, 1976, p. 42). A socióloga Saffioti ainda irá destacar que as descrições do feminino e do masculino, encontram-se conectadas à realidade produtiva, material e reprodutiva, como também refletem as concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres, através da dinâmica das relações sociais (SAFFIOTI, 1992, p. 210).

Ademais, compreende-se que a desigualdade de gênero na América Latina, acaba por se vincular, também, dentro dos cenários das desigualdades raciais, que as mulheres que sofreriam discriminação em dobro, seriam as ameríndias e amefricanas. Quando observado em um contexto de classes, sofreriam uma discriminação tripla, sendo as “mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente”, dado que a maioria das mulheres não-brancas, fazem parte da classe proletária (GONZALEZ, 1988, p. 138).

Isso pode ser observado nos dados que o Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG) aponta, no ano de 2010 as mulheres eram responsáveis por 37,3% das famílias e as mulheres negras por 38,7%. Nas famílias monoparentais as mulheres eram responsáveis por 87,4%. Outro indicador importante foi sua contribuição para o rendimento monetário familiar total, no qual representou 40,9% do rendimento das famílias urbanas e nas famílias rurais 51%, entre as famílias rurais do Nordeste e a menor contribuição é apontada entre as famílias rurais do Centro-Oeste. Nas famílias rurais com pessoas responsáveis negras, as mulheres contribuíram com 42% dos rendimentos e no caso das brancas, 39,7%. Na medida em que, para pensarmos ações ou até mesmo políticas públicas que fomentem a autonomia econômica das mulheres camponesas brasileiras, é necessário compreender como essa sobrecarga de trabalho, citada anteriormente, para pensar em alternativas - como a Economia Solidária - podem ser colocadas em prática para a garantia da autonomia das mulheres.

Segundo o caderno de formação, produzido em 2016 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o que diferencia a Economia Solidária das formas precárias de trabalho é o controle nas quais as mulheres que participam sobre o processo de gestão e trabalho, visto que com a ampliação igualitária nesses espaços o lugar tradicional das mulheres na economia é quebrado. E quando colocamos em pauta as mulheres camponesas, em relação às atividades econômicas são marcadas, além do tripé de opressões, possuem um menor acesso aos fatores de produção, gerando maior desigualdade entre os rendimentos quando se considera outras fontes ou quando se leva em consideração o acesso à terra.

Neste sentido, além da ideia de solidariedade, a economia solidária procura construir outros tipos de relações de produção, de consumo, de cooperação, de acumulação de recursos financeiros, de distribuição de renda e riqueza e dos fatores de produção, encontrando-se com o objetivo do Bem Viver que é “proporcionar a todos e todas uma vida plena, elegendo os meios adequados para os fins essenciais” (ibidem, p. 171). Desta forma, fica evidente que através da produção agroecológica, espaços de comercialização, produção de políticas públicas voltados para o Bem Viver e com uma perspectiva da Economia Solidária para as camponesas, se configura enquanto oportunidades tanto para a agricultura quanto em alternativas sustentáveis para o fortalecimento e autonomia das mulheres camponesas, constituindo-se na construção do Feminismo Camponês e Popular (ibidem, p. 108).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária surge como alternativa para a autonomia das mulheres camponesas brasileiras, uma vez que consegue tecer experiências coletivas de autogestão, ampliando a possibilidade de serem os atores nas relações de trabalho não hierárquicas. De tal modo, parece lícito ponderarmos ela ser uma alternativa que estabelece uma relação direta de contribuição com a luta feminista e a construção do Feminismo Camponês e Popular, através da autogestão porque garante com que as mulheres tenham a oportunidade de estarem nos espaços de decisão e representação política. Na medida em que, constrói condições para repensar e romper com a divisão sexual do trabalho e a forma de se relacionar com o mundo produtivo, para romper com as demandas do capital e atender as das mulheres camponesas e de se encontrarem com a natureza.

Em suma, para que a Economia Solidária seja realmente um instrumento para a autonomia das mulheres camponesas, é necessário que as mulheres se estabeleçam enquanto agentes da transformação da sociedade, a fim de que a mudança vá além dos números e parta para uma ação concreta considerando a sua implementação. As mulheres campesinas precisam de condições objetivas, por isso a importância do Estado promover políticas públicas de cuidados e, assim, garantir com que as mulheres consigam participar satisfatoriamente dos espaços de construção da Economia Solidária. Afinal, outra economia somente será possível com a autonomia política e econômica das mulheres.



Palavras-chave: *Mulheres camponesas; Economia Solidária; Bem Viver.*

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016
- CORAGGIO, J. L. **Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 15, n. 2, nov. 2013. Pp.11-24
- DIEESE. **Trabalho doméstico no Brasil.** São Paulo, 2019.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afrolatinoamericano.** Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141. 1988.
- Grupo de Trabalho Mulheres do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Economia Solidária:** bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável. 2012.
- SAFFIOTI, H., **A Mulher na Sociedade de Classes.** Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1976.
- _____. **Rearticulando gênero e classe social.** In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1992.
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH. **Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres:** Caderno de Formação. Brasília: SPM, 2016.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. **Ensaio sobre economia solidária.** Coimbra: Edições Almedina, 2018.
- SNIG. **Estatísticas de Gênero:** Uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2014.



Painel: “POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA”

PANORAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA VOLTADAS PARA MULHERES

Júlia Zenni Lodetti¹²

1 INTRODUÇÃO

O tema de pesquisa deste escrito tomou forma a partir das leituras realizadas para uma pesquisa conjunta dentro do Laboratório de Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina, que visa discutir e desenvolver proposta de agenda de políticas públicas para apoio ao trabalho sem patrão e fortalecimento da economia popular comunitária (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2022). Dentro desse objetivo, tive como recorte a observação de exemplos internacionais de políticas públicas voltadas para o apoio a trabalhadores/as por conta própria e/ou o combate a algum tipo de desigualdade entrecruzada. Navegando pela bibliografia inclinada a essa tarefa, foi inevitável o despertar de uma atenção às políticas públicas de redução da desigualdade de gênero. Portanto, é nelas que busco enfoque aqui.

O presente trabalho trata-se, então, do estudo de políticas públicas elaboradas nos âmbitos nacional e internacional, que tenham como cerne principal a redução da pobreza e de desigualdades entrecruzadas e/ou ampliação do acesso ao mercado de trabalho por parte das mulheres. Entende-se que a redução da pobreza só pode ser alcançada através de políticas públicas que abordem alguma perspectiva que tenha seu enfoque nas relações desiguais multideterminadas por formas de identidade social, como classe, raça, gênero, região e idade (ABRAMO, 2021). Também, tem-se como premissa o fato de a ação pública ser construída por sujeitos através de processo decisório moldado por discursos e ideologias, não por um Estado como ente abstrato e desprovido de motivação política. Além disso, a transversalidade do

¹² Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadora voluntária do Laboratório de Sociologia do Trabalho, Lastro - UFSC. <http://lattes.cnpq.br/3685032830386296>



gênero na ação pública é guia para o panorama aqui traçado, tendo a possibilidade de manter ou transformar a relação de diferenças e opressões de gênero (MARCONDES; FARAH, 2021).

Segundo Marcondes e Farah (2021) as políticas públicas são elaboradas a partir de narrativas e ideologias - mobilizadas por sujeitos concretos - que enquadram o que é ou não assunto e problema público e a partir disso determinam a ação pública, seja ela contestadora ou legitimadora do discurso dominante. Portanto, pensar políticas públicas por uma ótica feminista é primordial para de fato fazer face aos problemas enfrentados pelas mulheres em seu cotidiano de relações de dominação e opressão (MARCONDES; FARAH, 2021).

Dessa forma, o objetivo da pesquisa é centrado em elaborar um balanço de políticas públicas que tenham como prisma a redução da desigualdade de gênero ou que incluam questões relacionadas às condições de vida das mulheres, como políticas ou programas que direcionam e facilitam o acesso de crianças à escola e lazer, reduzindo o trabalho das mulheres que lidam com seu cuidado. As políticas públicas para redução da pobreza que abordem direta ou indiretamente as mulheres foram elencadas entre experiências nacionais e internacionais. No âmbito internacional, a atenção foi priorizada aos contextos que têm alguma forma de similaridade com a condição brasileira, ou seja, foram estudados preferencialmente países cujo corpo social se assemelha em algum nível ao âmbito brasileiro, seja por sua composição de raça ou por sua posição de periferia global.

Além disso, foram analisadas aquelas políticas públicas que alcançaram sucesso relativo em seus objetivos, e também aquelas políticas em que as falhas superaram os ganhos de alguma maneira. A relevância desse estudo reside no fato de que essas experiências trazem pontos de aprendizado e reflexão sobre a efetividade da abordagem de determinadas políticas, podendo estas virem a ser melhor elaboradas e aperfeiçoadas em momentos futuros.

2 AS MULHERES E A POBREZA: políticas públicas nacionais e internacionais

Compreendo que a análise de políticas públicas através de um viés de gênero deve ter sob perspectiva dois fatores que atravessam qualquer elaboração, intencionalmente ou não: o entrecruzamento inerente das desigualdades de classe, raça, gênero, território, etc, e a relação dos papéis produtivos e reprodutivos na esfera social do trabalho.



Sobre o descompasso da relação entre a esfera produtiva e reprodutiva do trabalho Plageron, Patel, Hochfeld e Ulriksen (2019) argumentam como mesmo as políticas de seguridade social sul-africanas que tenham considerado as múltiplas dimensões de gênero e pobreza falharam em compreender e equilibrar essa relação interdependente. Isso se dá, segundo as autoras, justamente pela má compreensão de como o fardo do trabalho reprodutivo é diretamente causa da exclusão social da mulher (PLAGERSON; PATEL; HOCHFELD; ULRIKSEN, 2019).

As autoras expõem o Child Support Grant (CSG) como exemplo positivo de política pública condicionada indiretamente por um viés de gênero. Essa medida forneceria auxílios financeiros aos responsáveis pelas crianças vivendo em situação de pobreza. Apontam como falhas do programa, criado em 1998, o seu insucesso em apoiar o trabalho produtivo das mulheres e em reduzir a sua desproporcional percentagem no trabalho do cuidado. Outro programa sul-africano a princípio positivo, mas falho às mulheres, seria o Unemployment Insurance Fund (UIF), implementado em 2002, uma espécie de seguro desemprego voltado apenas ao trabalho formal, que não alcança as mulheres por estas ocuparem posições majoritariamente informais e temporárias - traço essencial para entender a precarização da vida e do trabalho feminino (PLAGERSON; PATEL; HOCHFELD; ULRIKSEN, 2019). Ou seja, observa-se no caso das medidas do governo da África do Sul que há a elaboração de políticas públicas que contemplam a discriminação das mulheres, ambas de maneira indireta, porém, a execução de tais políticas permanece ineficiente na real redução da pobreza feminina.

Nesse mesmo sentido, ressalto as contribuições de Borzutzky (2012) quando elabora a respeito de medidas chilenas de redução da pobreza e melhorias nas áreas básicas da saúde, educação, etc. Sua discussão conclui as falhas generalizadas das tentativas de programas e políticas públicas deste país, sob o nome de Chile Solidário: a autora traça a origem dessas políticas na atenção que o problema do aumento da pobreza passa a receber das organizações financeiras internacionais quando estas percebem a pobreza como limitadora do crescimento econômico. A perspectiva pela qual as políticas de transferência condicional de renda são criadas têm viés essencialmente econômico, fundado na ideologia neoliberal fortemente disseminada no contexto global e firmemente estabelecida no Chile das décadas de 1990 e 2000 (BORZUTZKY, 2012; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2022).

Portanto, segundo Plagerson, Patel, Hochfeld e Ulriksen (2019), muitos dos motivos de falha são as limitações impostas pelo contexto neoliberalizante, que propõe a supremacia de políticas econômicas sobre as políticas sociais e implementa uma subjetividade cada vez mais individualizante que rejeita a concepção de assistência social e auxílio governamental.

Eraso e Mesa (2017) elaboram um panorama completo das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero no contexto colombiano, enumerando ações desde nível internacional até municipal, no âmbito da capital Bogotá. Elencam acertos e falhas de diferentes programas, mas de maneira generalizada, denunciam a falta de efetividade da prática daquelas diretrizes e intenções governamentais que não alcançam soluções contundentes ao desenvolvimento feminino (ERASO; MESA, 2017). Aguião (2018), atribui parte dessa falta de efetividade à natureza das medidas elaboradas:

Planos e programas não têm força de lei, são diretrizes, sugestões, indicativos que devem orientar a promoção de políticas e outras ações. São documentos ratificados pelo governo federal, mas não há como ter gerência sobre o que de fato é efetivado em âmbitos estaduais e municipais, ou mesmo sobre as diferentes gestões da própria estrutura federal. Nesse sentido, o seu próprio formato de produção e constituição pressupõe um espaço político de disputa. (AGUIÃO, 2018, p.17)

É nesse sentido que a autora ressalta a relevância e efetividade das diferentes políticas adotadas no período entre 2003 e 2015 no Brasil: nesse período, há a assimilação da ideia de transversalidade de gênero e raça como compromisso para adoção de ação pública, seja em forma de criação de secretarias (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Políticas para as Mulheres) ou planos, programas e conselhos (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Plano Nacional de Direitos Humanos; Programa Federal Brasil Sem Homofobia; Conselho Nacional de Combate à Discriminação; Programa Nacional de Ações Afirmativas). Esse princípio passa a orientar as políticas públicas governamentais brasileiras para a superação de desigualdades entrecruzadas (AGUIÃO, 2018).

Além disso, uma das limitações atribuídas ao contexto brasileiro - aplicáveis a outras nações - seria o racismo e sexismo institucionais inerentes ao próprio Estado que formula as ações públicas (AGUIÃO, 2018). Millenaar (2017), fornece um exemplo a essa limitação quando analisa a política de Formação Profissional da Argentina e aponta sua atenção às mulheres como acrítica e reprodutora da desigualdade de gênero. Isso se dá, segundo a autora, especialmente pelo caso estudado ser um programa de políticas públicas gerais ao qual se

adiciona um enfoque de gênero, que não fez parte da formulação inicial e da concepção primária do que seria justo socialmente ou não (MILLENAAR, 2017).

Outro programa latino-americano que aborda a desigualdade de gênero de maneira direta e indireta, mas dessa vez, de forma bem sucedida é o mexicano Progreso¹³ (*Programa de Educacion, Salud y Alimentacion*), implementado em 1998. O programa teve seu enfoque direto nas localidades e populações rurais onde a pobreza estava concentrada, e por focar nas demandas da população em situação de pobreza, tem maior possibilidade de contribuir para redução da diferença de escolaridade e renda dessas duas grandes classes (SCHULTZ, 2004). Schultz (2004) descreve o programa como subsídio a famílias em situação de pobreza, condicionado à matrícula e frequência escolar das crianças.

Schultz (2004) aponta como resultados diretos do programa: o aumento da presença de crianças na escola, especialmente concentrada no caso de meninas - cuja ausência escolar aumenta em maior proporção conforme os anos escolares evoluem -, e, ainda, a redução de desigualdades de renda e escolaridade entre a população pobre e o restante das famílias que não precisam dos benefícios do programa. Em suma, o autor aponta o subsídio como capaz de permitir uma possibilidade de escolha sobre o futuro da criança beneficiada, que poderá encontrar melhores condições de trabalho e assim quebrar o ciclo geracional de pobreza familiar (SCHULTZ, 2004).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas bibliografias estudadas, é possível ter como aprendizado pelas experiências internacionais que: primeiro, nenhuma política ou programa é isento de falhas, pois, segundo, (dentre outros motivos) o contexto de tendência global e pressão interna por políticas e abordagens firmemente neoliberais dificulta e limita a aplicação prática de algumas medidas; terceiro, podemos confirmar o que propõe a pesquisa aqui estabelecida: é essencial que essas políticas elaboradas sejam multideterminadas e interseccionais para de fato alcançar a redução das desigualdades entrecruzadas. Sobretudo, infere-se que a perspectiva de gênero - sempre inter-combinada com classe e raça - deve estar presente desde a formulação inicial da

¹³ Mais tarde rebatizado de Oportunidades e, ainda, Prospera.



ação pública para que as demandas e sofrimentos da população feminina seja contemplada de maneira real e efetiva.

Palavras-chave: *Políticas públicas; Desigualdade de gênero; Pobreza.*

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. “Políticas para enfrentar los desafíos de las antiguas y nuevas formas de informalidad en América Latina”. **Políticas Sociales**, N° 240 (LC/TS.2021/137), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2021.

AGUIÃO, Silvia. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003 - 2015). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, p. 1-54, 8 jan. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510007>.

BORZUTZKY, Silvia. Conditional Cash Transfers in Latin America and Anti-Poverty Policies in Chile: why is Chile’s market economy unable to reduce poverty and inequality?. **Poverty & Public Policy**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 1-23, 21 jan. 2012. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1515/1944-2858.1237>.

ERASO, Janeth Patricia Muñoz; MESA, Génesis Fernanda Barón. Aciertos y fallas en la implementación de la Política de Mujeres y Equidad de Género de Bogotá. **Papel Político**, Bogotá, v. 21, n. 1, p. 101, 18 jan. 2017. Editorial Pontificia Universidad Javeriana. <http://dx.doi.org/10.11144/javeriana.papo21-1.afip>.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Uma agenda para fortalecer e transformar o trabalho por conta própria:** políticas públicas para fomentar o trabalho sem patrão na economia popular comunitária. Florianópolis: Fundação Perseu Abramo, 2022. Projeto Reconexão Periferias. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2022/09/agenda-politicas-publicas-reconexao-periferias.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

MARCONDES, Mariana Mazzini; FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de gênero em política pública. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 1-15, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n165398>.

MILLENAAR, Verónica. Políticas de empleo con enfoque de género: formación laboral en oficios no tradicionales para mujeres. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, p. 1-31, 9 nov. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510014>.

NOBRE, Miriam. Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 645-652, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p645>.

PLAGERSON, Sophie; PATEL, Leila; HOCHFELD, Tessa; ULRIKSEN, Marianne S.. Social policy in South Africa: navigating the route to social development. **World Development**,

[S.L.], v. 113, p. 1-9, jan. 2019. Elsevier BV.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.08.019>.

SCHULTZ, T. Paul. School subsidies for the poor: evaluating the mexican Progresa poverty program. **Journal Of Development Economics**, [S.L.], v. 74, n. 1, p. 199-250, jun. 2004. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jdeveco.2003.12.009>.

O PAPEL DO GÊNERO NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: COMO A LENTE DE GÊNERO É MOBILIZADA NA AGENDA DE INTEGRAÇÃO E RESOLUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PERSPECTIVA SOCIAL NO MERCOSUL?

Mariana Azevedo S. Quintanilha¹⁴

INTRODUÇÃO

A pesquisa busca identificar as institucionalidades presentes no Mercosul que buscam e permitem a atuação da lente de gênero nas resoluções de políticas públicas entre os países do bloco. Apontando a importância dessa discussão para o projeto de desenvolvimento e integração regional. Para tal, analiso as primeiras iniciativas de incluir a perspectiva de gênero na institucionalidade do bloco, navegando pelas diferentes organizações internas do grupo. Em seguida abordo como tais discussões são traduzidas na prática através de um objeto de análise: a publicação da Reunião de Altas Autoridades de Mulheres do Mercosul, Morte de mulheres por gênero: experiências governamentais contra o feminicídio / feminicídio na região (2020), e como suas recomendações são refletidas em mudanças institucionais na teia legislativa dos 4 países membros. Desse modo, passamos a entender como a lente de gênero é mobilizada na agenda de integração e resolução de políticas públicas em perspectiva social no Mercosul a partir do estudo do papel do gênero no processo de integração regional na organização.

DESENVOLVIMENTO

É perante um panorama internacional voltado para a agenda de direitos humanos — derivado da Segunda Guerra Mundial — e um sistema cada vez mais globalizado—

¹⁴ Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio) e bolsista PIBIC (CNPq). [<http://lattes.cnpq.br/2323664181387538>]



proporcionando um aumento das interações econômicas entre países— que nascem as organizações regionais, facilitando transações e provendo ferramentas para o fortalecimento de identidades regionais. Como consequência dessa nova reorganização internacional e em resposta às mudanças nas conjunturas regionais do sul global, foi assinado em 1991 o Tratado de Assunção que deu origem ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), uma iniciativa de renovação dos processos econômicos que tinha como objetivo o desenvolvimento industrial e o alcance do bem estar entre países do cone sul. (BECKERS; WINTER, p.7, 2021) Não obstante, o tratado reafirma os compromissos econômicos-comerciais já ressaltados sem suprimir os caracteres sócio-políticos que são apontados como indispensáveis para o desenvolvimento da integração e constitui condição fundamental para acelerar os processos de avanço econômico. A relevância econômica do bloco não diverge da possibilidade de analisar sua abordagem sobre os direitos humanos, pelo contrário, acredito que a movimentação política dos estados membros e o plano de integração e promoção da cidadania são estritamente dependentes do eixo social dos direitos humanos - uma lógica alinhada com o que também é enunciado no próprio documento de constituição do bloco (1991).

Seguindo essa lógica, o presente trabalho busca salientar como a agenda de promoção da proteção dos direitos da mulher também é parte fundamental do âmbito social de direitos humanos da organização. O surgimento do compromisso em ratificar os direitos das mulheres nas políticas públicas do Mercosul pode ser pontuado por dois pilares principais: o de gênero e o de transversalidade. Os quais foram colocados em foco pela IV Conferência Mundial Sobre a Mulher de Pequim (1995), um espaço de diálogo criado pela ONU para tratar da conscientização das discriminações sofridas pelas mulheres, que contou com a participação do Brasil e trouxe grande influência em suas recomendações. Proporcionando alguns avanços institucionais no MERCOSUL que tratarei a seguir.

Em primeira instância, a lente de gênero possibilitou uma superação das abordagens biológicas nas análises sobre o tema da mulher e colocou em destaque a lógica de que as relações entre homens e mulheres são produtos de uma construção de padrões socioculturais, sendo assim, não imutáveis e passíveis de modificações. (PIMENTEL, p. 12-13, 2016). Já a questão da transversalidade faz referência à integração da perspectiva de gênero no âmbito das políticas públicas de atuação governamental em geral. Reconhecendo a questão da mulher como



problema de direitos humanos e que não pode ser superado apenas se visto como decorrência de obstáculos socioeconômicos. (Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995). Desde então, tais perspectivas abriram espaços dentro da organização para debate e desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a questão da violação dos direitos humanos das mulheres, como, por exemplo, o tema do feminicídio. Conseqüentemente, contribuindo para a legitimação dos ideais de cidadania, igualdade e não discriminação promovidos institucionalmente pelo bloco - por via do Estatuto de Cidadania do Mercosul - a partir do reconhecimento e inclusão da mulher como grande parcela social de tamanha importância política.

Tais prioridades foram materializadas pela primeira vez, em âmbito regional, com a criação do Foro de Mulheres do MERCOSUL em 1995, um antecedente da Reunião Especializada da Mulher (REM) de 1998, que foi criada com o intuito de estabelecer um espaço de análise da situação da mulher – no que se diz sobre respeito à igualdade e oportunidade – em contraste com as legislações vigentes dos Estados Parte do bloco. (Resolução nº 20 do Grupo Mercado Comum, 1998). Em 2011, a REM é substituída pela Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM), tornando-se uma esfera mais institucionalizada e responsável pela coordenação intergovernamental de políticas públicas referentes ao tema de gênero. (Morte de mulheres por gênero: experiências governamentais contra o feminicídio / feminicídio na região, 2020). Essas primeiras resoluções contribuíram para firmar a entrada da perspectiva de gênero no MERCOSUL, mas também atuaram em um papel importante de fortalecimento institucional e promoção da integração do bloco.

A existência da RMAAM possibilita a reunião entre autoridades nacionais da mulher de cada estado do MERCOSUL – além de também entre organismos internacionais e representantes da sociedade civil – para promoção de um diálogo acerca da formalização de políticas, medidas e ações que buscam mudanças normativas nas atuações de seus membros pela proteção dos direitos das mulheres. A existência de um espaço institucionalizado de colaboração coletiva em matéria de gênero no bloco amplifica a interação entre seus estados parte e reafirma a agenda de defesa de direitos humanos como pauta regional. A partir do momento que decisões são estabelecidas unanimemente em prol do bem-estar da mulher é demonstrado uma preocupação compartilhada sobre a esfera dos direitos humanos e da



cidadania, fortalecendo cada vez mais uma consciência regional do tema. Ou seja, “Trata-se de um elemento central para pensar o processo de construção de cidadania e de direitos regionalmente [...]”, Abramovich (2012) - autor e professor de direitos humanos na Universidade de Buenos Aires— explica, os direitos que os Estados membros do MERCOSUL reconhecem a favor dos cidadãos dos demais países que conformam o processo de integração e os direitos humanos que reconhecem os países da organização regional de maneira geral, independente da nacionalidade das pessoas. O que retoma meu argumento para o reconhecimento do bloco sobre os direitos humanos - inclusive os direitos das mulheres - como peça indispensável no processo de integração, aspecto conferido pelo Protocolo de Assunção de 2005 sobre promoção e proteção dos direitos humanos do MERCOSUL.

Trago como objeto de análise da atuação prática na promoção de políticas públicas para a proteção dos direitos humanos das mulheres a publicação da RMAAM, coordenada pelo Instituto de políticas públicas de direitos humanos do Mercosul (IPPDH), sobre Morte de mulheres por gênero: experiências governamentais contra o feminicídio / feminicídio na região (2020). A publicação apresenta um panorama de algumas políticas públicas implementadas pelos estados parte do bloco em termos de prevenção, assistência, acesso à justiça, repressão e erradicação da violência contra a mulher. Representando um esforço da coordenação regional para implementação destas. O documento expõe como espaços de articulação e coordenação como a RMAAM atuam na incorporação da perspectiva de gênero nas recomendações contra violência. Em particular, acentuo a Recomendação No. 05/2015 sobre Morte Violenta de Mulheres por Razões de Gênero (Femicídio/Feminicídio), que busca assinalar como necessário o reconhecimento das circunstâncias específicas em que se dão as mortes violentas por razões de gênero, e também da inexistência de uma lente de gênero nos processos investigativos e jurídicos.

Que os esforços para o desenvolvimento de mudanças institucionais em prol da proteção da mulher existem é fato. No entanto, para que seja possível argumentar que essas articulações contribuem para a existência de uma consciência regional dos direitos humanos prevalente e um Mercosul mais regionalmente integrado é preciso assinalar de que maneira as recomendações do RAAM são traduzidas para a realidade. Desde que, se o argumento de reconhecimento dos direitos humanos de Abramovich (2012) só for pertinente no campo



normativo do bloco e não se traduzir em relevância para mobilização de mudanças domesticamente, não posso afirmar que o discurso de gênero atua em benefício da integração regional. Para tal, trago, também da publicação sobre Morte de mulheres por gênero (2020), informações sobre os avanços institucionais nas atuações do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai sobre a temática do feminicídio, após a recomendação citada anteriormente, com intuito de demonstrar os efeitos desses esforços na resolução de ações reais contra a violência por razões de gênero.

O “Instituto Nacional de las Mujeres” (INAM) surge em 2017 na Argentina como uma jurisdição descentralizada que teve como objetivo incorporar perspectivas de gênero e um enfoque transversal na elaboração de políticas públicas e no cumprimento dos compromissos do estado na ratificação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Tal jurisdição aprovou diferentes medidas, incluindo uma reforma profissionalizante da linha telefônica nacional 144 que se encarrega de assegurar mulheres vítimas de violência de gênero. Após tais mudanças, a capacidade de atenção da linha foi ampliada para 70% e, no mesmo ano de inauguração do INEM, as chamadas cresceram 46% em comparação com o ano anterior.

Já no Brasil, um dos impactos perceptíveis das recomendações da Reunião de Altas Autoridades da Mulher do Mercosul em relação ao feminicídio pode ser encontrado na própria legislação do país. Em 2015, o artigo 121 do Decreto de Lei No. 2.848/1940 do código penal foi alterado pela Lei do Feminicídio No. 13.104/2015 que qualificou o feminicídio como crime de homicídio, o incluindo na classificação de crimes hediondos em casos de violência doméstica e familiar. Após 6 anos de sua aplicação, a Lei do feminicídio gerou uma maior visibilidade para o tema e proporcionou um melhor acesso às estatísticas sobre morte de mulheres no Brasil.

Do outro lado da fronteira, no Paraguai houve a sanção da lei No. 5.777/2016 de proteção Integral às mulheres, contra Toda Forma de Violência que estabeleceu políticas de prevenção da violência de gênero, além de mecanismos de proteção e reparação integral no âmbito público e privado. E por fim, no Uruguai, a lei de Violência sobre as mulheres baseadas em Gênero No. 19580 de 2017, foi classificada como um avanço legislativo de extrema importância para o país, a partir do momento que reconhece diferentes dimensões da violência de gênero e possui uma abordagem interseccional de apoio às mulheres vítimas desse tipo de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração da publicação adjunto da exposição das mudanças institucionais já ressaltadas ajudam a demonstrar o impacto real da ação conjunta dos instrumentos de proteção da mulher de cada estado com as articulações regionais do Mercosul na busca pelo fim da violência de gênero. Percebe-se um esforço em coordenar um discurso que vá além de fronteiras nacionais mesmo levando em conta nuances locais, não deixando de lado o compromisso de defesa dos direitos humanos e da proteção da mulher. Nesse sentido, percebe-se que o papel da agenda da mulher no Mercosul vai além do normativo, mas que através da lente de gênero e de transversalidade também é possível observar avanços em quesitos de cidadania e integração regional no bloco.

Palavras-chave: *Gênero, Mercosul, Integração regional.*

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Abramovich, Victor (2012). **Los Derechos Humanos en el marco del proceso de integración regional en el cono sur:** Sobre la creación del Instituto de políticas en derechos humanos del Mercosur.

BECKERS R., & WINTER, L. A. C. A atuação do conselho do mercado comum nas políticas públicas de direitos humanos no mercosul: the acting of the common market council on public human rights policies in mercosur. **Revista Direito em Debate**, 30(55), 6-19. 2021.

Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995 - Apresentação Maria Luiza Ribeiro Viotti.

DIEGUEZ, Julian. Publicação sobre experiências governamentais contra o feminicídio / feminicídio na região - MERCOSUL. MERCOSUL. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/publicacao-sobre-experiencias-governamentais-contra-o-femicidio-femicidio-na-regiao> />. Acesso em: 5 jul. 2022.

DIEGUEZ, Julian. MERCOSUL comprometido na prevenção e erradicação da violência contra as mulheres - MERCOSUL. MERCOSUL. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/mercopol-comprometido-na-prevencao-e-erradicacao-da-violencia-contra-as-mulheres> />. Acesso em: 6 jul. 2022.

Estatuto da cidadania do Mercosul, 2010. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/estatuto-cidadania-mercopol/>. Acesso em: 4 jul. 2022.

IBDFAM: 3 benefícios e 3 desafios da Lei do Feminicídio. ibdfam.org.br. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/noticias/8233/#:~:text=Em%20vigor%20h%C3%A1%20seis%20an>>



os, discrimina% C3%A7% C3%A3o% 20% C3%A0% 20condi% C3%A7% C3%A3o% 20de% 20mulher .>. Acesso em: 4 jul. 2022.

IPPDH, Muerte de mujeres por razones de género: Experiencias gubernamentales contra el femicidio/feminicidio en la región. Buenos Aires, 2020. Disponível em: <https://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2020/06/Muerte-de-mujeres-por-razones-de-g%C3%A9nero-1.pdf> . Acesso: 3 jul. 2022.

PIMENTEL, Fagner Barbosa; MUÑOZ, Maria Alejandra Montilla. Violência contra as Mulheres e suas vozes no Mercosul. In: Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário UNIEURO, s/v, n. 18, 2016.

Protocolo de Assunção, 2005. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-assuncao-sobre-compromisso-com-a-promocao-e-protexao-dos-direitos-humanos-do-mercosul/> . Acesso em: 4 jul 2022.

Resoluções do grupo mercado comum, 1998. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/mercosul/o-que-e-a-rem-atualizado.pdf> . Acesso: 4 jul. 2022.

TRATADO de Assunção, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm. Acesso em: 4 jul. 2022.

PUBLIC POLICIES ON INCOME TRANSFER IN SOUTH AMERICA: RECONSIDERING CITIZEN INCOME THROUGH GENDER TRANSVERSALITY

Mariana Ramos Soares Beselga¹⁵

1 INTRODUCTION

Unpaid domestic work is one of the biggest obstacles to achieving gender justice in terms of international development since the gendering of poverty is strongly associated with the non-recognition of reproductive work — care labor or “invisible work”.¹⁶ Although in the last decades, women have been continuously integrating the formal labor market, they are, according to social norms, in charge of carrying out most of the reproductive work, i.e., of assuming multiple responsibilities in the homes, which are services that could be bought on the market but are not easily measurable in the mainstream economics (FOLBRE, 1994).

In the Latin American context, feminist economists assess the effects that the invisibility of domestic work entails on the social development of women, ranging from being overloaded with reproductive work, to the gendered choice for autonomous or precarious salaried work due to the lack of opportunities (CAMPAÑA; GIMÉNEZ-NADAL; MOLINA, 2020; VASUDEVAN; RAGHAVENDRA, 2022). Corresponding with the gender asymmetries of work in South America, multilateral organizations are promoting efforts to make Sustainable Development Goal (SDG) 5.4 possible through public policies that value unpaid domestic work or by encouraging activities shared with housework in homes.

Since 2010, the Economic Commission for Latin America (ECLAC) has collaborated to build a transnational policy agenda that mitigates gender segregation in the labor market, through the recognition of unpaid domestic work (CEPAL; MULHERES; CARIBE, 2010). The Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) later ratified the interactions between the recognition of unpaid care work and gender empowerment, with reproductive work and its fair remuneration being a fundamental axis for the construction of

¹⁵ Bachelor in International Relations, with a minor in Economics at the University of Coimbra. International student in Political Sciences and Civics at the University of Geneva. Graduate student in Development and Leadership.

¹⁶ Care work, mostly unpaid, is related to socially constructed gender roles, as well as race, sexuality, and social class (BHATTACHARYA; VOGEL, 2017)



targeted approaches. to the economic empowerment of women in developing countries (OECD, 2019).

The COVID-19 pandemic generated a renewal of the relevance of debates on the feminization of poverty in South America since women were the group most affected by the economic recession. The pandemic crisis culminated in effects on women's participation in the labor market and exacerbated the burden of caring for children, the sick, and other vulnerable groups (POWER, 2020; UNDP, 2021). According to the OECD, the recession could be called “**shecession**” or “**momcession**”, since the economic setback during the pandemic triggered the growth of gender inequalities in the productive and reproductive spheres (OECD, 2021). On the other hand, transfer policies in Latin America, formulated during the pandemic, played a key role in overcoming the economic crisis, generating effects on women in poverty and women of color, despite the absence of a gender and race lens in the country, in the sense of design and implementation of these policies (BLOFIELD et al., 2022; NASSIF-PIRES; CARDOSO; ANA LUÍZA, 2021).

Thusly, international experts began to debate the role of basic income as a global policy whose role would be to mitigate the socioeconomic inequalities evidenced by the pandemic (UNDP, 2021). Nevertheless, Ailsa McKay's (2001) a priori criticism, concerning basic income, consists of the androcentric and universalist bias of this policy in promoting social citizenship and gender justice, under not recognizing the reproductive work of women.

Seeing the exposed gap, this research seeks to examine the effects of historical public policies on income transfer in Latin American cases, considering the effects on gender empowerment. This study assumes the following perspective on indicators of empowerment, in terms of agency: “**Women's empowerment is about the process by which those who have been denied the ability to make strategic life choices acquire such an ability**” (KABEER, 1999, p. 435). The hypothesis deduces that, although these policies have a neutral character in theoretical-epistemological terms of gender and valorization of work, even so, the basic income, if implemented as a transversal gender policy, would allow positive reflexes for women involving work — productive and reproductive —, as well as autonomy in their choices. This academic production aims to contribute to the theoretical advancement and implementation of redistributive policies through the lens of feminist economics. Likewise, it highlights the two-



dimensional and three-dimensional potential of citizen income in the transversality of gender in scenarios marked by abrupt social inequality.

In specific terms, this research is divided into two moments. First, it evaluates the existing correlations between public policies for income transfer, gender empowerment, and the fight against the feminization of poverty in cases applied in Argentina (*Asignación Universal por Hijo* or Universal Child Allowance, UCA) and Brazil (Bolsa Família Program). Sequentially, the limitations and negative effects in the Brazilian and Argentine cases are observed, through the criticism of researchers in gender and development.

Finally, this work brings future implications for the gender agenda on transversal public policies, putting the connection established between generational poverty and the genderization of poverty in the evaluation and creation of income transfer policies.

2 METHODOLOGY & FINDINGS

To achieve certain results, the H-D approach method is used. In terms of procedures and specificity of approaches, firstly, I resorted to bibliographic research, and, in sequence, I used the comparative method associated with descriptive or frequency statistics. The data used are present in the Global Gender Gap Report (GGR) by World Economic Forum. Therefore, it is a pre-experimental investigation, whose attributes are based on the observed occurrence links.

For Kabeer's (1999) empowerment framework, the correlation between three dimensions is considered: (1) resources; (2) agency, and (3) achievements. Resources are related not only to the material issue but also to several other associations in the human and social dimension, which influence the ability to make choices and decisions. This is observed in several environments, such as the family, where householders are more prone to socially constructed legitimacy for decision-making (KABEER, 1999, p. 437). The second parameter is the agency, which consists of defining goals or objectives and the action around achieving them. The junction between resources and agency culminates in substantive freedoms, which constitute women's power of choice (NUSSBAUM, 2003).

The Bolsa Família Program (BFP) was created in 2003 under the direction of then-president Luiz Inácio Lula da Silva, a Workers' Party (PT) member, which was inspired by another applied program named Bolsa Escola, proposed by deputy Cristovam Buarque. Bolsa



Escola emerged from an analysis of women in extreme poverty unable to work and care for their children. Against this background, Bolsa Escola was a policy implemented to maintain childcare. However, the Bolsa Família Program (2003 until 2021) consisted of a direct income transfer policy whose focus was to benefit families in poverty and extreme poverty, following conditions that involved improving the health and education of children. Yet, the program focused on reducing poverty in families, with the long-term objective of increasing investment in human capital to interrupt the intergenerational cycle of poverty. About 92% of its beneficiaries were women in 2021 (*based on national data*).

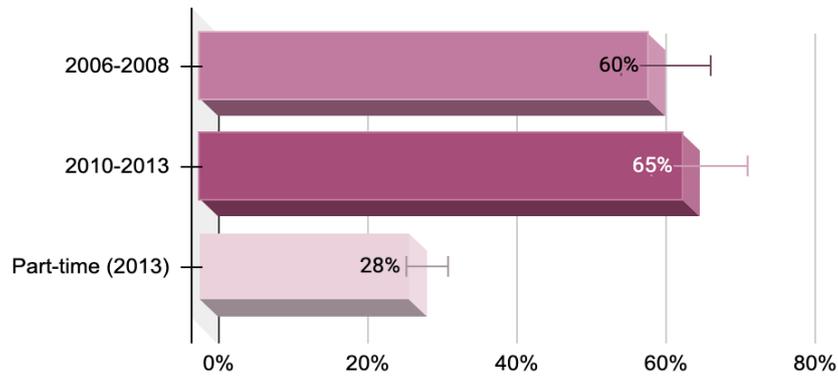
Investigating the criticism of the program, on the one hand, it is possible to observe the autonomy that the beneficiary women had in terms of access to goods and services, also in terms of reproductive rights, since they were able to buy contraceptives and health care items without impediments (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2019; BLOFIELD et al., 2022). In terms of autonomy, women had opportunities to give up degrading and precarious jobs, were able to make their heavy working hours more flexible, and had more autonomy to leave relationships permeated by interparental violence (IPV) (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2019); LAVINAS; COBO; VEIGA, 2019). However, from another perspective, if they acquired autonomy linked to decision-making power, female beneficiaries were more burdened with reproductive work than male beneficiaries (ALVES DE LIMA GERMINE; GUIMARÃES PERES, 2021).

The Universal Child Allowance (2009-present) was created in the government of Cristina Fernández de Kirchner, belonging to the Justicialist Party (PJ), through decree 1602/09. The foundations and conditions are like those of the BFP, but with social protection complements for unemployed and low-income people. In this sense, the Argentine program was designed to respond to social problems related to poverty, inequality, and the right to housing. In 2011, the benefit was added to the Universal policy for Pregnancy with greater gender nuances, which prioritizes maternal and reproductive health. Furthermore, the program plays a key role in the eradication of monetary and non-monetary poverty for boys and girls in Argentina (UNICEF, 2018)

Regardless of whether it is possible to affirm the positive and involuntary impact on the original objective, in terms of the “recognition” of the domestic work performed by women,

such a policy had implications that reinforce the sexual division of labor, overloading women in the reproductive sphere, as well as intensifying inequalities in access to the labor market (ALONSO; PIZARRO, 2017). One of the reasons would be the entitlement restricted to women, as the right of access to the benefit belongs to family members, which also interferes with their choices within the domestic sphere (MICHA, 2019). However, with the subsidy policy associated with the social security and pregnancy program, there were positive effects on women's choices in their homes, in terms of economic autonomy, as well as protection against unemployment and precarious work (ALONSO; PIZARRO, 2017).

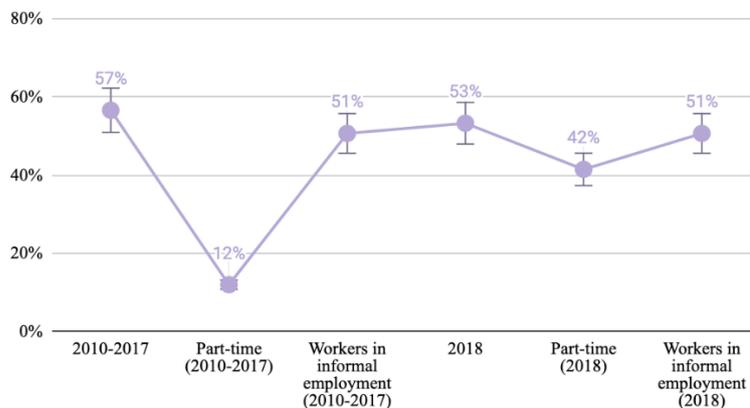
Women Labour Force Participation, 10 years after the BFP



(Author's elaboration)

Figure 1: The average increase in women's participation in the productive workforce, including in part-time jobs.

Women Labour Force Participation in Argentina (2010-2018)



(Author's elaboration)



Figure 2: Average participation of women in the workforce. In the case of Argentina, it demonstrates a decline in the female workforce and the predominance of informal work almost 10 years after the implementation of the UCA.

3 FINAL CONSIDERATIONS

This investigation sought to examine the effects of Latin American cash transfer policies on gender empowerment, using case studies on social programs in Brazil and Argentina. It was observed, in the Brazilian case, that although the Bolsa Família Program was not created to reduce gender inequalities, the policy still contributed to the decision-making and women's choice, as well as dealing with the sphere linked to gendered poverty and exclusion in the labor market (Figure 1). The expansion of women's decision-making capacities was in line with the gender empowerment approach (KABEER, 1999). However, the controversial effect of the BFP was the overload of work in the reproductive sphere, reaffirming the androcentric bias described by McKay (2001), in line with universalist policies.

In the Argentine case, within the study of Asignación Universal por Hijo, the policy proved to be weak, in terms of gender equity, mainly due to informality and the impasses it generated for the integration of women into the labor market (Figure 2) and (ALONSO; PIZARRO, 2017). However, the policy's potential, in terms of recognition, was identified as an adjunct to women's social security and reproductive health programs.

According to both cases, considering the flaws and the epistemic exclusion of women, the policies still brought, in some way, a response to structural inequalities. That confirmed, universal basic income if applied with a gender lens considering invisible work, has enormous potential to mitigate inequalities linked to the feminization of poverty. However, even so, there is a need to combine this redistributive policy with social security policies in Latin America, as well as investments in early childhood education and reproductive health, which are essential for mitigating the burden of work on women.

Keywords: *Feminist Economics; International Development; Universal Basic Income.*

BIBLIOGRAPHY

- ALONSO, V. N.; PIZARRO, T. M. ¿Y el género en la seguridad social argentina durante los gobiernos kirchneristas? Estudio sobre las implicancias de la Asignación Universal por Hijo y el Plan de Inclusión Previsional. **RevIISE - Revista de Ciencias Sociales y Humanas**, v. 9, n. 9, p. 35–49, 2017.
- ALVES DE LIMA GERMINE, J.; GUIMARÃES PERES, R. Transferência de renda condicionada e o trabalho do cuidado: Uma análise do Programa Bolsa Família em 2019. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 1–21, 13 dez. 2021.
- BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? **Cadernos Pagu**, n. 55, p. e195525, 2019.
- BHATTACHARYA, T.; VOGEL, L. (EDS.). **Social reproduction theory: remapping class, recentring oppression**. London: Pluto Press, 2017.
- BLOFIELD, M. et al. A diagonal and social protection plus approach to meet the challenges of the COVID-19 syndemic: cash transfers and intimate partner violence interventions in Latin America. **The Lancet Global Health**, v. 10, n. 1, p. e148–e153, jan. 2022.
- CAMPAÑA, J. C.; GIMÉNEZ-NADAL, J. I.; MOLINA, J. A. Self-employed and Employed Mothers in Latin American Families: Are There Differences in Paid Work, Unpaid Work, and Child Care? **Journal of Family and Economic Issues**, v. 41, n. 1, p. 52–69, mar. 2020.
- CEPAL, N.; MULHERES, B. S. DE P. PARA AS; CARIBE, N. C. O. DE I. DE GÊNERO DE A. L. Y EL. ¿Qué Estado para qué igualdad?: XI Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe: Brasília, 13 al 16 de julio de 2010. jun. 2010.
- FOLBRE, N. **Who pays for the kids? gender and the structures of constraint**. London; New York: Routledge, 1994.
- KABEER, N. Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment. **Development and Change**, v. 30, n. 3, p. 435–464, jul. 1999.
- LAVINAS, L.; COBO, B.; VEIGA, A. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 6, n. 10, p. 31–56, 30 maio de 2019.
- MCKAY, A. Rethinking Work and Income Maintenance Policy: Promoting Gender Equality Through a Citizens' Basic Income. **Feminist Economics**, v. 7, n. 1, p. 97–118, jan. 2001.
- MICHA, A. Usos y administración de la Asignación Universal por Hijo (AUH): entre el “deber ser” y la autonomía económica de las mujeres. **Trabajo y sociedad**, n. 32, p. 359–386, jun. 2019.
- NASSIF-PIRES, L.; CARDOSO, A. L.; ANA LUÍZA, M. DE O. **Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza**. (Nota de Política Econômica nº 010). , 2021. Disponível em:



<<https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/genero-e-raca-em-evidencia-durante-a-pandemia-no-brasil-o-impacto-do-auxilio-emergencial-na-pobreza-e-extrema-pobreza/>>. Acesso em: 11 set. 2022

NUSSBAUM, M. CAPABILITIES AS FUNDAMENTAL ENTITLEMENTS: SEN AND SOCIAL JUSTICE. *Feminist Economics*, v. 9, n. 2–3, p. 33–59, jan. 2003.

OECD. **Enabling Women’s Economic Empowerment: New Approaches to Unpaid Care Work in Developing Countries**. [s.l.] OECD, 2019.

OECD. **Caregiving in Crisis: Gender inequality in paid and unpaid work during COVID-19**. OECD, , 2021. Disponível em: <<https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/caregiving-in-crisis-gender-inequality-in-paid-and-unpaid-work-during-covid-19-3555d164/>>. Acesso em: 11 out. 2022

POWER, K. The COVID-19 pandemic has increased the care burden of women and families. *Sustainability: Science, Practice and Policy*, v. 16, n. 1, p. 67–73, 10 dez. 2020.

UNDP. **Estudo global do PNUD propõe renda básica temporária para mulheres mais pobres | United Nations Development Programme**. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/news/estudo-global-do-pnud-prop%C3%B5e-renda-b%C3%A1sica-tempor%C3%A1ria-para-mulheres-mais-pobres>>. Acesso em: 10 set. 2022.

UNICEF. **El 48% de los niños, niñas y adolescentes en Argentina es pobre**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/argentina/comunicados-prensa/el-48-de-los-ni%C3%B1os-ni%C3%B1as-y-adolescentes-en-argentina-es-pobre>>. Acesso em: 3 jun. 2022.

VASUDEVAN, R.; RAGHAVENDRA, S. Women’s Self-Employment as a Developmental Strategy: The Dual Constraints of Care Work and Aggregate Demand. *Feminist Economics*, v. 28, n. 3, p. 56–83, 3 jul. 2022.

Painel: “VIOLÊNCIA EM REGIÕES DE CONFLITO”

UM PANORAMA SOBRE O TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES NO BRASIL: O DESCASO DO PODER PÚBLICO E A ASCENSÃO DO TERCEIRO SETOR

Ana Luiza Rocha Gomide¹⁷

1. INTRODUÇÃO

O tráfico de seres humanos é a terceira atividade ilícita mais lucrativa no mundo, sendo superada apenas pelo tráfico de armas e drogas. Estima-se que o lucro anual dessa modalidade criminosa chegue a aproximadamente 32 bilhões de dólares e que cerca de 2,4 milhões de pessoas no mundo sejam traficadas por ano. Sendo, a maioria delas, pobres, com baixos níveis de escolaridade e jovens (CHARF; VIEIRA, 2018).

Nesse sentido, um relatório do UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime), publicado em 2018, mostra que grande parte das vítimas são mulheres e meninas, recorte que chega a 72% dos casos (sendo 49% mulheres e 23% meninas), enquanto os homens representam os outros 28%, sendo 21% homens e 7% meninos (UNODC, 2018, p. 10). Outro fator que é alterado a depender do gênero em questão é a finalidade do tráfico internacional, “enquanto 83% das mulheres vítimas detectadas em 2016 foram traficadas para exploração sexual, 82% dos homens detectados foram traficados para trabalho forçado” (UNODC, 2018, p. 28).

Por conseguinte, o Brasil não fica de fora das estatísticas supracitadas, tendo em vista que ele atua como local de origem, de destino e de circulação de pessoas vítimas do tráfico. Contudo, mesmo o país estando imerso nessa rede criminosa, as informações a respeito dessa atividade ilícita ainda são muito pouco difundidas. Uma pesquisa realizada pela Associação Mulheres pela Paz, em parceria com o Datafolha, coletou dados de todas as regiões brasileiras e pode concluir que somente 17% das pessoas entrevistadas se consideram bem informadas sobre o tráfico de mulheres (CHARF; VIEIRA, 2018).

¹⁷ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio da Mesquita Filho” (UNESP). [https://lattes.cnpq.br/5833015802726527]



Essa mesma pesquisa aponta que 66% dos entrevistados avaliam que “a cobertura da mídia tem viés criminal, o que contribui para culpabilizar as vítimas e aumentar o preconceito” (CHARF; VIEIRA, 2018, p. 25). Assim sendo, fazem-se necessárias novas maneiras de abordar esse problema, tirando-o da esfera criminalista e o abordando através de uma esfera social e multidisciplinar, o que será explanado ao longo da pesquisa.

É de conhecimento geral que estudar um fato criminoso é uma tarefa complexa, pois carece de dados, estatísticas, pesquisas, metodologias etc; portanto, esse estudo mostra-se essencial. Quanto mais pessoas pesquisando sobre o tema, mais ele será difundido, maior será sua notoriedade em tópicos de discussões, tanto dentro do ambiente acadêmico quanto fora. Além disso, atuais políticas públicas só serão melhoradas e novas só serão criadas se esse assunto voltar a integrar os palcos de debates.

No começo da primeira década do presente milênio, esse assunto estava em alta no Brasil. Entretanto, para a população no geral, esse tema atingiu seu ápice somente nos anos de 2012 a 2013, quando a novela *Salve Jorge* era transmitida na televisão aberta. Foi durante essa época que a maioria das pessoas tomou conhecimento que esse era de fato um problema existente. Nesse período, o tema era bastante debatido na mídia (porém, de maneira contraditória, o que acabou por reforçar preconceitos e estereótipos, dificultando, assim, a solução do problema). Após passado o *boom* do programa televisivo, o assunto voltou a perder relevância no cenário midiático nacional.

Contudo, mesmo a maioria da população só tomando conhecimento nessa época, foi durante os governos petistas que o tema foi mais debatido, sobretudo nos governos Lula e no primeiro mandato da Presidente Dilma. Entretanto, com a instabilidade do contexto brasileiro ao passar dos anos, o cenário de impeachment, somado com governos que não demonstraram muita preocupação com problemas sociais, esse tema foi perdendo relevância. Isso só piorou com a chegada da pandemia, pois todos os esforços voltaram-se para questões ligadas à saúde e à economia. No cenário internacional não foi diferente, a maioria dos Tratados, Convenções e Leis foram realizados na primeira década do milênio. Portanto, faz-se necessária a volta das discussões acerca dessa complexa temática. É em vista de todo o exposto que essa pesquisa se manifesta com uma extrema relevância, afinal o problema só chegará perto de ser solucionado através de muito estudo, pesquisa e debate acerca do tema.

Portanto, o objetivo geral desse trabalho é investigar se o fato do terceiro setor atuar em uma questão de tamanha complexidade - o tráfico internacional de mulheres - indica que o poder público brasileiro é ineficaz no sentido de solucionar esse problema. Enquanto os objetivos específicos são: demonstrar as mutações e perpetuações do fenômeno do tráfico internacional de pessoas, através de um panorama histórico; analisar dados que relacionem esse problema a uma questão de gênero, buscando explicar porque mulheres sofrem muito mais com esse problema; discutir as contradições envolvidas nas tentativas de compreender - e tentar solucionar - o problema, por parte do Estado e da sociedade civil e, por fim, avaliar as tratativas já feitas nesse sentido, tanto por parte do poder público quanto por parte do terceiro setor.

2. DESENVOLVIMENTO

Essa pesquisa, através de um método qualitativo, visa a responder o problema “o fato do terceiro setor atuar em uma questão de tamanha complexidade - o tráfico internacional de mulheres - indica que o poder público brasileiro é ineficaz no sentido de solucionar essa questão?”. Problema o qual será guiado pelas hipóteses: as análises feitas pelo Estado são muito rasas, não levando em conta as verdadeiras causas do problema e os inúmeros programas criados pelo terceiro setor para tentar colaborar com essa luta antitráfico na verdade demonstram uma falha na ação do poder público.

Portanto, para isso, primeiramente é explicado sobre as dificuldades enfrentados na tentativa de solucionar esse problema e, nessa etapa da pesquisa, são utilizados os argumentos defendidos na tese de doutorado Tráfico Internacional de Mulheres: nova face de uma velha escravidão, da pesquisadora Tânia Teixeira Laky de Sousa, na dissertação de mestrado Tráfico de Mulheres e Exploração Sexual, da Priscila Nottingham de Lima e no livro Tráfico de Mulheres em Portugal para Fins de Exploração Sexual, de Boaventura de Souza Santos et al.

A fim de entender melhor os dilemas envolvendo o terceiro setor, são apresentados e discutidos os argumentos do precursor desse termo no Brasil, Rubem César Fernandes, expostos no seu livro Privado Porém Público. Como um complemento a esse livro, é utilizado o artigo Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs, da Maria da Glória Gohn, grande especialista no tema.



Além dessa pesquisa bibliográfica utilizando artigos, livros, dissertações e teses, também é feita uma pesquisa documental, utilizando fontes primárias, como leis brasileiras que dizem respeito a essa temática, tanto as revogadas quanto as vigentes; Planos de Enfrentamento a esse problema, nacionais e internacionais; Tratados Internacionais que o Brasil é signatário, Relatórios Internacionais, Convenções etc. Dentre eles, os mais importantes analisados durante a pesquisa são: o Relatório da UNODC de 2008, a Convenção de Direitos Humanos da ONU, de 1948 (a fim de sinalizar as semelhanças entre ela e a Constituição Cidadã, de 1988), Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (mais conhecido como Convenção de Palermo), o Primeiro, Segundo e Terceiro Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A fim de auxiliar na análise desses documentos, é utilizado o livro “Mulheres, Migração e Tráfico: Análise do Discurso jurídico-penal brasileiro”, de Raquel Negreiros Silva Lima.

Por fim, também são analisados os dados obtidos nas pesquisas Pestraf (Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil), publicada em 2002 e coordenada pelo Cecria (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes) e na pesquisa Percepção da Sociedade Sobre o Tráfico de Mulheres, realizada pela Associação Mulheres pela Paz, em parceria com o Datafolha, de 2018.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode-se constatar, o problema do tráfico internacional de pessoas não é de fácil solução. A começar pela dificuldade de medir com precisão o seu alcance e o seu impacto, pois depende de uma gama de fontes, metodologias e definições (UNODC, 2008, p. 81). As quais são extremamente difíceis de precisar pois, como o tráfico é uma atividade clandestina, “suas consequências também estão ocultas e ainda não foram desenvolvidos indicadores adequados que permitam à comunidade antitráfico medir com sucesso o impacto desse crime” (UNODC, 2008, p. 81, tradução nossa).

O Estado brasileiro já realizou algumas medidas na tentativa de atenuar essa problemática, como, por exemplo: as melhorias nas leis, a criação dos Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP, II PNETP e III PNETP), do Comitê Nacional



de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP) e dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETPs). Entretanto, algumas questões deveriam ser levadas em consideração ao formularem essas políticas.

Primeiramente, como esse é um problema que envolve inúmeros países, a busca por uma solução também deve ser feita através de uma cooperação internacional, ou seja, “o caráter transnacional desse tipo de criminalidade exige medidas nacionais que não sejam levadas a cabo isoladamente” (SANTOS, *et al.*, 2008, p. 51). Ademais, “a natureza do tráfico de pessoas obriga a que os vários países cooperem ao nível, quer da acção, quer da harmonização legislativa, evitando que os traficantes possam manipular o vazio legal de alguns países” (SANTOS, *et al.*, 2008, p. 51).

Além de envolver vários Estados, o tráfico internacional de pessoas também envolve vários setores da sociedade, logo não é eficaz tratá-lo somente na esfera criminal, é necessário que haja políticas articuladas em diversos segmentos. Sobretudo deve haver três tipos de políticas: econômicas, migratórias e de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Sendo as últimas eficazes, se as outras duas “estiverem em consonância, fortalecendo as pessoas, ampliando suas oportunidades e acesso aos seus direitos e tendo uma escolha real de permanecer num lugar ou de migrar” (HAZEL, 2008, p. 23, apud LIMA 2012, p. 127). Além dessas políticas públicas que articulam vários setores da sociedade, também é necessário que os formuladores delas deem ouvidos às mulheres e as coloquem como protagonistas. Esse tipo de tratamento do problema, o tirando da esfera criminal e o colocando em uma abordagem multidimensional, seria muito mais eficaz do que os já feitos até o momento.

Por causa de todos esses erros que o poder público comete ao tentar solucionar essa questão, que o terceiro setor se vê na necessidade de intervir. Em um cenário ideal, o terceiro setor apenas auxiliaria o primeiro, porém não é isso que ocorre, pois ele acaba, na maioria das vezes, tendo que adentrar espaços que o Estado não consegue e fazendo seu trabalho por ele.

Portanto, pode-se notar, ao longo da argumentação, que as hipóteses apresentadas no início do trabalho foram confirmadas, pois o Estado realmente atua de maneira ineficaz ao não adentrar as causas sociais do problema, só o tratando de maneira superficial e criminalista. Logo, com esse Estado pouco presente, maior tende a ser a atuação do terceiro setor, na tentativa de fornecer amparo a essas vítimas. No âmbito nacional, as principais iniciativas do terceiro

setor nesse sentido são: a ONG CAMI, a ONG Repórter Brasil, a Missão Paz, o Coletivo Mulheres da Luz e a OSC Vitória Régia e, no âmbito internacional, as principais são: CATW, GAATW, On The Road e a La Strada. Assim sendo, é necessário que haja tanto cooperação das organizações nacionais com as transnacionais quanto cooperação do terceiro setor com o primeiro. Somente assim, com vários setores da sociedade se mobilizando, esse problema terá chances de acabar.

Palavras-chave: *Tráfico Internacional de Mulheres; Poder Público; Terceiro Setor.*

4. REFERÊNCIAS

ALENCAR-RODRIGUES, Roberta de; STREY, Marlene Neves; ESPINOSA, Leonor Cantera. **Marcas Do Gênero Nas Migrações Internacionais Das Mulheres**, 2009. 430 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/TPQwhZHCsjf78f5bFxpT7P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Guia de assistência e referenciamento de vítimas de tráfico de pessoas**. Brasília, 2015. Disponível em <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes>. Acesso em 25 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. **II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/04/2013-04-08_Folder_IIPNETP_Final.pdf. Acesso em 22 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. **III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/trafico-de-pessoas/coletanea-de-instrumentos-de-enfrentamento-ao-trafico-de-pessoas>. Acesso em 22 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório Final de Execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.asbrad.org.br/wp-content/uploads/2018/12/etprelatorioplanonacional.pdf>. Acesso em 21 set. 2021.

BRASIL. Ministério Público Do Trabalho. **Tráfico de pessoas: uma visão plural do tema**. Brasília, 2021. Disponível em: https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/livros/trafico-de-pessoas-uma-visao-plural-do-tema/@@display-file/arquivo_pdf. Acesso em 03 jan. 2022.

CENTRO de apoio e pastoral do migrante. **CAMI**, [s.d.]. Serviço Social. Disponível em: <https://www.cami.org.br/servico-social/>. Acesso em: 03 set. 2021.

CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil**. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.namaocerta.org.br/pdf/Pestraf_2002.pdf. Acesso em 15 nov. 2021.

CHARF, C.; VIEIRA, V. (org.) **Percepção da Sociedade sobre o Tráfico de Mulheres**. 2. ed. São Paulo: Max Editora e Impressões Digitais, 2018. 131 p.

COALITION Against Trafficking in Women. **CATW International**, 2022. Our Work. Disponível em: <https://catwinternational.org/our-work/>. Acesso em: 03 set. 2021.

CONVENÇÃO das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. **ONU**. 2003. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html>. Acesso em: 15 dez. 2021.

COSTA, Ilton Garcia da; FREITAS, Paulo Henrique de Souza (org.). **Terceiro Setor, ONGs: Questões Críticas**. São Paulo: Verbatim, 2012.

DEMIR, Jenna Shearer. **Trafficking of Women for Sexual Exploitation: A Gender-Based Well-Founded Fear? An examination of refugee status determination for trafficked prostituted women from CEE/CIS countries to Western Europe**. 2003. Disponível em: <https://sites.tufts.edu/jha/files/2011/04/a115.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

ESCRAVO, nem pensar! **Escravo, nem pensar!**, [s.d]. Sobre. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/sobre/>. Acesso em: 05 set. 2021.

FERNANDES, Rubem César. **Privado Porém Público: o terceiro setor na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GLOBAL Alliance Against Traffic in Women. **GAATW**, [s.d.]. About Us. Disponível em: <https://www.gaatw.org/about-us>. Acesso em: 03 set. 2021.

GOHN, Maria da Glória. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Nômadias**, Bogotá, n. 20, 2004, pp. 140-150. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105117734013.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

GRUPO Mulheres do Brasil. **Grupo Mulheres do Brasil**, [s.d.]. Nossa história. Disponível em: <https://www.grupomulheresdobrasil.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 01 set. 2021.

GUTIERRES, Kellen Alves. **Avanços e retrocessos: o terceiro setor e os impasses para a construção democrática no Brasil**. Orientador: Gabriel Cohn. 2016. 126f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28052007-140552/publico/TESE_KELLEN_ALVES_GUTIERRES.pdf. Acesso em: 31 out. 2021.

INSTITUTO Migrações e Direitos Humanos. **Instituto Migrações e Direitos Humanos**, [s.d.]. Irmãs Scalabrinianas. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/irmas-scalabrinianas-2/>. Acesso em: 03 set. 2021.

KEMPADOO, Kamala. **Mudando o Debate sobre o Tráfico de Mulheres**. Toronto, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/JpswpsvLZfWZWFycvwyFPD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2021.



LA Strada International. **La Strada International**, [s.d.]. About us. Disponível em: <https://www.lastradainternational.org/about-us-la-strada-international/>. Acesso em: 03 set. 2021.

LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (org). **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília: Leal Produções & Publicações, 2007. Disponível em: https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Trafico-de-Pessoas-e-Violencia-Sexual-livro_Violes_UnB.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

LIMA, Priscila Nottingham de. **Tráfico de Mulheres e Exploração Sexual**. Orientadora: Maria Helena de Paula Frota. 2012. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

LIMA, Priscila Nottingham de. Tráfico de Pessoas como Violência de Gênero. 2011. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5. 2011, São Luís. **Anais**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/TRAFFICO_DE_PESSOAS_COMO_VIOLENCIA_DE_GENERO.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

MECKLED-GARCÍA, Saladin; ÇAH, Başak (ed.). **The Legalization of Human Rights: Multidisciplinary perspectives on human rights and human rights law**. Oxfordshire: Routledge, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=UupMh8caHawC&pg=PA105&dq=women&hl=pt-BR&ei=xAgQYs-qGMTRwAWL2J3oDA&cd=1#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 25 out. 2021.

MISSÃO Paz. **Missão Paz**, 2021. Casa do Migrante. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/irmas-scalabrinianas-2/>. Acesso em: 05 set. 2021.

MORAES, Ana Luisa Zago de. **Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil**. Orientador: José Carlos Moreira da Silva Filho. 2016. 88f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7787/1/000477163-Texto%2bParcial-0.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.

MULHERES da Luz. **Mulheres da Luz**, [s.d.]. Página inicial. Disponível em: <https://www.mulheresdaluz.com.br/>. Acesso em: 01 set. 2021.

OJEDA, Igor. A complexa relação entre Estado e ONGs. **Desafios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 71, n.p., mai. 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2727:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 05 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 06 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. **An Introduction to Human Trafficking: Vulnerability, Impact and Action**. Nova

York, 2008. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/An_Introduction_to_Human_Trafficking_-_Background_Paper.pdf. Acesso em: 16 dez 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena; BAGANHA, Maria Ioannis. **Tráfico de Mulheres em Portugal para Fins de Exploração Sexual**. Lisboa: Clássica Artes Gráficas, 2008. 626 p.

SANTOS, Suely Xavier dos. **Organização do Terceiro Setor**. Natal: EdUnP, 2012. Disponível em: https://conteudo.unp.br/ebooks_ead/Organizacao_no_Terceiro_Setor.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

SOUSA, Tania Teixeira Laky de. **Tráfico Internacional de Mulheres: Nova Face de Uma Velha Escravidão**. Orientadora: Maria Lúcia Martinelli. 2013. 586 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Identidades em Construção**: as organizações não governamentais no processo brasileiro de democratização. Orientadora: Evelina Dagnino. 2000. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

THE Exodus Road. **Exodus Road**, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://theexodusroad.com/>. Acesso em: 01 set. 2021.

VASCONCELOS, Marcia; BOLZON, Andréa. Trabalho forçado, tráfico de pessoas e gênero: algumas reflexões. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 65-87, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/wZMLq7N9L6fdCrcqQnNcLRB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2021.

VISÃO Mundial. **Visão Mundial**, [s.d]. Nossa história. Disponível em: <https://visaomundial.org.br/nossa-historia>. Acesso em: 01 set. 2021.

VITÓRIA Régia Núcleo De Apoio Feminista. **Prosas**, 2021. Empreendedores. Disponível em: <https://prosas.com.br/empreendedores/34695>. Acesso em: 05 set. 2021.

XEREZ, Livia. **Tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual: estratégias nacionais e locais de enfrentamento**. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/trafico-de-pessoas/premios-e-concursos/livia-xerez.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021

ZANFERRARI, Elisa. **O Tráfico de Pessoas e as Políticas Públicas Nacionais de Enfrentamento ao Crime**. 2014. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Curso de Especialização em Jurisdição Federal, Escola Superior da Magistratura Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: https://ajufesc.org.br/wp-content/uploads/2017/02/5961_Elisa_Zanferrari.pdf. Acesso em: 8 jan. 2021.

“MULHERES DE CONFORTO” NO MASSACRE DE NANQUIM: O PROCESSO DAS MULHERES SEXUALMENTE ESCRAVIZADAS PELAS FORÇAS ARMADAS IMPERIAIS JAPONESAS

Karine Yukari Shiroma¹⁸

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual, disfarçada de “prostituição”, cometida pelo Exército Imperial Japonês no período anterior e durante a Segunda Guerra Mundial, continua sendo um desafio que as mulheres vítimas da escravidão ainda reivindicam, procurando por reparações. A discussão acerca do papel das autoridades responsáveis, especialmente durante o episódio “Massacre de Nanquim” (13/12/37-01/38) ocorrido na China, ainda é pouco debatida e com muitas controvérsias, visto o envolvimento das forças armadas de uma nação historicamente imperialista e, conseqüentemente, a imprecisão de dados do número de mulheres violentadas durante o episódio como forma de ocultamento desses dados e preservação da imagem do exército imperial. Soma-se a isso o estigma social causado nas vítimas - tendo em vista que se trata de uma nação ainda bastante conservadora - fazendo com que muitas mulheres não tenham coragem de assumir o fato publicamente (NETO, 2021, p. 41 apud CHANG, 1997), e, portanto, dificultando a precisão do número de vítimas.

Para além de investigar de que forma a permanência desse estigma é intrínseca à cultura sul-coreana, haja vista que foram essas as principais vítimas no tráfico de mulheres durante o período descrito, a pesquisa pretendida tem por intuito analisar as violências de gênero, o estupro como arma de guerra - crime reconhecido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) por meio da Resolução 1820 (2008) - e a exploração sexual cometida pelas forças armadas japonesas no evento em questão. Ademais, de modo subsidiário, avaliar como os reflexos dessas violências ainda permanecem nos dias de hoje, especialmente reveladas pela minimização do ocorrido pelas autoridades responsáveis.

¹⁸ Graduanda de Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e pesquisadora PIBIC/ISB (processo 6019). <http://lattes.cnpq.br/8396316018308329>

Posto que, a própria aceitação de órgãos nacionais e internacionais do termo que as denomina “mulheres de conforto” é oficialmente e recorrentemente utilizada ao abordar a temática (MARCELO NETO, 2021), e dado que tal designação é avaliada como um termo pejorativo, conotando em sua semântica a predominância da servilidade feminina – ao se referir ao escravagismo, coersão e exploração sexual da mulher vítima do tráfico humano no contexto da guerra sino-japonesa –, acredita-se que a violência permanece e, portanto, precisa ser estudada. No relatório da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, conforme a Resolução 1994/45, intitulado “*Report on the mission to the Democratic People's Republic of Korea, the Republic of Korea and Japan on the issue of military sexual slavery in wartime*” (1996)¹⁹, a relatora Especial Radhika Coomaraswamy expõe, em consonância com a opinião do Grupo de Trabalho sobre Formas Contemporâneas de Escravidão (ONU) que o termo em questão “não reflete minimamente o sofrimento, como estupros múltiplos no dia-a-dia e abusos físicos graves, que as mulheres vítimas tiveram que suportar durante sua prostituição forçada e subjugação sexual e abuso em tempo de guerra.” (tradução minha, UNITED NATIONS, 1996).

A partir deste relatório, e de demais depoimentos das vítimas, como o de Kim Bok-Dong (1926-2019), sul-coreana vítima da exploração sexual e ativista símbolo de resistência, será investigada as finalidades envolvidas que levaram as mulheres a serem enganadas e traficadas para servirem nas “casas de conforto” em torno das bases militares japonesas na China. Além também de analisar o contexto histórico envolvido e o processo que culminou no crime, visto que, através do relato de Bok-Dong²⁰, ela revela que os soldados japoneses, durante a invasão na Coreia, recrutavam à força as meninas para irem trabalhar nas fábricas de uniforme, ameaçando suas famílias caso se negassem, para então, após serem enganadas, serem traficadas para a China, onde eram estupraadas pelos soldados.

Tratava-se, portanto, de mulheres de classe baixa em um período que, quando não enganadas e sequestradas, eram vendidas pela própria família, difundindo o ato da “venda de

¹⁹ Relatório publicado pelo Conselho Econômico e Social da ONU, elaborado a partir do convite dos governos da República da Coreia e Japão, em que a Relatora Especial visitou Seul de 18 a 22 de julho de 1995 e Tóquio de 22 a 27 de julho de 1995 para estudar em profundidade a questão de escravidão sexual militar. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/228137#record-files-collapse-header>>

²⁰ A entrevista com Kim Bok-Dong está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qsT97ax_Xb0>

filhas” como uma prática criada no período da colonização japonesa e tornando-a um costume. Não se sabe exatamente como tal prática estabeleceu-se, visto a inexistência de registros oficiais a respeito. Segundo Myung-sook Yun²¹, estima-se, porém, por meio dos relatos pessoais das vítimas, que a prática se espalhou conforme o esquema japonês de legalização da prostituição paulatinamente difundiu-se na Coreia do Sul.

Desse modo, procura-se compreender os antecedentes das atrocidades cometidas, assim como o cenário que se encontra hoje, posto que, apesar do episódio do “Massacre de Nanquim” ou “Estupro de Nanquim” - período da história mais latente sobre os crimes de guerra japonesa - ter se encerrado em 1938, as consequências para as vítimas ainda são persistentes, seus impactos reverberam na constituição das famílias, visto a violência e traumas psicológicos que carregam do episódio, além da dificuldade na reinserção social das mesmas depois de anos aprisionadas.

Ademais, com esta pesquisa, pretende-se compreender o fenômeno que levou os soldados a cometerem tais atrocidades, tendo em vista que “alguns estudiosos japoneses acreditam que os horrores do estupro de Nanquim e outros ultrajes da Guerra Sino-Japonesa foram causado por um fenômeno chamado ‘a transferência da opressão’”²² (tradução minha, CHANG, 1997), consistindo na ideia de que os soldados japoneses, devido a forma cruel e humilhante dos treinamentos que foram submetidos e a natureza hierárquica do exército japonês, possuem grande potencial de brutalidade, transferindo a opressão que sofreram àquelas que consideravam com status de poder inferior: as mulheres estrangeiras. Portanto, espera-se que a conclusão desta pesquisa possa impulsionar novas reflexões acerca do tema, que é pouco abordado em Relações Internacionais, sobretudo tendo o continente asiático como a região a ser tratada, em que bibliografia disponível é escassa no idioma português.

2 DESENVOLVIMENTO

²¹ Pesquisadora convidada do centro de Pesquisa da questão sobre as mulheres de conforto da China, da Universidade de Xangai, no posfácio da *graphic novel* “Gramma” (Keum Suk Gendry-Kim).

²² Trata-se de um termo cunhado por George Hicks em “*The Comfort Women*” (1994) e que é explicado por Iris Chang através da ideia desenvolvida por Tanaka Yuki.



A presente pesquisa está inserida nos estudos de Gênero e Segurança, sobretudo acerca da violência de gênero e violação dos direitos humanos no cenário de conflito militar, constituindo crimes de guerra e tráfico internacional de mulheres. Apresenta caráter teórico-bibliográfico e análise documental por meio de bibliografia especializada, dedicando-se a investigar relatórios e pronunciamentos oficiais sobre o “Massacre de Nanquim” das autoridades nipônicas e sul-coreanas.

Utilizou-se entrevistas e depoimentos das mulheres vítimas que conseguiram expor publicamente sobre o ocorrido, assim como relatórios de missões especiais da ONU que ocorreram a fim de proporcionar um estudo da escravidão sexual por militares no período da guerra, com o recorte da violência contra a mulher, suas causas e consequências, a partir da visita *in locus*, proporcionado por publicações de materiais da Comissão de Direitos Humanos da ONU, além de outras pesquisas disponíveis em bases de dados, como a da Universidade de Yale (sítio).

Para isso, está sendo feita uma revisão e análise bibliográfica que contemplem temas sobre a situação anterior e posterior a Segunda Guerra Mundial, dando destaque ao evento “Massacre de Nanquim”, abordado a partir de uma perspectiva anticolonial e anti imperialista, com foco no Estudos de Gênero, em especial as discussões de gênero nas teorias feministas. Nesta etapa serão estudadas as produções de autores(as) como: Yoshiaki Yoshimi, Myung-sook Yun, Keum Suk Gendry-Kim, Iris Chang e Katharine H. S. Moon, na abordagem sobre escravas sexuais no contexto da guerra; Rosa Luxemburgo, referente a teoria anti imperialista; enquanto Bell Hooks, Cynthia Enloe, Judith Ann Tickner e Patrícia Hill Collins dão suporte teórico referente a teoria crítica feminista.

Em seguida, investiga-se o contexto atual das relações bilaterais entre o Japão e Coreia do Sul, os acordos feitos sobre a questão, resoluções e reparações que o governo japonês se propôs a fazer, assim como pronunciamentos de ambas as nações sobre o ocorrido e de que formas as vítimas e suas famílias são vistas e tratadas nos dias de hoje. Para isso, analisa-se os pronunciamentos oficiais e fontes jornalísticas, como o “*Japan Focus: The Asia-Pacific Journal*”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, os resultados finais ainda não são conclusivos. Porém, a fim de contemplar a investigação a partir de seu objetivo geral inicial referente as consequências decorrentes da escravidão e violência sexual de mulheres pelas forças armadas japonesas durante o Massacre de Nanquim, nota-se, a princípio e a partir da utilização da teoria feminista como ferramenta analítica e como teoria social crítica, o termo misógino “mulheres de conforto”, recorrentemente utilizado nas pesquisas especializadas e associações oficiais para se referir às vítimas do escravagismo nipônico, intensificando a estrutura conservadora e ilustrando o caráter de poder decorrente da sociedade nipônica e o negacionismo das autoridades quanto as violações cometidas. A partir dessa análise, e analisando o contexto atual da relação entre os dois países, nota-se o descaso do governo japonês ainda nos dias atuais, sem o comprometimento e prudência com a situação das vítimas e os danos causados, haja vista que, mesmo após o Japão ser indenizado, o mesmo se opôs às decisões do Tribunal da Coreia do Sul, alegando que os fatos ocorridos já foram resolvidos em tratados anteriores.

Esse processo histórico ainda não teve fim e ainda é pauta nas relações bilaterais, com o Japão prolongando o processo e dificultando o julgamento, sobretudo anos depois do “massacre de Nanquim” e o falecimento de muitas das vítimas sul-coreanas que tiveram coragem de vir a público registrar-se como mulheres que foram violentadas pelas forças armadas japonesas, esvaziando as fontes e relatos documentais.

Palavras-chave: *Violência sexual; Estupro de Nanquim; Crime de Guerra.*

REFERÊNCIAS

CHANG, Iris. **The Rape of Nanking: The Forgotten Holocaust of World War II.** New York: Basic Books, 1997.

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade as Critical Social Theory.** 1. ed. Durhan and London: Duke University Press, 2019.

COLLINS, P. H. A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa. **Rev. Sociologias Plurais**, v. 8, n. 1, p. 11– 44, jan. 2022.

ENLOE, Cynthia. **The Morning After: Sexual Politics at the End of the Cold War.** 1ª ed, University of California Press, out 1993.



GENDRY-KIM, Keum Suk. **Gramma**. 1ªed., Pipoca e Nanquim, jul, 2020.

KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, 2020

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 09, p. 73–101, 1 jul. 2008.

MOON, Katharine H. S. **Sex Among Allies: Military Prostitution in U.S. - Korea Relations**. Columbia University Press, 1997.

MARCELO NETO, Mario. Entre a bomba atômica e os crimes de guerra: o negacionismo e a historiografia japonesa em perspectiva. **Revista Brasil História**, Dossiê Negacionismos e usos da história e usos, v. 41, nº 87, Maio-agosto, 2021.

THE NANKING MASSACRE Project: Photographs and Films. Disponível em: Disponível em: <https://web.library.yale.edu/divinity/nanking/photographs> Acesso em: 2 ago. 2020.

TICKNER, J. Ann. Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR theorists. **International Studies Quarterly**, v. 41, p. 611-632, 1997.

YOSHIMI, Yoshiaki. **Comfort Women: Sexual Slavery in the Japanese Military During World War II**. New York: Columbia University Press, 2002.

UNITED NATIONS. United Nations Security Council Resolution 1820. **S/RES/ 1820** (2008).

UNITED NATION. Economic and Social Council. **Report on the mission to the Democratic People's Republic of Korea, the Republic of Korea and Japan on the issue of military sexual slavery in wartime**. Commission on Human Rights, jan, 1996.

SILÊNCIO E INVISIBILIDADE: A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NAS BASES MILITARES NORTE-AMERICANAS EM OKINAWA (1947-2016)

Likou Shimizu Sumiyori²³

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as diversas questões que permeiam o silenciamento e a invisibilidade da violência sexual contra mulheres nas bases militares estadunidenses de Okinawa, em um recorte temporal específico, que vai do ano de 1947 até o ano de 2016. Neste sentido, é importante destacar a complexidade que o objeto referido se insere, onde a sua razão será trabalhada ao longo do texto, porém, de início, é possível citar alguns elementos fundamentais que acompanhará na argumentação da mesma: a relação hegemônica de Estados Unidos e Japão com Okinawa, o imperialismo estadunidense, a diversidade de visões de mulheres okinawanas em relação aos militares estadunidenses e a simbologia do estupro nos arranjos de uma Okinawa colonizada.

A escolha do objeto para a pesquisa, justifica-se em face do que se segue. Primeiramente, a condição da mulher no âmbito mais holista das estruturas históricas do Japão se reveste em condição subalterna que, embora com diferentes temporalidades, persiste de forma indelével em diversos campos da sociedade japonesa, que vai desde a filologia até a política. Nesse sentido, é possível exemplificar uma parte dessas múltiplas mediações históricas que situam a condição feminina observando que no kanji (ideograma japonês), existe o “安”, que corresponde à palavra “barato”, possui em sua composição, o ideograma “女” que significa “mulher”. Acrescente-se em termos mais recentes a isto a enorme lacuna que ainda existe na sociedade japonesa no tocante a avanços para as mulheres, referentes a posições em cargos públicos, eletivos e governamentais em comparação a outros Estados. Ainda exemplificam isto a enorme resistência existente na apuração e julgamentos de casos recentes de violências contra as mulheres, bem como a enorme recusa à preservação de seus nomes originários nos casamentos, e outros fatos não tão recentes, como a enorme convivência e um grande

²³ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus Marília e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-RI). <http://lattes.cnpq.br/305426532192506>

silenciamento em posturas no pós-guerra contra crimes de guerra como os estupros e morticínios em massa de Nanquing de 1937 e aqueles direcionados às mulheres de conforto coreanas ao longo da Segunda Guerra.

Em segundo lugar, as diversas formas da constante invisibilidade e silenciamento sofridas pelas mulheres okinawanas, inclusive na perspectiva hegemonicamente (GRAMSCI, 1975) masculinizada do campo disciplinar e prático (KRONSELL, 2006) das Relações Internacionais. Foi observado durante toda a pesquisa, o contexto de um esforço deliberado para apagar e silenciar as marcas e consequências da ocupação no tocante às vítimas femininas de violência sexual envolvendo as bases militares estadunidenses em Okinawa, uma ilha com um histórico complexo de dupla colonização e marginalização, onde inicialmente era um reino independente, até que em 1879 foi invadido pelo Japão e se tornou uma de suas províncias e posteriormente, em 1945, na Segunda Guerra Mundial, ocorre a “segunda conquista” da ilha pelos Estados Unidos, em uma guerra sangrenta e cruel intitulada como “Batalha de Okinawa”.

Nesse sentido, a pesquisa busca atingir dois objetivos principais. O primeiro objetivo central resume-se no seguinte problema: a partir de um viés feminista que considere especificidades culturais, sociais e históricas, como analisar a violência contra a mulher no tocante à base de Okinawa de 1947 a 2016 a partir das fontes disponíveis? O segundo objetivo central consiste no teste da seguinte hipótese: no período em questão, a literatura disponível pouco evidencia sobre o viés específico das mulheres vitimadas e boa parte de aspectos das narrativas e das análises disponibilizadas evidencia o silenciamento e a invisibilidade das mesmas, agravado pelos vieses não atentos às questões específicas japonesas e femininas.

2 DESENVOLVIMENTO

No que se refere à metodologia, as abordagens adotadas possuem um cuidado metodológico para analisar e situar o objeto referido em suas especificidades culturais e históricas, para que não ocorra nenhum anacronismo decorrente de uma abordagem internacionalista hegemônica ou de viés eurocêntrico ou “ocidental” que reifica a concretude de carne e osso das mulheres okinawanas em questão. Assim, a pesquisa trabalha através de um viés feminista, onde as referenciais utilizadas se remetem ao feminismo no campo disciplinar internacionalista de autoras como Enloe (2000) e Tickner (2001) e também fora dele, com



teóricas como Safiotti (1976) e Davis (2016), além das consequências teórico-práticas que surgiram ao longo do trabalho. Assim, a abordagem adotada, que possui um caráter holista, histórico, inter-relacional e interseccional, que não separa sujeito, objeto, classe, raça e outras questões pertinentes, busca se atentar especificamente ao papel da mulher e a sua relação nos arranjos onde o seu protagonismo e os aspectos decorrentes deste são considerados como irrelevantes e marginais (ENLOE, 1996, 2000) nas Relações Internacionais, neste caso, que se referem às diferentes atuações das mulheres em Okinawa, que vão além dos seus papéis como vítimas. Portanto, não será utilizada uma visão feminista “ocidental”, onde Butler (1990) indica que:

Esta forma de teorização feminista foi criticada por seus esforços de colonizar e se apropriar de culturas não ocidentais, instrumentalizando-se para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão, e também por tender a construir um “Terceiro Mundo” ou mesmo um “Oriente” em que a opressão de gênero é sutilmente explicada como sintomática de um barbarismo intrínseco e não ocidental (BUTLER, 1990, p.17).

Além disso, na linha de raciocínio apontada, assume relevância aspectos decorrentes do método gramsciano ao se desdobrar de sua categoria de hegemonia. Quais sejam, a primeira seria seu historicismo absoluto, do qual se desdobra de que não existe repetição e analogia histórica. A segunda seria a análise de relações de força, segundo a qual não se pode focar somente em uma conjuntura ou em uma única dimensão de análise e sim em todo um processo histórico, derivando o entendimento de que forças sociais e históricas somente podem ser tomadas como esgotadas após o desenvolvimento de todas as suas potencialidades e contradições, aliando conjuntura e longa duração, aspectos quantitativos e aparentes com forças históricas em múltiplas dimensões. A terceira seria a “tradução”, a resignificação de uma formulação ou conceito para a sua peculiaridade histórica, cultural, social, econômica etc., cuja consecução seria não mecânica e profunda somente no âmbito do materialismo histórico. A aplicação de tais referências para análise da bibliografia buscará não focar somente nos aspectos interestatais ou de uma única dimensão, buscando o todo e entendendo que interno e internacional no objeto em tela fazem parte de um processo histórico mais amplo, incidindo principalmente sobre a particularidade da hegemonia norte-americana, considerando-se os nexos específicos com o objeto, a hegemonia masculina e pontos relevantes do imperialismo sobre o Japão e como ele se desdobra para as mulheres okinawanas.

No entanto, entende-se que seja necessário trazer as dificuldades encontradas durante o desenvolvimento do presente trabalho. A principal dificuldade corresponde à escassíssima literatura encontrada sobre a temática, sobretudo materiais que mostram relatos e perspectivas das próprias vítimas okinawanas, indicando já o silenciamento, a invisibilidade e a negligência que os casos de violência sexual de mulheres sofrem por parte principalmente do governo dos Estados Unidos, considerando que os agressores são os militares estadunidenses que se encontram nas bases em Okinawa, e do governo japonês, que apesar de considerar a ilha como seu território legítimo, corrobora para a marginalização da ilha. Ademais, os poucos materiais encontrados trabalhados são de língua inglesa ou japonesa, onde até a conclusão deste trabalho não foram encontrados nenhum material que referenciasse o objeto referido na língua portuguesa. Considerando isso, destaca-se a relevância da obra *“Night in the American Village: Women in the Shadow of the U.S. Military Bases in Okinawa”* da autora estadunidense Akemi Johnson (2019) para este texto, pois esta trouxe um material único sobre as diversas visões das mulheres de Okinawa, fruto de uma pesquisa de campo na ilha, onde seu conteúdo será explorado e utilizado durante todo o trabalho.

O trabalho foi dividido através de uma ordem cronológica dos fatos com três grandes periodizações, onde cada uma delas terá um foco maior para um caso de violência sexual específico que corresponde à época, analisando as suas circunstâncias e consequências, juntamente com a conjuntura política de Okinawa com o Japão e os Estados Unidos. A primeira parte irá abordar o período entre os anos de 1947 e 1972, que corresponde ao final da Segunda Guerra Mundial e da Batalha de Okinawa, onde se iniciou a invasão e o controle da ilha pelos estadunidenses e a construção das bases militares com maiores dificuldades de documentação sobre os casos de violência sexual. Nesta parte focará no caso *“Yumikochan Jiken”* ou *“Yumikochan incident”* que foi o sequestro, estupro e assassinato de uma menina de 6 anos, a Yumiko Nagayama, por um sargento estadunidense em 1955, no qual Tanji (2006) indica que foi o primeiro caso de violência sexual em Okinawa que resultou em uma onda de protestos na ilha contra as bases militares estadunidenses. A segunda parte corresponderá o período entre os anos de 1972-1995, tomando-se que a partir do ano de 1972, começaram a existir maiores estatísticas mais detalhadas dos ocorridos, dando destaque ao caso de estupro coletivo de uma garota de 12 anos por três militares estadunidenses em 1995, que resultou em um novo

panorama político nas relações entre a população okinawana com o Japão e os Estados Unidos. E a terceira analisará os anos de 1995 até 2016, período de início de um conjunto de violências contra as mulheres okinawanas que tiveram maior publicidade e visibilidade. Esta parte abordará o caso de estupro e assassinato de Rina Shimabukuro, uma mulher de 20 anos que foi morta e violentada por um ex-militar estadunidense que residia em Okinawa no ano de 2016, além das novas ondas de protestos anti-base na ilha e a atuação de grupos feministas de mulheres japonesas e okinawanas que lutam contra o militarismo em seu território.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere aos resultados parciais, visto que a pesquisa ainda está em andamento, é possível considerar em face do que se segue. Foi observado que a dificuldade em encontrar materiais que abordam os casos de violência sexual nas bases militares estadunidenses se dá pela falta de interesse das comunidades japonesas e estadunidenses em dar voz às mulheres okinawanas, visto que estas se inserem em um contexto muito mais amplo, onde a condição feminina não faz parte do âmbito político e social relevante, sobretudo na sociedade japonesa. Como desdobramentos do imperialismo e da hegemonia masculina e estadunidense, os registros das violências individuais cometidas por militares estadunidenses foram apagados, corroborando com a hipótese de que a violência contra o corpo da mulher é uma das estratégias e simbologias fundamentais para a perpetuação dessa dinâmica.

Além disso, durante o mapeamento e o estudo da condição das mulheres okinawanas na primeira parte da linha temporal do presente trabalho, foi constatado que o exército japonês envolveu as mulheres okinawanas nos campos com as “mulheres de conforto” sul-coreanas, observação inédita sobre o caso no Brasil.

Nesse sentido, conclui-se que a condição subalterna das mulheres vítimas de violência sexual nas bases militares estadunidenses em Okinawa se encontra em um contexto específico, de hegemonia estadunidense e masculina, presentes nas instituições militares e a negligência do governo japonês com a ilha okinawana. Entende-se a importância do presente trabalho na produção científica nos estudos de gênero e das Relações Internacionais, visto a ausência de materiais que trabalhem essa temática e que busquem trazer voz para essas vítimas e para o entendimento das relações Japão-Estados Unidos.



Palavras-chave: *Violência Sexual; Okinawa; Imperialismo.*

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade.** Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

ENLOE, C. ***Bananas, beaches and bases: making feminist sense of International Relations***, Berkeley: University of California Press, 2000.

ENLOE, C. *Margins, silences and buttom rungs: how to overcome the underestimation of power in the study of international relations.* In: Smith, S. M.; Smith, S.; Booth, K.; Smith, S. A.; Zalewski, M. (Eds.). **International theory: positivism and beyond.** Cambridge: Cambridge University, 1996, p. 186-202.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere: edizione a cura di Valentino Gerratana.** Torino: Einaudi, 1975.

JOHNSON, Akemi. ***Night in the American Village: Women in the Shadow of the U.S. Military Bases in Okinawa.*** The New Press, 2019.

KRONSELL, A. *Methods for studying silences: gender analysis in institutions of hegemonic masculinity.* In: ACKERLY, B.A.; STERN, M.; TRUE, J. ***Feminist Methodologies for International Relations***, Cambridge: Cambridge University, 2006, p. 108-128.

TANJI, Miyume. ***Myth, Protest and Struggle in Okinawa.*** 1 ed. Nw York: Routledge, 2006.

TICKNER, J. A. ***Gendering world politics: issues and approaches in the post-cold War era.*** New York: Columbia University Press, 2001.

SAFIOTTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

ROMPENDO SILÊNCIOS PARA RESSIGNIFICAR A GUERRA: UM OLHAR PARA AS GUERRAS SILENCIOSAS SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES DO HAITI AO CONGO

Maria Eduarda Kobayashi Rossi²⁴
Laís Gomes Sartori²⁵

1. INTRODUÇÃO

Agressão física, estupro como arma de guerra e mutilação genital são exemplos visíveis de violências de gênero que atingem não apenas mulheres e meninas, como também homens e meninos, principalmente em situações de confrontos armados emergentes. A violência de gênero, somada a outras violações dos direitos humanos, também é frequentemente relatada em contextos denominados como "pós-conflito", o que torna evidente o fato de que a paz não pode ser alcançada apenas com a assinatura formal de acordos cooperativos. Tendo isso em mente, ao olhar para as violências multifacetadas que deixam feridas em diversos corpos das populações locais, no presente trabalho objetiva-se compreender de que forma a violência de gênero é continuamente perpetuada sobre vidas masculinizadas e feminizadas nos países da América e África, trazendo como exemplos os casos do Haiti e da República Democrática do Congo □ países com altas taxas de denúncias de estupros perpetrados por agentes internacionais e internos.

Defende-se a tese de que essas violações marcam um cenário de guerra silenciosa e proposadamente silenciada pela comunidade internacional, sendo visível, majoritariamente, nos corpos das mulheres na periferia do sul global. Para tanto, é adotado como referencial teórico os Estudos de Gênero, com ênfase nas teorias feministas das Relações Internacionais, pois essa perspectiva oferece boas contribuições para ampliar a reflexão acerca das violências que perpassam as vidas humanas em um sistema de poder desigual. Em vista disso, a metodologia deste trabalho está baseada na revisão bibliográfica das temáticas de violência de gênero, feminicídio e violações, tendo como exemplo o Haiti e o Congo. Autoras como Cynthia

²⁴ Graduanda em Relações Internacionais pela UNESP, com mobilidade estudantil para a Universidade de Buenos Aires (UBA). Bolsista FAPESP (processo 2021/04480-3). Pesquisadora do IARAS-GEDES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9627366484730425>

²⁵ Graduanda em Relações Internacionais pela UNESP, bolsista FAPESP (processo: 2021/05108-0). Pesquisadora do IARAS-GEDES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9091133479191766>

Enloe, Judith Ann Tickner, Jules Falquet, Renata Giannini, Tamyra Rebelo, Rita Segato e Swati Parashar são a fonte de inspiração e análise. Como documentos primários, utiliza-se materiais de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Instituto Promundo, que fazem pesquisa qualificada das violências no local do conflito.

2. DESENVOLVIMENTO

As perspectivas de gênero, principalmente os feminismos, ganharam força e maior visibilidade no final do século XX, bem como no início do século XXI. Nas teorias de Relações Internacionais, a inserção destas perspectivas é marcada pela inquietante pergunta “Onde estão as mulheres?”, de Cynthia Enloe (1989). Ao olhar para os corpos feminilizados²⁶, a autora (como tantas outras) deseja não apenas incluir novas vozes, experiências e formas de entender o funcionamento da política internacional, como também evidenciar a existência de hierarquias de poder que criam estereótipos de gênero e determinam papéis sociais. Como consequência, acabam silenciando determinados sujeitos e fazendo com que as mulheres não ocupem espaços de poder de modo equitativo aos homens.

Em complemento, a filósofa Judith Butler (2020), ao olhar para as hierarquias e papéis de gênero, afirma que ambos são produzidos de maneira discursiva. Como consequência, eles são culturalmente naturalizados por uma estrutura simbólica patriarcal, ocidental e heteronormativa, que permeia diversas esferas da vida e fundamenta padrões destrutivos de relacionamento. Em seus escritos, a autora se dedica às investigações sobre como as normas sociais que determinam performatividades de gênero são criadas e reproduzidas socialmente, seja de forma consciente ou inconsciente. Segundo Butler (2020, p. 65) “a sexualidade sempre é construída em termos do discurso e do poder, sendo o poder em parte entendido em termos das convenções culturais heterossexuais e fálicas”. Para além de refletir sobre a gênese e reprodução dos padrões simbólicos, é importante reforçar que eles sustentam opressões que são sentidas na materialidade dos corpos. A propagação da violência com excesso de crueldade (SEGATO, 2014, 2016) é presente na realidade da América Latina (KALIL, 2009; FALQUET, 2022; GAGO, 2021) e da África (MALOMALO, 2019; UNFPA, 2021), como fica evidente nos

²⁶ Utiliza-se a palavra "feminilizados", e não apenas "femininos", para incluir os corpos que se identificam como mulheres, sejam eles cis gênero ou transgênero.

casos do Haiti e da República Democrática do Congo.

De acordo com Swati Parashar (2013), a experiência de inúmeras mulheres (sejam elas cisgênero ou transgênero) em contextos classificados como “pós conflito” – os quais são vistos como o período posterior ao fim dos confrontos armados, ou seja, ao fim do que é comumente entendido como “guerra” – tornam evidente que a paz não é (e não pode ser) atingida com um cessar fogo. É possível notar que a compreensão do conceito de “guerra” é, principalmente nas perspectivas realistas e neorealistas das Relações Internacionais, restrito à emergência de conflitos armados intraestatais. Em contrapartida, este artigo propõe a resignificação e ampliação do entendimento sobre o que é a guerra e quais atores podem perpetuá-la. Em concordância com Parashar (2013) e Falquet (2022), a atenção aqui é destinada para os indivíduos, cujos corpos são perpassados por um emaranhado de opressões, as quais os afetam de forma não apenas física, como também psicológica.

Retomando os estudos de Elisabeth Lira e Eugenia Weinstein (1990), as quais caracterizam os oito efeitos psicológicos da tortura, Falquet (2022) amplia essa reflexão para outras formas de violência contra os corpos das mulheres, principalmente a violência doméstica. As consequências psicológicas incluem a autodestruição, desvalorização de si, culpabilidade, confusão, afastamento social e destruição de muitos dos laços interpessoais, tortura sexual e o silenciamento. Ressalta-se que quando as vozes calam, as memórias ecoam e continuam atormentando as mentes e incitando efeitos autodestrutivos que, por sua vez, possuem aspectos psicológicos (como o medo e a constante sensação de estar ameaçada e a depressão), autodestrutivos (como as tentativas de suicídio) e psicossomáticos (como gastrite) (LIRA e WEINSTEIN, 1990; FALQUET, 2022). Segundo Falquet, esses efeitos forçam uma reação de passividade individual e coletiva em meio a um cenário de violência.

As dores sentidas nos e pelos corpos individuais mostram as consequências de um sistema capitalista cuja perpetuação pressupõe a disseminação de violência das mais diversas formas (ALLIEZ; LAZZARATO, 2021; FEDERICI, 2017), formando um sistema em que a violência é propagada de forma multidimensional e multinível (TICKNER, 1992). Tais violências são conectadas entre si por um fenômeno central: a impunidade (FALQUET, 2022). Nesse sentido, ampliar o entendimento acerca da violência abre caminhos para a compreensão das novas formas de guerra que são sentidas nos corpos das mulheres.

De acordo com Rita Segato (2012, 2016), as novas formas de guerra são caracterizadas pelo excesso de crueldade com que são reproduzidas, sendo perpetradas majoritariamente por forças paraestatais como milícias, as quais passaram a manipular e controlar o território nacional, com destaque para os espaços periféricos. As violações promovidas por tais forças são movidas por interesses econômicos imediatos e de médio prazo, os quais buscam “aterrorizar a mão-de-obra para torná-la dócil, mantendo os salários o mais baixo possível” (FALQUET, 2020, p. 23), bem como por motivações individuais e, em alguns casos, o anseio em humilhar o grupo tornado inimigo (BAAZ; STERN, 2010).

De modo complementar, essa guerra também é pública porque “repousa na exibição duma parte dos corpos com a intenção de controlar o espaço público” (FALQUET, 2020, p. 24). Além disso, como já mencionado, ela é perpetuada devido a um cenário de impunidade e ineficiência dos órgãos públicos que, por sua vez, deveriam garantir os direitos da população, bem como prezar pela promoção dos direitos humanos tanto no centro quanto nas periferias da sociedade. São justamente nas zonas periféricas que ocorrem a maior parte das violações, as quais atingem majoritariamente as mulheres racializadas e/ou migrantes, mostrando que as hierarquias sociais fazem alguns corpos valerem menos do que outros, especialmente para o sistema neoliberal. É isso que, como veremos, acontece no Haiti e no Congo.

No caso do Haiti, além das diversas violências enraizadas historicamente, destaca-se a violência de gênero perpetrada pelos próprios *peacekeepers* durante a MINUSTAH. Entre 2004 e 2016, por exemplo, foram denunciados 150 casos de abuso e exploração sexual envolvendo agentes onusianos durante a missão (DODDS, 2017).

Mesmo após o boletim emitido pelo Secretário Geral da ONU, em 2003, que instituiu tolerância zero aos casos abuso e exploração sexual perpetrados pelos agentes humanitários da Organização (NAÇÕES UNIDAS, 2003), quatro missões contabilizaram os maiores números de denúncias e acusações relacionadas à violência sexual cometida por *peacekeepers* em terreno: MONUSCO, UNMIL, UNMISS e MINUSTAH (OIOS, 2015, p. 4). Assim, mediante a presença internacional no Haiti, as necessidades imediatas para suprir as precariedades ali vividas e alcançar um padrão de vida digno, eram urgentes, e a mercantilização do corpo, por exemplo, era a única solução palpável para as mulheres (TOLEDO; BRAGA, 2020, p. 8). Em muitos casos, mulheres e meninas envolviam-se com os pacificadores conscientemente, visto

que o desejo de mudança de vida era extremo, e a existência de uma assimetria nessa relação evidenciava a coerção e intimidação por parte dos capacetes azuis, que utilizavam da sua posição de poder para adquirir favores sexuais (TOLEDO; BRAGA, 2020, p. 9).

No caso da República Democrática do Congo (RDC), um país da África Central que foi colonizado pela Bélgica, as violências de gênero são perpetradas em um cenário de grande corrupção, fragilidade institucional, cenário de impunidade, falha na reforma do setor de segurança e falta de proteção das pessoas locais. Além disso, há uma grande disputa por minerais no país (ENOUGH, 2017)²⁷, que contribui para perpetuar a ocorrência de estupros e assassinatos brutais, principalmente nas áreas próximas à mineração. Vale lembrar que o número de violências sexuais era tão grande no local que fizeram com que a RDC fosse nomeada como “a capital do estupro” por representantes da ONU (CNN, 2011)²⁸.

As denúncias sobre as violações no Congo, cabe pontuar que elas são feitas majoritariamente por ativistas internacionais e diversas organizações internacionais como a Anistia Internacional, Fundação Panzi, *Human Rights Watch*, *Women for Women International*, *Kvinna Till Kvinna* e o Instituto Promundo. No ano de 2009, um relatório publicado pela organização *Human Right Watch* denunciando a violência sexual afirma que a RDC é “o pior país para ser uma mulher ou menina” (WATCH, 2009, p. 14). A questão ganhou ainda mais visibilidade no ano de 2010, quando o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas (OHCHR) publicou um relatório apresentando um mapeamento das violações dos direitos humanos na RDC ocorridas entre março de 1993 a junho de 2003 (OHCHR, 2010). O documento registra inúmeros casos de violações dos direitos humanos, como assassin Este documento denuncia a escravidão, tortura e estupro realizado principalmente pelas forças combatentes (OHCHR, 2010). No relatório, afirma-se que as violações afetaram drasticamente a sociedade civil, atingindo principalmente mulheres e crianças. Além disso, o relatório também identificou inúmeros casos de estupro, levando a afirmação de que o estupro era usado frequentemente como uma “arma de guerra” (OHCHR, 2010, 2011). Nesse sentido, o principal objetivo dessas violações seria promover a morte e dispersão da população local, deixando

²⁷ Para mais informações, acesse: <https://enoughproject.org/wp-content/uploads/2017/11/DemandTheSupply_EnoughProject_2017Rankings_final.pdf>. Consultado em 30 de maio de 2022

²⁸ Para mais informações, acesse: <<https://edition.cnn.com/2011/11/24/world/africa/democratic-congo-rape/index.html>>. Consultado em 31 de maio de 2022.



territórios livres para serem explorados.

Entretanto, ainda que o estupro seja um problema perpetuado há longa data no país, é importante ressaltar que a violência sexual é combinada com outras formas de violações aos direitos humanos, causando não apenas destruições em muitos corpos e territórios, também deixando traumas (FALQUET, 2022) e marcas nas mentes daqueles que foram violentados e no tecido social local, na medida em que alimenta um cenário de violências destrutivas. Nesse contexto, os principais perpetradores são, majoritariamente, integrantes das forças armadas (militares e paramilitares, como milícias). Os estupros ocorrem predominantemente durante a noite, atingindo em sua maioria mulheres (BARTELS et al, 2013; JOHNSON et al, 2015), deixando consequências como gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, estigmatização e humilhação pela família e comunidade, depressão, ansiedade, entre outros traumas físicos e mentais (JOHNSON et al, 2015, p. 537). Porém, é importante lembrar que o estupro não é apenas um problema emergente, mas estrutural na RDC, visto que muitos são realizados pelo próprio cônjuge (PROMUNDO, 2012, 2015).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse texto, buscou-se apontar que as normas de gênero são criadas socialmente e elas sustentam hierarquias de poder que influem na dinâmica do sistema internacional. Os Estudos de Gênero, com destaque para as teorias feministas das Relações Internacionais, contribuem para analisar criticamente o funcionamento deste sistema, trazendo uma consciência crítica para lutar contra os binarismos que fundamentam as relações sociais sob o modo de vida capitalista que, como destacado por Éric Alliez e Murizzio Lazzarato (2021), precisa da destruição para sobreviver.

Ao olhar para as experiências das mulheres em contextos prolongados de violência, como no Haiti e na República Democrática do Congo (RDC), percebe-se que a lógica destrutiva permite a perpetuação de múltiplas formas de guerra nos corpos das mulheres, majoritariamente das mulheres periféricas, migrantes e/ou racializadas, que sentem o peso das opressões que se combinam e se sobrepõem. Em ambos os casos analisados, foi possível notar a perpetuação de um cenário de impunidade e a presença de novas guerras sobre os corpos das mulheres, que são tão cruéis quanto as guerras tradicionais que promovem a chacina de sangue. Porém, em meio

a um contexto de dor, foi possível observar ações, projetos e grupos que fazem resistência e tentam ressignificar as experiências de violência para promover pontos de paz em meio à dor. Percebe-se, portanto, que o próprio entendimento do que é a paz acaba sendo transformado, pois, nesse sentido, alcançar a paz não seria garantir uma relação pacífica entre nações, mas promover a criação de momento e ações a médio e longo prazo para edificar relacionamentos mais humanos em prol da equidade de gênero.

Em resumo, como se buscou apresentar, situações de violência de gênero, seja em que latitude for, especialmente quando prolongadas no tempo, como é o caso do Haiti e da RDC, muitas vezes são perpetradas por aqueles que deveriam ali estar para justamente minimizar, e mesmo impedir, que os corpos dos mais frágeis sejam violados. Ademais, tais violações deixam marcas profundas, muito além daquelas físicas e visíveis e podem atravessar gerações. Mas este é tema para outras pesquisas.

Palavras-chave: *Violência de Gênero, Haiti, República Democrática do Congo.*

REFERÊNCIAS

Bibliografias

- ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e Capital**. Editora Ubu. São Paulo. 2020.
- BAAZ, Maria. STERN, Maria. **The Complexity of Violence: A critical analysis of sexual violence in the Democratic Republic of Congo (DRC)**. Sida Working Paper on Gender-based Violence. Sida. 2010. Disponível em: <<https://cdn.sida.se/publications/files/sida61275en-the-complexity-of-violence.pdf>>. Acesso pela última vez em 30 de maio de 2022.
- BAAZ, Maria E; STERN, Maria. Why Do Soldiers Rape? Masculinity, Violence, and Sexuality in the Armed Forces in the Congo (DRC). **International Studies Quarterly** Vol. 53, No. 2 (2009)
- BARTELS, Susan; KELLY, Jocelyn; SCOTT, Jennifer; LEANING, Jennifer; MUKWEGE Denis; JOYCE, Nina; VAN ROOYEN, Michael. Militarized Sexual Violence in South Kivu, Democratic Republic of Congo. **Journal of Interpersonal Violence** 28, no. 2. 2013. p 340–58. DOI: <https://doi.org/10.1177/0886260512454742>. Acesso em 30 de maio de 2022.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 19º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CORBELLINI, Mariana Dalalana. **Haiti : da crise à MINUSTAH**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DODDS, Paisley. **UN child sex ring left victims but no arrests**. Associated Press News, 2017. Disponível em <https://apnews.com/article/port-au-prince-only-on-ap-sri-lanka-caribbean-arrests-e6ebc331460345c5abd4f57d77f535c1>

DUNCANSON, Claire. Forces for Good? Narratives of Military Masculinity in Peacekeeping Operations. **International Feminist Journal of Politics**, 2009. vol. 11, n. 1, p. 63-80.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics**. University of California Press, 1989.

ERIKSEN, Stein Sundstol. The Liberal Peace Is Neither: Peacebuilding, State building and the Reproduction of Conflict in the Democratic Republic of Congo, **International Peacekeeping**, 16:5, p. 652-666. 2009. DOI: 10.1080/13533310903303289. Acesso em 30 de maio de 2022.

FALQUET, Jules. **Pax Neoliberalia: Mulheres e reorganização global da violência**. Sobinfluncia Edições. São Paulo. 2022. 177 p.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

GILOMÉN, Carina de Los Santos. **Investigación cualitativa en la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH) para la implementación de la Resolución Nº1820**. Buenos Aires: Resdal, 2012. 37 p.

GIANNINI, Renata Avelar. **Promover gênero para consolidar a paz: a experiência brasileira**. Artigo Estratégico n. 9. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2014.

_____, Renata Avelar; COSTA, Major Ivana Mara Ferreira. A incorporação de uma perspectiva de gênero pelo Brasil na MINUSTAH. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Instituto Igarapé, 2017.

_____, Renata Avelar. Da política à implementação: preenchendo as lacunas para a promoção de uma abordagem de gênero no Haiti. In: HAMANN, Eduarda Passarelli (org.). **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, p. 69-77, 2015.

KAMINSKI, Anelise Gomes Vaz. **As Limitações das intervenções humanitárias da ONU: o caso do Haiti**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

KARIM, Sabrina; HENRY, Marsha. **Gender and Peacekeeping**. In: AOLÁIN, Fionnuala Ní; CAHN, Naomi; HAYNES, Dina Francesca; VALJI, Nahla (org.). *The Oxford Handbook of Gender and Conflict*. Nova Iorque, Oxford University Press, 2018.

KARIM, Sabrina; HENRY, Marsha. **Gender and Peacekeeping**. In: AOLÁIN, Fionnuala Ní; CAHN, Naomi; HAYNES, Dina Francesca; VALJI, Nahla (org.). *The Oxford Handbook of Gender and Conflict*. Nova Iorque, Oxford University Press, 2018.

MALOMALO, Bas'ilele. Fronteiras de violências nos corpos das mulheres na República Democrática do Congo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 25, n. 1, p. 29-46, nov./2019.

MALOMALO, Bas'ilele. Justiça teórico-política do matriarcado: vozes das/os sobreviventes da violências sexuais em tempos de conflitos na RD Congo. **Revista África[s]**. v. 6 n. 12 (2020): Dossiê: África Central: história, política e sociedade.

MATHIAS, S. K.. Gênero, defesa e paz no cone sul. In: Mathias, Suzeley Kalil. (Org.). **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: UNESP, 2010, v. p. 17-50.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 59-80, 2013.

MONTE, Izadora Xavier do. **Gênero e relações internacionais: uma crítica ao discurso tradicional de segurança**. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

NAÇÕES UNIDAS. 2000. Conselho de Segurança. **Resolução 1325 (2000)**. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_pazeseg/Mulheres_paz/1325-2000-PT.pdf.

_____. 2004. Conselho de Segurança. **Resolução 1542 (2004)**. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1542>.

_____. 2008. Conselho de Segurança. **Resolução 1820 (2008)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/media/1820-2008-pt.pdf>.

_____. 2003. Secretaria. **Boletim do Secretário Geral**. Disponível em: <https://undocs.org/es/ST/SGB/2003/13>.

OIOS - UN'S OFFICE OF INTERNAL OVERSIGHT SERVICES. 2015. **Evaluation of the Enforcement and Remedial Assistance Efforts for Sexual Exploitation and Abuse by the United Nations and Related Personnel in Peacekeeping Operations**. Disponível em: <https://oios.un.org/file/7601/download?token=381aXDyU>

SECURITY COUNCIL. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**, 2004. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Haiti%20S2004908.pdf>

PARASHAR, Swati. What wars and 'war bodies' know about international relations, **Cambridge Review of International Affairs**, 26:4, 615-630, DOI: 10.1080/09557571.2013.837429

REBELO, Tamyá Rocha. **Lentes de gênero para missões de paz: desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2012.

SHEPHERD, Laura. **Gender, UN Peacebuilding, and the Politics of Space**. New York: Oxford University Press, 2017.

SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Traficantes de sueños, 2016.

_____. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 29, Número 2, Maio/Agosto 2014.



SEGATO, Rita. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial.** e-cadernos CES [Online], 18 | 2012, publicado no dia 01 dezembro 2012. Disponível em <http://journals.openedition.org/eces/1533>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

SHEPHERD, Laura. Feminist Security Studies. In: SHEPHERD, L. (ed). **Critical Approaches to Security: an introduction to theories and methods.** New York: Routledge, 2013.

SLEGH, H.; BARKER, G.; RURATOTOYE, B; SHAND, T. **Gender Relations, Sexual Violence and the Effects of Conflict on Women and Men in North Kivu, Eastern Democratic Republic of Congo:** Preliminary Results of the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES). Sonke Gender Justice Network and Promundo-US: Cape Town, South Africa, and Washington, DC. 2012.

TICKNER, J Ann. **Gender and international relations: feminist perspectives on achieving global security.** Columbia University Press, Nova York, 1992.

TOLEDO, Aureo; BRAGA, Lorraine Morais. “Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020.

PARTE II: PÓS-GRADUAÇÃO

Painel: “DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS”

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NA AMÉRICA LATINA: REDES TRANSNACIONAIS DE GÊNERO E SEU PAPEL NA EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE LEGALIZAÇÃO E CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NA ARGENTINA E NO BRASIL (2010-2022)

Alessandra Jungs de Almeida²⁹

1. Delimitação do tema

Os estudos sobre ativismo transnacional e gênero na América Latina, embora foquem amplamente no histórico de defesa de direitos humanos nas lutas contra a violência contra as mulheres (Roggeband, 2014; Tripp, 2006; Sikkink; Keck, 1998; D’Ignazio et al, 2022), têm destacado nos últimos anos a crescente centralidade e expansão do ativismo sobre direitos reprodutivos na região (Braine; Velarde, 2022; Ruibal; Anderson, 2020; Daby; Moseley, 2021). Contudo, ainda são escassos os estudos sobre os ativismos anti-gênero e conservadores na temática (von Bülow, 2022). Na América Latina, redes transnacionais baseadas e expandidas em diferentes países da região, como Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Uruguai, entre outros, tornaram-se atores centrais para a legalização ou restrição do aborto nos últimos anos, regional e internacionalmente (Ruibal; Anderson, 2020). As redes transnacionais, baseadas em campanhas e protestos com dimensão internacional, encontros institucionalizados ou informais de caráter regional ou internacional e redes e movimentos transnacionais já estabelecidos promovem a ampliação do debate sobre direitos reprodutivos em diferentes países do mundo e, também, na América Latina e Caribe.

As disputas na agenda de direitos reprodutivos têm acontecido por meio de atores diversos, como redes de ativistas transnacionais feministas, redes transnacionais anti-gênero e conservadoras, grupos religiosos, partido políticos, femocratas, ativistas de direitos humanos, *experts* em temáticas correlacionadas, etc. Nesse momento, esses atores transformam a agenda

²⁹ Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ph.D. Visiting Student no Leventhal Center for Advanced Urbanism (LCAU) do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Research assistant no Data + Feminism Lab (MIT). E-mail: ale.jungs@gmail.com



da legalização e criminalização do aborto em uma arena internacional de normas em contestação. Esses diferentes grupos têm utilizado diferentes táticas, como a abordagem dos direitos humanos para defender sua posição, campanhas transnacionais, estruturas religiosas, *lobby* com governos nacionais, incentivo ou impedimento de financiamentos para organizações não governamentais relacionadas a direitos reprodutivos e debates públicos que impactam o resultado de eleições nacionais (El Kotni; Singer, 2019; Gianella et al, 2017; Tripp, 2006; Franco Yañez 2021). Essas disputas, bem como o território legislativo e político contestado que é a agenda de direitos reprodutivos na região, são o que produzem o questionamento que guia esse projeto de tese.

2. Justificativa

As Relações Internacionais demoraram mais tempo que outras disciplinas das Ciências Sociais para incorporar os estudos de gênero (Salomón, 2016; Salomón, 2022a). Foi somente a partir dos anos 1990 que houve uma maior flexibilização quanto aos objetos de análise da disciplina e que novas orientações metodológicas e epistemológicas, entre elas as análises feministas e de gênero, começaram a surgir (Tickner, 2001). Mesmo com esses avanços, um dos maiores desafios nesse sentido é conseguir que o debate de gênero transversalize as diferentes temáticas das Relações Internacionais (Salomón, 2022a). Os debates de gênero ainda são minoria na área, um exemplo desse desafio é que professores ainda precisam escolher para debater em sala de aula entre textos científicos sobre gênero e feminismo ou sobre uma temática especializada das Relações Internacionais (Sjoberg, 2007). Nesse cenário, esta pesquisa justifica-se academicamente por analisar com as lentes feministas as estratégias, campanhas e disputas dos movimentos feministas e anti-feministas pelos avanços e retrocessos ao direito ao aborto na América Latina, especificamente, Brasil e Argentina. Ao se inserir no debate de como os movimentos feministas e os anti-feministas, ou contra-movimentos, interagem, esse projeto de tese potencialmente pode fortalecer a agenda de estudos de gênero na área e contribuir com os repositórios sobre os movimentos feministas, aumentando a possibilidade desses transformarem as relações de gênero ao redor do mundo (Corredor, 2019). Ademais, por ser um estudo de caso sobre experiências de organizações feministas e de mulheres pode também servir de material para gerações futuras conhecerem sua história e para análises secundárias e

pesquisas comparativas (Reinharz, 1992). Por fim, uma das possíveis maiores contribuições desta pesquisa é ter o potencial de servir de insumo para a elaboração de políticas públicas sobre direitos reprodutivos construídas com uma perspectiva de gênero na região.

3. Problema de Pesquisa

Qual o papel dos movimentos transnacionais de gênero (feministas e anti-feministas) na evolução das políticas sobre direitos reprodutivos no Brasil e na Argentina?

4. Objetivos de pesquisa

4.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é descrever o processo político de influência de redes transnacionais de gênero (feministas e anti-feministas) na legislação de direitos sexuais e reprodutivos na Argentina e no Brasil.

4.2 Objetivos específicos

1. Descrever a evolução das políticas de legalização do aborto de Argentina e sua relação com as redes transnacionais de gênero feministas e conservadoras - em termos de atores prioritários, conteúdo, alinhamentos transnacionais, campanhas e estratégias.
2. Descrever a evolução das políticas de legalização do aborto de Brasil e sua relação com as redes transnacionais de gênero feministas e conservadoras - em termos de atores prioritários, conteúdo, alinhamentos transnacionais, campanhas e estratégias.
3. Analisar o processo da evolução das políticas de legalização e manutenção ou recrudescimento da criminalização do aborto entre os dois diferentes grupos de países da região entre 2010-2022, considerando, em ambos os grupos, a influência das redes transnacionais de gênero, as mudanças nos equilíbrios de poder internas, e suas alianças e relações com atores internacionais, em especial, atores transnacionais e políticas de estado dos Estados Unidos.
4. Identificar semelhanças e diferenças entre os métodos e ações e o contexto em que agiram as organizações feministas brasileiras e argentinas nas suas iniciativas transnacionais.

5. Sistematizar e elaborar elementos teóricos para a análise das disputas dos movimentos feministas e anti-feministas em relação aos direitos reprodutivos na região Latino Americana.

5. Metodologia

Para a tese eu proponho um estudo de caso descritivo das disputas dos movimentos feministas e anti-feministas pela evolução das políticas de criminalização e legalização do aborto na Argentina e no Brasil, focando especificamente na atuação dos movimentos que impactaram políticas e legislação de ambos países. Em termos metodológicos, a pesquisa qualitativa tem o objetivo de explicar os casos e contribuir para o debate sobre os processos de influência das redes transnacionais nos direitos reprodutivos de países latino-americanos.

Eu situo essa pesquisa como uma investigação feminista. Baseada em Donna Haraway (1995) eu questiono o “truque de deus” e a objetividade sem corpo/desencorpada (do inglês *disembodied*) da ciência. Haraway (1995) define essa perspectiva epistemológica como uma perspectiva que vem de lugar nenhum, de cima, da distância e que acaba olhando para a realidade como um deus. Conforme Catherine D’Ignazio e Lauren Klein (2020) esse é um truque pois apesar de parecer neutro, essa maneira de construir conhecimento é também uma perspectiva. Assim, assumindo que todo o conhecimento é situado e seguindo o exemplo de outras pesquisas feministas (D’Ignazio et al, 2022; D’Ignazio, Klein, 2020), questiono o olhar que “vem de lugar nenhum” na produção de conhecimento. Decido, portanto, resgatar uma visão localizada e feminista para desenvolver esta pesquisa - assim me responsabilizo pelo que estou aprendendo a ver (Haraway, 1995).

A pesquisa será operacionalizada pela técnica de pesquisa documental (fontes primárias) e bibliográfica (fontes secundárias), aliada à técnica de entrevista. Quanto à investigação documental, as fontes serão legislações, documentos do governo e de organizações não governamentais - internacionais ou não - e intergovernamentais, relatórios, memorandos, e, quando necessário, documentos e entrevistas com organizações previamente estabelecidas neste trabalho. As fontes secundárias serão pesquisas já conduzidas na temática e informações de bancos de dados de outros projetos de pesquisa relevantes para descrever as disputas dos movimentos feministas e anti-feministas no Brasil

e Argentina. As variáveis independentes são: Ativismo Transnacional Feminista e Anti-Feminista em Direitos Sexuais e Reprodutivos. E os indicadores das variáveis são: Campanhas transnacionais, Incidência política em debates legislativos nacionais e internacionais, Incidência política no debate público e mídia nacional e/ou internacional, Incidência política no desenvolvimento de políticas públicas nacionais, Organização e participação em protestos nacionais e/ou transnacionais, Incidência política no posicionamento de política externa, Utilização de plataformas organizacionais para difusão da norma

6. Perspectiva teórica

Como perspectiva teórica me baseio nas teorias construtivistas de difusão de normas por meio de atores não estatais. Essa literatura foi escolhida por dialogar diretamente com o problema de pesquisa do ativismo dos movimentos feministas ou de oposição que influenciam, por meio de redes transnacionais e suas táticas, estratégias e campanhas, retrocessos e avanços em direitos sexuais e reprodutivos. Os textos base utilizados são “*Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*” de Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998), “*International Norm Dynamics and Political Change*” de Martha Finnemore, Martha e Kathryn Sikkink (1998) e “*Patterns of dynamic multi-level governance and the insider-outsider coalition*” de Kathryn Sikkink (2005).

7. Revisão de literatura: Ativismo transnacional de gênero na América Latina

Os estudos de movimentos sociais têm sido vistos como um subcampo das ciências sociais (Roggeband, Klandermans, 2017). A partir da década de 1970, com o impulso da globalização, a ação coletiva recebeu outra dimensão com a possibilidade de maior atuação para além das fronteiras o que fez com que esse campo de estudos, das relações transnacionais, recebesse força na área de Relações Internacionais (Salomón, 2022b). Para analisar movimentos sociais e, neste caso, suas expressões transnacionais conservadoras e progressistas no que diz respeito a gênero divido a revisão bibliográfica em duas partes: Ativismo Transnacional Feminista e Ativismo Transnacional Anti-Feminista. A literatura que me baseio

para essas seções é a seguinte: Jutta Joachim (2016), Anne Petersen e Spike Runyan (2014), Aili Tripp (2006), Swati Parashar (2016), Gowri Vijayakumar e Katherine Maich (2018), Karen Thompson (2002), Elizabeth Corredor (2019), Juan Marco Vaggione (2012), David Paternotte e Roman Kuhar (2018) e Camila Gianella et al (2017).

8. Referências preliminares

Braine, Naomi; Velarde, Marissa. *Self-Managed Abortion: Strategies for Support by a Global Feminist Movement*. *Women's Reproductive Health*. 2022.

von Bülow, Marisa. Conclusão: Os impactos das redes transnacionais em múltiplos contextos. In Salomón, M. *Atores não estatais e redes transnacionais na interface das políticas doméstica e internacional contemporâneas*. Florianópolis: Editora UFSC, 2022.

Corredor, Elizabeth S. Unpacking “Gender Ideology” and the Global Right’s Antigender Countermovement. *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 2019, v. 44, n. 3, 2019.

Daby, Mariela. Moseley, Mason. *Feminist Mobilization and the Abortion Debate in Latin America: Lessons from Argentina*. *Politics & Gender*, 2021. Pp. 1-35.

D’Ignazio, Catherine; Klein, Lauren F. *Data Feminism*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2020.

D’Ignazio, Catherine; Cruxên, Isadora; Suárez Val, Helena; Fumega, Silvana; Suresh, Harini; So, Wonyoung. *Femicide and counterdata production: Activist efforts to monitor and challenge gender-related violence*. *Patterns* 3, 2022.

El Kotni, Mounia; Singer, Elyse. *Human Rights and Reproductive Governance in Transnational Perspective*. *Medical Anthropology*, 2019, v. 38, n.2, pp. 118-122.

Finnemore, Martha; Sikkink, Kathryn. *International Norm Dynamics and Political Change*. *International Organization*, Autumn, 1998, Vol. 52, No. 4. Pp. 887-917.

Franco Yañez, Clara. *Abortion Rights in Latin America: An Unsettled Battle*. Hambur, GIGA, 2021.

Gianella, Camila; Sieder, Rachel; Penas, Angelica; Machado, Marta R. *A new conservative social movement? Latin America’s regional strategies to restrict abortion rights*. CMI, 2017.

Haraway, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. *Cadernos Pagu*, 5. Campinas, Ed. Unicamp, vol 5, pp. 07-41, 1995.

Joachim, Jutta. *NGO’s, feminist activism and human rights*. In Steans, Jill e Tepe, Daniela (eds.) *Handbook on Gender in World Politics*. London: Edward Elgar, 2016. Pp. 187-194.

Keck, Margaret; Sikkink, Kathryn. *Activists beyond borders: advocacy network in International Politics*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1998.

Paternotte, David; Kuhar, Roman. “Ideologia de gênero” em movimento. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, Set-Dez 2018, pp. 502-523.



- Reinharz, Shulamit. *Feminist Case Studies*. In Reinharz, Shulamit. *Feminist Methods in Social Research*. Oxford: Oxford University Press, 1992. Pp. 164-174.
- Roggeband, Conny. *Latin American Advocacy on Violence against Women and the OAS Convention*. In Vleuten, Anna; Eerdewijk, Anouka; Roggeband, Conny. *Gender Equality Norms in Regional Governance: Transnational Dynamics in Europe, South America and Southern Africa*. Palgrave Macmillan, 2014. Pp. 139-165.
- Roggeband, Conny; Klandermans, Bert. *Disciplinary Approaches to social movements. Introduction*. In Roggeband, Conny; Klandermans, Bert. *Handbook of Social Movements across disciplines*. Springer International Publishing, 2017. Pp. 1-9.
- Ruibal, Alba; Anderson, Cora. *Legal Obstacles and social change: strategies of the abortion rights movements in Argentina*. *Politics, Groups, and Identities*, 8:4, 2020. Pp. 698-713.
- Runyan, Anne S.; Peterson, V. Spike. *Gendered Resistances*. In Runyan, Anne S.; Peterson, V. Spike. *Global Gender Issues in the New Millenium*. Westview Press, Fourth Edition, 2014. Pp. 237-271.
- Salomón, Mónica. *Enfoques de gênero*. In: *Teorias e enfoques das Relações Internacionais: uma introdução*. Curitiba: Intersaberes, 2016, p. 155-181.
- Salomón, Mónica. *Género, Feminismo y Relaciones Internacionales*. In Fuentes-Julio, Claudia, et al. *Mujeres y Política Exterior en America Latina. Un mundo de Desigualdades*. Santiago: Fondo de Cultura Economica, 2022a. Pp. 41-60.
- Salomón, Mónica. *Introdução*. In Salomón, M. *Atores não estatais e redes transnacionais na interface das políticas doméstica e internacional contemporâneas*. Florianópolis: Editora UFSC, 2022b. Pp. 6-17.
- Sikkink, Kathryn. *Patterns of dynamic multi-level governance and the insider-outsider coalition*. In Della, Donatella; Tarrow, Sidney. *Transnational Protest and Global Activism*. New York: Rowman and Littlefield, 2005. Pp. 151–173.
- Sjoberg, Laura. *Gender and Personal Pedagogy: Some Observations*. *International Studies Perspectives* 8, 336-339, 2007.
- Tickner, J. Ann. *Troubled Encounters: Feminism meets IR*. In Tickner, J. Ann. *Gendering World Politics. Issues and Approaches in the Post-Cold War Era*. New York: Columbia University Press, 2001.
- Tripp, Aili Mari. *The Evolution of Transnational Feminisms: Consensus, Conflict, and New Dynamics*. In Ferree, Myra; Tripp, Aili Mari. *Global Feminism: Transnational Women's Activism, Organizing, and Human Rights*. New York and London: New York University Press, 2006.
- Vaggione, Juan Marco. *La "Cultura de la Vida": Desplazamientos estratégicos del activismo católico conservador frente a los derechos sexuales y reproductivos*. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32(2), pp. 57-80, 2012.



III SEMINÁRIO MARIAS

GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES DA
ACADEMIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS
07 a 10 de Novembro de 2022

Vráblikova, Katerina. Protest and Social Movements in Political Science. In Roggeband, Conny; Klandermans, Bert. Handbook of Social Movements across disciplines. Springer International Publishing, 2017. Pp. 33-55.

TRABALHO REPRODUTIVO NOS SISTEMAS DE PREVIDÊNCIA DO CONE SUL: COMO OS ESTADOS TÊM RECONHECIDO E RECOMPENSADO O TRABALHO FEMININO NÃO PAGO

Amanda Antonette³⁰

1. INTRODUÇÃO:

O objetivo deste trabalho é analisar os instrumentos de reconhecimento do trabalho reprodutivo, comumente um trabalho invisível para o mercado, através de políticas de gênero nos sistemas de previdência dos países do cone sul. Questiona-se quais são estas políticas? De que forma e como atuam? Qual a sua abrangência e eficácia em ampliar o acesso à aposentadoria e em combater as brechas de gênero nas pensões? Como estes mecanismos têm contribuído para um maior acesso à justiça de gênero e para o aumento da igualdade de um gênero de forma mais ampla? Por último, o que estas políticas refletem sobre a relação entre o Estado e o trabalho reprodutivo?

Utiliza-se, para isto, o estudo de caso comparado de três sistemas: o chileno, o uruguaio e o argentino, com sua mais recente alteração. Os três países adotaram, em algum momento, e de forma distinta, mecanismos de gênero dentro do sistema de previdência, tornando-os casos exemplares para a análise do reconhecimento do trabalho reprodutivo na previdência social. Adota-se como lente de análise o modelo desenvolvido por Fraser (1995) e aplicado para os sistemas de previdência por Marier (2007) de categorização de políticas sociais com abordagens de gênero. O estudo de Marier (2007) desenvolve a matriz utilizada neste trabalho, e aplica este modelo para as reformas de sistemas de pensões da Bélgica e da Suécia. Ao aplicar este modelo nos casos do cone sul, espera-se contribuir para a compreensão dos processos de mudanças institucionais e na relação entre a previdência social e as dinâmicas de gênero na América Latina. Busca-se também contribuir para os debates sobre a relação entre o Estado e o trabalho reprodutivo, bem como para as formas pelas quais ele tem reconhecido este enquanto parte fundamental do sistema econômico.

³⁰ Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista CAPES [<http://lattes.cnpq.br/1131520228416453>].

2. POR QUE É NECESSÁRIA UMA VISÃO GENERIFICADA DA PREVIDÊNCIA?

Na maioria dos sistemas de pensões, sejam estes de repartição ou de capitalização individual, as pensões são definidas a partir dos salários dos trabalhadores e da quantidade de anos de contribuição (JAMES; COX EDWARDS; WONG, 2005). Dessa forma, os sistemas são desenvolvidos a partir de um trabalhador universal, que, supostamente desenvolve uma carreira de forma contínua e progressiva, e, portanto, contribui de forma contínua e progressiva. Porém, dificilmente este é o padrão da trajetória das carreiras da maioria das trabalhadoras. Usualmente, as mulheres recebem salários mais baixos que os salários masculinos, têm suas carreiras interrompidas por alguns anos para dedicarem-se à maternidade, não progredem para cargos mais altos pelo mesmo motivo, ou se o fazem é de forma mais lenta. Consequentemente, suas contribuições costumam ser menores e mais irregulares (GRADY, 2012; GONZÁLEZ JARA, 2017).

Uma série de fatores afetam negativamente as pensões femininas, aumentando a brecha de renda entre homens e mulheres. Pode-se organizá-los da seguinte forma: (a) menor participação feminina no mercado de trabalho; (b) maior quantidade de interrupções na carreira; (c) segregação ocupacional (mulheres ocupando as posições mais flexíveis e desvalorizadas na economia; (d) maior participação feminina em empregos parciais; (e) maior taxa de desemprego; (f) diferença salarial. Nos sistemas de capitalização individual, soma-se a isto a maior expectativa de vida (ARENAS DE MESA; GANA CORNEJO, 2002; GONZÁLEZ JARA, 2017). Portanto, um sistema de previdência que não olhe para o gênero como uma categoria específica, estará sempre reproduzindo e ampliando desigualdades de gênero que são atribuídas ao mercado de trabalho. É nesse sentido que as feministas alegam que toda política é generificada, pois a negligência sobre a perspectiva de gênero significa uma manutenção das assimetrias de poder que são inerentes a um sistema capitalista patriarcal (EISENSTEIN, 1977).

Marier (2007), a partir de Fraser (1994; 1995), desenvolve um modelo de categorização de políticas de gênero nos sistemas de previdência. O estudo, que aplica o modelo aos sistemas de previdência da União Europeia, aborda os discursos políticos em torno das dinâmicas de



gênero na previdência da Bélgica e da Suécia. A categorização parte também da premissa de que o acesso à justiça de gênero exige ambos os aspectos, reconhecimento e redistribuição (MARIER, 2007).

3. GÊNERO NOS SISTEMAS DE PREVIDÊNCIA DO CHILE, DO URUGUAI E DA ARGENTINA

Desde 1980, o Chile adota um sistema de previdência de capitalização individual, implementado pelo regime ditatorial de Pinochet. O sistema de capitalização individual é caracterizado por ter contribuições definidas - em vez de benefícios definidos, como no modelo de repartição - e pelas pensões serem financiadas individualmente e exclusivamente pelo trabalhador. Assim, a pensão recebida pelo trabalhador seria uma relação direta do montante poupado ao longo de sua vida (subtraindo a taxa paga por prestação de serviço das AFPs) e seus rendimentos dividido pela expectativa de vida ao aposentar-se. As idades para acessar a aposentadoria são 60 anos para as mulheres e 65 anos para os homens (JAMES; COX EDWARDS; WONG, 2005; MESA-LAGO, 2004, VARGAS-SANDOVAL, 2020).

Desde 2008, quando ocorreu uma nova reforma visando melhorar a cobertura e o acesso a aposentadoria, o Chile passou a adotar um bônus maternidade. O bônus é a adição de um valor equivalente a 10% de 18 salários mínimos para cada filho, depositado no ano de nascimento da criança, de forma a render ao longo dos anos (AMARANTE; COLACCE; MANZI, 2016; MESA-LAGO, 2008). Este relaciona-se diretamente ao reconhecimento do trabalho reprodutivo não pago que as mulheres prestam à sociedade, além de atuarem como uma forma de minimizar o tempo que elas não cotizam por estarem dedicando-se ao trabalho reprodutivo (RULLI, 2010). Estima-se que o bônus possa aumentar a aposentadoria de uma mãe, com uma média de dois filhos, em 20% (CARDOZO, 2010). Complementar ao bônus, foram introduzidas a compensação econômica em caso de divórcio, com transferência de até 50% do acumulado para o ex-cônjuge, e o aumento da remuneração mínima tributável para trabalhadoras domésticas. Em relação ao Seguro de Invalidez e Sobrevivência, ampliou-se a pensão de sobrevivência para incluir o cônjuge e o pai de filhos sem afiliação conjugal e foi estabelecida



a separação por sexo para o seguro, igualando a idade de cobertura para ambos em 65 anos (AMARANTE; COLACCE; MANZI, 2016; GONZÁLEZ-JARA, 2017).

No caso Uruguaio, em 1994, o país transitou democraticamente para um sistema misto de administração pública múltipla (MESA-LAGO, 2004). Nesse sistema existe um pilar de administração estatal com benefícios definidos, administrado pelo Banco da Previdência Social (BPS), e um pilar de capitalização individual, de contribuições definidas, administrado pelos Administradores de Fundos de Poupança (AFAP). Os novos filiados foram compulsoriamente inseridos no pilar privado, bem como os filiados com menos de 40 anos ou com renda superior (no período da reforma) a US \$800 mensais. Neste pilar os filiados contribuem com 15% dos seus salários e têm suas pensões calculadas a partir do montante poupado (CARDOZO, 2010; RUIZ-TAGLE, 2000). O BPS se responsabiliza pelas pensões dos trabalhadores que não são cobertos pelo sistema de AFAPs - com mais de 40 anos ou com renda mensal menor à US\$800 (CARDOZO, 2010; RUIZ-TAGLE, 2000). Em ambos os pilares, os trabalhadores poderiam acessar a aposentadoria após 35 anos de contribuição ou 60 anos, independente do gênero (MESA-LAGO, 2004; RUIZ-TAGLE, 2000).

Em relação às medidas de gênero, em 2008 inseriu-se o abono por filhos. Neste mecanismo, para cada filho que uma mulher tenha se computa um ano de trabalho, de forma a reconhecer o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo, que não é monetizado, e que recai quase exclusivamente sobre as mulheres. O limite para este abono é de 5 anos. Essa medida é especialmente relevante para trabalhadoras que se ausentam do mercado frequentemente para cuidar dos filhos, porque permite uma “regularização” de suas trajetórias profissionais para a previdência. Além disso, passou-se a conceder pensão de sobrevivência para as mulheres que tenham comprovado uma união de pelo menos 5 anos com o cônjuge falecido, e permitiu-se também o acesso dos viúvos a essa pensão comprovada a insuficiência de sua renda após a morte do outro cônjuge, um passo significativo para a estabilidade das famílias após a viuvez, uma vez que, como já afirmado, os gastos do lar costumam reduzir em menos de 15% após (AMARANTE; COLACCE; MANZI, 2016).

Já a Argentina, transitou em 1994 para um sistema de pensões misto, de administração pública múltipla (MESA-LAGO, 2004), chamado de Sistema Integrado de Jubilaciones y Pensiones (SIJP). O sistema contava com uma pensão básica universal (PBU), um pilar de

repartição ao qual todo trabalhador com contribuição de pelo menos 11 anos e idade de 60 anos para as mulheres e 65 para os homens poderia ter acesso. O segundo pilar permitia a escolha entre permanecer no sistema de repartição público ou transitar para um de capitalização individual. No sistema de repartição público além da PBU o trabalhador podia acessar a aposentadoria pública adicional (PAP), equivalente a 0,85% do salário médio dos últimos 10 anos para cada ano de contribuição. No sistema de capitalização, o trabalhador teria acesso a aposentadoria ordinária, calculada pelo montante poupado e rendimentos (ARENAS DE MESA; BERTRANOU, 1997; HUJO, 2009).

Em 2008, a Argentina foi um dos primeiros países do mundo a realizar a reforma estrutural em sentido contrário e eliminar o sistema de capitalização individual, re-estatizando a previdência. A mudança objetivou aumentar a cobertura do sistema e do montante das pensões, fortalecer o papel do Estado e melhorar a gestão e a concorrência entre os fundos de pensão (CARDOZO, 2010). Em relação às desigualdades de gênero, embora inicialmente não houvesse sido implementado nenhum mecanismo específico de gênero, a pesquisa de Amarante, Colacce e Manzi (2016) afirmou que a taxa de cobertura de mulheres em idade de se aposentarem aumentou de 54%, em 2005, para 83% em 2010. Ou seja, a reforma impactou positivamente no acesso e na qualidade das pensões femininas. No entanto, apenas recentemente, em 2021, inseriu-se um mecanismo específico de reconhecimento do trabalho reprodutivo e doméstico. Em 17 de julho de 2021, foi aprovado o Decreto que permite às mulheres mães adiantarem sua aposentadoria entre 1 e 3 anos. Estima-se que apenas uma em cada dez mulheres com idade para se aposentar de fato alcança os 30 anos de contribuição (G1, 2021). A nova medida acresce um ano de contribuição para cada filho, visando reconhecer os anos de contribuição ao trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidados e reparar assimetrias de gênero no mercado de trabalho que tem origem na responsabilidade das mulheres para com esse trabalho (CARTA CAPITAL, 2021).

Diferente da idade de aposentadoria distinta segundo gênero, esta medida incrementa os anos de contribuição, de forma a não impactar as pensões das mulheres. Estima-se que mais de 155 mil mulheres serão alcançadas com esta medida (CARTA CAPITAL, 2021; FOLHA DE SÃO PAULO, 2021). É uma política semelhante à adotada pelo Uruguai, cujo sistema é mais próximo ao argentino e tem uma possibilidade redistributiva maior que o chileno. Assim,

o incremento dos anos de contribuição é uma forma de reconhecer o trabalho reprodutivo e doméstico, bem como remediar uma diferença de gênero no mercado de trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Retomando o modelo de Marier (2007), as políticas de gênero dos sistemas de previdência nos países analisados podem ser categorizadas tanto como de reconhecimento quanto como de redistribuição. O Uruguai e a Argentina, que adotam sistemas parcial ou totalmente de repartição, já contam com um caráter redistributivo no próprio sistema de repartição. Enquanto o Chile, por sua vez, mantém um sistema privatizado, precisando adotar programas ou medidas complementares, no chamado pilar solidário. Em sistemas de cotização individual, como o chileno, políticas de redução dos anos de contribuição não seriam eficazes para diminuir as assimetrias, pois diminuiriam a possibilidade de cotização, e, conseqüentemente, as pensões femininas. No entanto, em sistemas de repartição, como os da Argentina e do Uruguai, essas medidas são eficazes, enquanto não há uma conta individual que possa ser individualmente acrescida de acordo com a família em questão. Essas nuances no sistema definem as políticas que os países podem adotar. Comum aos três países é a implementação de Pensões por sobrevivência. O quadro a seguir localiza os mecanismos de cada país dentro do modelo proposto pela autora. É importante destacar que nenhum dos sistemas se enquadra em outra categoria que não afirmativas, porque nenhum se propõe a modificar as causas das assimetrias de gênero que percebemos nos recebimentos de pensões, limitando-se a reparar as desigualdades “herdadas” do mercado de trabalho.

Quadro 02 - Sistemas de previdência do cone sul no modelo de categorização de políticas de gênero

	Afirmativas	Transformativas
Redistribuição	(i) pensão básica solidária (ii) compensação por divórcio (iii) seguro sobrevivência	
Reconhecimento	(iv) bônus maternidade	

	(v) abono por filho	
--	---------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Em um esforço conclusivo, proponho que as pensões relacionadas à divórcio ou viuvez tem caráter redistributivo, partindo da compreensão da desigualdade de gênero e da assimetria de renda feminina. Defendo, porém, que as medidas relacionadas ao trabalho reprodutivo, e que são acessadas a partir da maternidade, partem de um reconhecimento do trabalho reprodutivo e de cuidados invisibilizados. Assim, tanto o bônus maternidade quanto o abono por filhos se enquadrariam enquanto políticas de reconhecimento afirmativas. Por último, apesar desses importantes passos em direção ao reconhecimento do trabalho reprodutivo, o gênero é uma categoria econômica mas também cultural, e, portanto, injustiças distributivas e de reconhecimento estão interligadas, sendo um problema de distribuição também um problema de reconhecimento e o contrário. Assim, para eliminar assimetrias de gênero não basta apenas medidas compensatórias, mas a desconstrução da divisão sexual do trabalho entre um trabalho produtivo, masculino, e um reprodutivo, feminino. Em suma, é necessário combinar essas duas características - reconhecimento e redistribuição - de forma transformativa (FRASER, 1995). As políticas da previdência são um passo importante, especialmente ao proporcionarem uma vida mais digna para as mulheres em um momento ainda mais vulnerável de suas trajetórias. Ao reconhecer o trabalho doméstico, também se confere uma dignidade a este trabalho, agindo na esfera econômica e sócio-cultural. Esse impulso, no entanto, precisa ser ampliado, especialmente para o mercado de trabalho, antecessor direto das assimetrias da previdência, em direção a desconstruir a divisão sexual do trabalho e a segmentação de gênero no mercado.

Palavras-chave: *Trabalho Reprodutivo; Sistemas de Previdência; Cone Sul.*

REFERÊNCIAS

A Argentina passa a reconhecer a dupla jornada feminina nos cálculos para a aposentadoria. Carta Capital, 22 de Agosto de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/a-argentina-reconhece-a-dupla-jornada-feminina-como-tempo-de-servico-para-aposentadoria/> Acesso em: 29 de Setembro de 2021.

AMARANTE, Verónica; COLACCE, Maira; MANZI, Pilar. La brecha de género en jubilaciones y pensiones. Los casos de Argentina, Brasil, Chile y Uruguay. Santiago de Chile: CepAl, 2016.

ARCANJO, Daniela. Argentina reconhece cuidado materno como trabalho para aposentadoria; entenda. Folha de São Paulo, 23 de Julho de 2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/argentina-reconhece-cuidado-materno-como-trabalho-para-aposentadoria-entenda.shtml> Acesso em: 29 de Setembro de 2021.

ARENAS DE MESA, Alberto; BERTRANOU, Fabio. Learning from social security reforms: Two different cases, Chile and Argentina. *World Development*, v. 25, n. 3, p. 329-348, 1997.

ARENAS DE MESA, Alberto; GANA CORNEJO, Pamela. La reforma a los sistemas de pensiones y los desafíos de la dimensión de género. *Notas de Población*, 2002.

ARGENTINAS conseguem se aposentar declarando cuidado materno como profissão. G1, 15 de Agosto de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/08/15/argentinas-conseguem-se-aposentar-declarando-cuidado-materno-como-profissao.ghtml> Acesso em: 29 de Setembro de 2021.

CARDOZO, Nelson Dionel. Reformas a los sistemas de pensiones en Argentina y Chile: regímenes de bienestar y seguridad social en perspectiva comparada. *Revista de Políticas Públicas*, v. 14, n. 2, p. 225-234, 2010.

EISENSTEIN, Zillah. Constructing a theory of capitalist patriarchy and socialist feminism. *Insurgent Sociologist*, v. 7, n. 3, p. 3-17, 1977.

FRASER, Nancy. After the family wage: Gender equity and the welfare state. *Political theory*, v. 22, n. 4, p. 591-618, 1994.

GRADY, Jo. Gendering pensions: Making women visible. *Gender, Work & Organization*, v. 22, n. 5, p. 445-458, 2015.

GONZÁLEZ JARA, Amparo del Carmen. La desigualdad previsional de género en Chile. 2017.

HUJO, Katja. Novos paradigmas na previdência social: lições do Chile e da Argentina. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 19, 2009.

JAMES, Estelle; COX EDWARDS, Alejandra; WONG, Rebeca. El impacto de género de la reforma a la seguridad social en América Latina, 2005.

MARIER, Patrik. Affirming, transforming, or neglecting gender? Conceptualizing gender in the pension reform process. *Social Politics*, v. 14, n. 2, p. 182-211, 2007.

MESA-LAGO, Carmelo. Evaluación de un cuarto de siglo de reformas estructurales de pensiones en América Latina. *Revista de la CEPAL*, 2004.

MESA-LAGO, Carmelo. Protección social en Chile: reformas para mejorar la equidad. *Revista Internacional del trabajo*, v. 127, n. 4, p. 421-446, 2008.

RUIZ-TAGLE, P. et al. Reformas a los sistemas de pensiones en los países del Mercosur y Chile. 2000.



RULLI, Mariana. ¿ Construyendo castillos en la arena? La política de la seguridad social: las reformas de pensiones en Chile (1981-2008) y Argentina (1993-2008). Revista Opera, n. 10, p. 25-40, 2010.

VARGAS-SANDOVAL, Yaneth. Seguridad social en pensiones desde la perspectiva de género: un acercamiento constitucional y legal de Chile, Brasil y Colombia. Hallazgos, v. 17, n. 33, p. 53-77, 2020.

O CONTROLE DE CORPOS NO PAÍS DA LIBERDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS ESTADUAIS PARA ABORTO NOS ESTADOS UNIDOS

Isabella Fernandes Moreira Fontaniello³¹

Nathalia Sgaravato Zambuzzi³²

Vitória Capucci Martins Caminiti³³

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar o comportamento dos estados americanos diante a intensificação das políticas e debates voltadas ao aborto nos Estados Unidos durante o período de 2017 a 2022. Nesse ínterim, é fato que o mandato de Donald Trump (2017-2020) legitimou uma série de medidas conservadoras a serem tomadas. Logo, em relação às questões ligadas ao aborto, isso não seria diferente, ou seja, suas declarações eram expressivamente ‘pró-vida’. Essa influência e direcionamento também foi responsável por proporcionar um movimento político-ideológico denominado como ‘trumpismo’, que se mantém mesmo com a saída do republicano do poder. Assim, consoante a agenda conservadora pós-trump, a lei Roe v. Wade foi revogada em 2022, a qual reconhecia o direito ao aborto no país desde 1973.³⁴

Nesse contexto, apesar do pensamento anti-aborto ser, de certa forma, compartilhado a nível nacional, as decisões administrativas e legislativas sobre o tema possuem autonomia a nível subnacional, sendo possível que eles tenham diferentes posicionamentos.

³¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Campus Poços de Caldas. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9641724667817026>.

³² Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista de Iniciação Científica pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4826599603327075>.

³³ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista de Iniciação Científica pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU). Currículo lattes <https://lattes.cnpq.br/2873232962140933>.

³⁴ Em 22 de janeiro de 1973, a Suprema Corte dos Estados Unidos, afirmou a legalidade do direito da mulher de fazer um aborto de acordo com a Décima Quarta Emenda da Constituição. O tribunal considerou que o direito de uma mulher ao aborto se enquadrava no direito à privacidade (reconhecido em Griswold v. Connecticut). A decisão deu as mulheres tal direito durante toda a gravidez e definiu diferentes níveis de interesse do Estado para regular o aborto no segundo e terceiro trimestres. Na época, a decisão afetou leis em 46 estados.



A partir disso o trabalho justifica-se pela relevância e visibilidade da temática, haja vista a posição central de influência dos Estados Unidos no que diz respeito às liberdades individuais serem garantidas. Após a revogação do *Roe v. Wade*, foram publicados trabalhos que abordavam a posição federal sobre a temática, mas que não consideravam os estados na análise. Assim, a pesquisa procura preencher essa lacuna visto que um “estudo baseado apenas nas medidas federais pode gerar resultados limitados devido ao desenho institucional do país” (FONTANIELLO, 2022, 27), uma vez que os estados passaram a tomar decisões sobre a interrupção da gravidez. Logo, com base nas noções de federalismo típicas do país norte-americano, a pesquisa busca compreender os limites e alcances dos estados em relação ao controle de políticas de gestação.

2 DESENVOLVIMENTO

No prosseguimento da proposta, o artigo tem como metodologia principal a pesquisa exploratória, partindo também de abordagens qualitativas. Para tal, os estados são mapeados e, posteriormente, observados em relação ao seguimento de políticas pró-aborto e pró-vida, o que é possível devido a pesquisa documental que descreve as posições políticas estaduais sobre o tema, tal como visto em legislações e comunicados oficiais. Além disso, a base de análise também é bibliográfica, contando com materiais didáticos já publicados (livros, periódicos e artigos) os quais são coletados através de sites acadêmicos, repositórios de artigos científicos e bibliotecas virtuais. Logo, compreende-se que fontes primárias e secundárias são utilizadas para a realização do trabalho.

Outrossim, como já apresentado, a proposta possui como referencial teórico os debates sobre federalismo e gênero. Nesse caso, primeiramente, o modelo federalista de governança permite que o governo federal e subnacional formule políticas que representem seus interesses próprios. Devido a tal fator, no caso de abordagens de gênero, o sistema oferece uma maior participação das mulheres na tomada de decisões, uma vez que os estados tendem e objetivam aproximá-las para que isso ocorra. Mesmo assim, paradoxalmente, os atores subnacionais podem possuir legislação a partir de políticas conservadoras, limitando certas pautas de gênero para os debates legislativos. (VICKERS, 2011). Com base nessa condição, verifica-se o

comportamento dicotômico dos estados na temática que envolve suas medidas próprias após a revogação da *Roe v. Wade*.

Assim, fazendo o retrospecto com o reconhecimento da Suprema Corte ao aborto em 1973, os debates acerca do tema permaneceram, principalmente nos estados já considerados ‘pró-vida’, que atuaram para limitar o acesso ao procedimento médico em suas regiões. Nestes, houve a proibição quase total do aborto e o impedimento da realização do mesmo em seis semanas de gravidez, sendo que tais leis tiveram como objetivo atrair a atenção da Suprema Corte para que os juízes derrubassem a medida da década de 70. Por outro lado, essa decisão judicial federal também acarretou o avanço dos direitos reprodutivos das mulheres, visto que os estados favoráveis ao procedimento buscaram garantir a acessibilidade ao direito de escolha de fazer o aborto. Resumidamente, na medida que alguns estados já seguiam um posicionamento mais conservador, suas decisões tenderam para uma restrição ainda mais efetiva, e os estados progressistas, por sua vez, começaram a direcionar suas políticas a medidas facilitadoras ao aborto.

Sendo que o avanço da extrema-direita, principalmente através da eleição de Donald Trump (2017-2020), influenciou um crescimento do conservadorismo e do movimento político-ideológico denominado “*trumpismo*”, este sendo reflexo das ações e falas conservadoras do republicano, que em diversos momentos questionou as instituições e direitos, inclusive no que tange ao acesso ao aborto, que era uma prerrogativa federal, mas que ele era contra (LIEBERMAN, 2017, p. 6). Assim, Trump indicou nomeações para a Suprema Corte que eram juízes conservadores e pró-vida, e isto influenciou diretamente na decisão em 2022. Portanto, confirmando que, o “*trumpismo*” não deixou de existir com a saída do republicano, pois a revogação da *Roe v. Wade* afetou diretamente o acesso nacional ao aborto, logo, favorecendo ao conservadorismo e retrocedendo nos direitos reprodutivos e da mulher.

Destarte, após essa decisão da Suprema Corte os estados se tornaram os atores principais na decisão de garantir ou privar o acesso ao aborto, portanto se tornando um bom exemplo da importância dos atores subnacionais e do federalismo estadunidense.

Nesse contexto, com base na pesquisa realizada, os resultados parciais obtidos por documentos estaduais demonstram que alguns estados tiveram um comportamento seguindo as linhas conservadoras, como é o caso do *Alabama, Arkansas, Idaho, Kentucky, Mississippi,*



Missouri, Oklahoma, Dakota do Sul, Tennessee, Texas, Virgínia Ocidental e Wisconsin. Enquanto isso, estados como: Colorado, Delaware, Kansas, Nebraska, Nevada, Nova Hampshire, Rhode Island, Pensilvânia, Virgínia, Alasca, Califórnia, Connecticut, Havaí, Illinois, Maine, Maryland, Massachusetts, Minnesota, Nova Jersey, Novo México, Nova York, Oregon, Vermont e Washington mantiveram o aborto legal (THE NEW YORK TIMES, 2022). No caso dos estados não citados, embora sem proibir completamente o aborto, restrições foram impostas.

Outro ponto parcial a ser observado refere-se a urgência médica pela qual os denominados estados de refúgio, acolhedores de mulheres que querem abortar mas são oriundas de localidades restritivas, estão propensos a passar. Essa consequência sanitária e social aumenta os gastos e recursos locais de estados, já que torna-se necessário abrir mais centros capacitados, equipes médicas que prescrevem a pílula abortiva e, simultaneamente, novos meios de lidar com a migração interna do país. Aliás, também inserido nesse tal quesito, inevitavelmente, inúmeras mulheres sofrem até mesmo com a limitação de recursos de tratamento em casos de aborto espontâneo. (VALLEJO, 2022)

Finalmente, a pesquisa confirma a hipótese inicial de que há uma intensificação da dualidade em relação aos comportamentos dos estados para as políticas contrárias ao aborto, afinal, essa onda conservadora que desde 1973 contraria a decisão e, desde 2017, se tornou ainda mais forte, fez com que a "vitória" viesse para os 'pró-vida'.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dualidade em relação ao comportamento dos estados pode ser analisada a partir de uma lente característica do país, sendo que a condição federativa subnacional estadunidense não deve ser meramente resumida como positiva ou negativa, mas “seus efeitos variam entre instituições, arenas de debates e setores políticos. Portanto, os efeitos do federalismo dependem do país e de momentos específicos” (FONTANIELLO, 2022, p. 27).

De tal forma, no caso do aborto os estados que tomam medidas protetivas procuram minimizar os efeitos prejudiciais tomadas pela revogação feita pela suprema corte. Entretanto, é importante pontuar e concluir que a revogação da Suprema Corte retira das mulheres o

domínio e a autonomia sobre seu corpo, restringindo sua liberdade e permitindo o controle de seus corpos, isto é, uma luta feminina histórica no país da liberdade se perde na atualidade e causa novos desconfortos sociais, tudo devido ao temido conservadorismo inserido na política americana, precisamente revogada durante a era *Trump*.

Palavras-chave: *Aborto; Estados Unidos; Federalismo.*

REFERÊNCIAS

CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS. **After Roe Fell: Abortion Laws by State.** Disponível em: <https://reproductiverights.org/maps/abortion-laws-by-state/?state=AZ>. Acesso em: 11. out. 2022.

FONTANIELLO, Isabella Fernandes Moreira. **Federalismo, Gênero e Migração nos Estados Unidos:** uma análise das políticas voltadas às mulheres e população LGBT durante os governos de Barack Obama e Donald Trump. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, 2022.

LIEBERMAN, Robert *et al.* Trumpism and American Democracy: history, comparison, and the predicament of liberal democracy in the United States. **Ssrn Electronic Journal**, [S.L.], p. 1-25, 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3028990>.

OBERMULLER, Diana; SCAPINI, Augusto; INATOMI, Celly Cook. A anulação de Roe V. Wade e o início do fim dos Direitos nos EUA. **Panorama OPEU**, 2022. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2022/06/26/a-anulacao-de-roe-v-wade-e-o-inicio-do-fim-dos-direitos-nos-eua/>. Acesso em: 11. out. 2022.

PLANNED PARENTHOOD. **Is Abortion Still Accessible in My State Now That Roe v. Wade Was Overturned? 2022.** Disponível em: <https://www.plannedparenthoodaction.org/abortion-access-tool/US>. Acesso em: 11. out. 2022.

SMITH, David. **Trump the hero for anti-abortion movement after bending supreme court his way. The Guardian**, 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2022/may/05/trump-abortion-supreme-court>. Acesso em: 12. out. 2022.

THE NEW YORK TIMES, Tracking the States Where Abortion Is Now Banned, 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2022/us/abortion-laws-roe-v-wade.html>. Acesso em: 12. out. 2022.

VALLEJO, Maria Antônia Sanchez. **Os estados de refúgio que vão acolher mulheres que querem abortar: da Califórnia a Nova York.** EL PAÍS, Nova York, p. 1-9, 27 jun. 2022. Disponível em: <https://elpais.com/sociedad/2022-06-27/los-estados-refugio-que-acogeran-a-las-mujeres-que-quieran-abortar-de-california-a-nueva-york.html?outputType=amp>. Acesso em: 12 out. 2022.



VICKERS, Jill. A Two-Way Street: Federalism and Women's Politics in Canada and the United States. **Publius**, v. 40, n. 3, p. 412–435, 2010.

VICKERS, Jill. Gender and State Architectures: The Impact of Governance Structures on Women's Politics. **Politics & Gender**, v. 7, n. 2, p. 254–262, jun. 2011.

VICKERS, Jill. Is Federalism Gendered? Incorporating Gender into Studies of Federalism. **Publius**, v. 43, n. 1, p. 1–23, 2013.

VICKERS, Jill; GRACE, Joan; COLLIER, Cheryl. **Handbook on Gender, Diversity and Federalism**. Elgar Publishing, 2020.

VOGUE, Ariane de. **Suprema Corte dos EUA suspende decisão que garantia direito ao aborto**: Ação transformará o cenário da saúde reprodutiva das mulheres nos Estados Unidos. CNN, [S. l.], p. 1-10, 24 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/suprema-corte-dos-eua-reverte-decisao-que-garantia-direito-ao-aborto/>. Acesso em: 12 out. 2022.

Painel: “MIGRAÇÃO E REFÚGIO”

UMA ANÁLISE DA MIGRAÇÃO FEMININA SUL/SUL ATRAVÉS DAS LENTES DECOLONIAIS

Andrea de Mello Cintra³⁵

1 INTRODUÇÃO

Os deslocamentos humanos acontecem a milhares de anos. Os estudos migratórios possuem características androcêntricas, ou seja, colocam a pessoa migrante como um homem cisgênero e comumente, solteiro ou sem acompanhantes familiares. Porém, as migrações do século XXI apontam que calcula-se que 50% das pessoas migrantes são mulheres acompanhadas de seus grupos familiares (HADDAD, 2008).

Os fluxos migratórios não acontecem mais majoritariamente com pessoas provenientes do Sul Global (leia-se bloco de países menos desenvolvidos economicamente através da ótica capitalista) rumo ao Norte Global (bloco de países economicamente mais desenvolvidos pela ótica capitalista) e sim entre os próprios países do Sul, comumente fronteiriços (HADDAD, 2008). Esse fenômeno acontece, devido a fatores como: altas barreiras migratórias impostas pelos países hegemônicos em relação a cidadãos latino americanos, asiáticos e africanos, menor duração de viagem e menores custos, maiores proximidades culturais e linguísticas, etc. uma já que as famílias tendem a se deslocar de forma conjunta (HADDAD, 2008).

Dentro deste panorama, a migração feminina continua sendo relegada ao segundo plano, sem posição de destaque, atrelada ao cuidado de pessoas e dos lares (CATARINO; MOROKVASIC, 2005), reforçando a divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2020). Mulheres continuam sendo excluídas da arena pública e política, exercendo de menor forma o seu poder e lugar de fala, ressaltando a assimetria das posições sociais entre homens e mulheres. Fatores

³⁵ Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, Universidade Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Campus de Franca.

estruturais como políticas migratórias, fechamento de fronteiras, securitização, criminalização das migrações, tráfico de pessoas, entrada indocumentada, etc. impactam diretamente em características como: gênero, etnia, religião, classe social, que por sua vez, influenciam práticas e representações sociais, criando hierarquias que afetam negativamente a capacidade de atuação de pessoas migrantes, sobretudo de mulheres (CATARINO; MOROKVASIC, 2005).

O feminismo decolonial visa desconstruir a ideia hegemônica trazida pelo feminismo liberal, visando que as diferenças entre as mulheres sejam vistas sob outros ângulos. A imposição de gênero desde as épocas coloniais perpassa questões como ecologia, economia, governo, cotidiano, etc. que continuam a manter o status quo vigente, dividindo o mundo em categorias homogêneas e supostamente, universais (LUGONES, 2008). Tal vertente também propõe a análise interseccional das opressões entre raça, classe e gênero, pretendendo dar maior visibilidade sobretudo a mulheres indígenas e afrodescendentes na América Latina. Alguns dos pontos chave defendidos pelas teóricas são o binarismo e a dicotomia do pensamento capitalista sobre o gênero e a sexualidade, transformando ambos em compulsórios (LUGONES, 2008).

As sociedades do Sul Global propagam as estruturas coloniais através de novos contornos, criando abismos socioeconômicos entre as pessoas e que são marcados frequentemente por gênero, recorte racial e classe social (HILL COLLINS, BILGE, 2020). Desta forma, acredita-se que a teoria decolonial possa auxiliar na análise de desconstrução acerca de mulheres migrantes no Sul Global, especificamente que vivem no Brasil, devido aos novos fluxos migratórios recebidos no país a partir de 2015 – com venezuelanas e afegãs. Pretende-se debater de forma breve sobre quais são os impactos que as migrações femininas Sul\Sul tem dentro das políticas migratórias brasileiras, bem como de quais são as soluções encontradas pelo Estado para gerir tais acontecimentos de forma satisfatória, com as contribuições propostas pelo pensamento decolonial.

2 DESENVOLVIMENTO E DEBATES ACERCA DO FEMINISMO DECOLONIAL E DAS MIGRAÇÕES SUL-SUL

Anibal Quijano (2005) discorre sobre a colonialidade do poder, sendo um dos elementos mais cruciais para a construção do sistema moderno, conferindo uma classificação naturalizada e binária entre homens e mulheres; entre pessoas brancas e pessoas racializadas, sendo estas as bases do pensamento eurocêntrico e da divisão internacional do trabalho. Rita Segato (2013)



adiciona e reforça a este conceito, exemplificando como a misoginia patriarcal e o racismo são crescentemente agravados dentro do padrão colonial. A raça e o gênero são padrões centrais e de identificação para a colonialidade, onde as violências e opressões se traduzem nas consequências explícitas deste sistema, que precisa delas para propagar-se.

Maria Lugones (2008) afirma que o dualismo no qual o capitalismo alicerça suas bases é baseado principalmente nas diferenças entre homens e mulheres e na inferiorização das últimas, onde tudo é definido em relação aos homens, que são a norma universal. Sua crítica também se baseia no feminismo liberal, onde o protagonismo e a suposta universalização das mulheres e suas demandas – oportunidades iguais e salários mais justos no mercado de trabalho e divisão das tarefas domésticas – esconde e silencia as mulheres racializadas, pobres, indígenas, transgênero e homossexuais, por exemplo, que continuam vivendo sob relações precárias de trabalho, vida, constantemente segregadas, marginalizadas e excluídas.

Tais relações também são nítidas quando se trata de mulheres migrantes e em como são percebidas nas sociedades receptoras. Tudo aquilo que foge do padrão eurocêntrico é considerado como inferior (SEGATO, 2013). O racismo e a xenofobia discriminam outros saberes, pensamentos e produções, hierarquizando comunidades e culturas, valores, crenças e religiões, firmando assimetrias entre os corpos e os lugares.

Meninas e mulheres podem ser forçadas a migrar de seus locais de origem devido a violências de gênero, estupro, casamentos forçados, exploração sexual, assédio sexual e moral, tráfico humano, violência doméstica, perseguição a grupos e minorias, mutilação genital feminina, etc. que são processos comuns em situações endêmicas de crise e violência, bem como a falta de ação estatal e falta de oportunidades de geração de renda, que também se cristalizam em violências contra a mulher (DERRAMO, 2009). Segundo Gayatri Spivak (2010), a mulher terceiro mundista é considerada erroneamente como um ser subalterno que não consegue se exprimir, pensar criticamente ou ter vontade própria, além de ser colocada dentro de um grupo homogêneo sem poder, violentado, sem escolaridade, onde todas possuem as mesmas demandas e necessidades.

Partindo deste arcabouço teórico, poucos estudos migratórios colocam seus focos em responder à pergunta de como os papéis de gênero atuam nos processos de deslocamentos humanos, tanto nas sociedades de saída, quanto nas sociedades receptoras. As migrações

femininas Sul- Sul ressaltam como mulheres costumam ser inferiorizadas nas hierarquias sociais e locais, ocupando postos de trabalho mal remunerados e voltados ao trabalho doméstico, que tem raízes históricas que o desqualifica (PEREZ; UGARTE, 2021). O Brasil possui uma política migratória bem mais flexível, especialmente quando comparada com países do Norte Global. Porém, algumas críticas podem ser feitas referente a tais políticas. O acolhimento humanitário refere-se à proteção internacional de direitos humanos, nos quais pode se citar o princípio internacional do *non refoulement* e da regularização migratória. Porém, não são apenas esses aspectos que devem ser levados em consideração, uma vez que o bem-estar a médio e longo prazo de migrantes e/ou pessoas em situação de refúgio e que englobam a sua inserção através de políticas públicas na sociedade receptora também é de fundamental importância. O sucesso da inserção social, não raro, é visto através de um processo de aculturação, onde tal indivíduo deve, obrigatoriamente, esquecer seus costumes antigos e adotar os novos hábitos do local onde se encontra. Quando se trata de uma mulher do Sul Global, ela deve ser “salva” de sua cultura atrasada e opressora, inserindo-se dentro do sistema capitalista neoliberal, trabalhando e adotando novos costumes e hábitos eurocêntricos e, portanto, considerados como mais desenvolvidos e progressistas.

As políticas públicas dentro da corrente neoliberal nos anos 1990, transforma a ação estatal em algo malvisto, uma vez que o Estado deve se mínimo. Ademais, no modelo neoliberal há o crescimento das relações de trabalho precarizadas e informais, com cada vez menos acesso à direitos trabalhistas, onde uma massa de trabalhadores se torna refém dos interesses do mercado e sua força de trabalho cada vez mais explorada (BEHRING, 2006).

As sociedades do Sul Global tendem a propagar as estruturas neocoloniais que reforçam as assimetrias e hierarquizações, se traduzindo em racismo, xenofobia e misoginia. Isso também se traduz em políticas migratórias discriminatórias, por exemplo que podem ser percebidos nos e discursos com conotação duvidosa do presidente brasileiro Jair Bolsonaro (2019-). A recepção de migrantes e refugiados, bem como uma política migratória mais flexível não é o único aspecto que torna o Brasil um Estado de Acolhida, sendo necessário pensar em formas de inserção cultural de mulheres migrantes na sociedade, de forma a mitigar as vulnerabilidades nas quais se encontram. Portanto, acredita-se que a teoria decolonial pode ajudar na formulação e implementação de políticas públicas que sejam adequadas as suas demandas enquanto



mulheres migrantes dentro das sociedades do Sul Global, partindo da percepção de que não é possível universalizá-las ou homogeneizá-las, mas sim, pautar a sua inserção social nas suas demandas e particularidades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonialidade do poder perpassa todas as relações (QUIJANO, 2005). As migrações femininas ainda são fluxos invisibilizados e pouco estudados por conta da inferiorização social e racial que sofrem historicamente, onde são relegadas ao segundo plano, vistas como acompanhantes familiares e aquelas que possuem as funções de cuidado com os familiares e com o lar. Também são colocadas de forma homogênea, como se todas tivessem as mesmas demandas e necessidades. O olhar através das lentes do feminismo decolonial e pela breve citação de Maria Lugones e Rita Segato, carregam consigo a necessidade do olhar interdisciplinar e interseccional para as mulheres do Sul Global.

No Brasil, como explicitado brevemente, existe uma política migratória que acolhe migrantes e pessoas em situação de refúgio. Contudo, ainda existem gargalos na inserção social destas pessoas na sociedade brasileira. Tal política invisibiliza mulheres migrantes, e, por isso, acredita-se que seja fundamental uma análise que coloque como um de seus pontos centrais a discussão sobre como a colonialidade ainda interfere nos dias atuais, nas questões de gênero, nas pautas migratórias, sendo uma das alternativas para o debate sobre as políticas públicas para migrantes, misoginia, racismo e xenofobia.

A contribuição da teoria decolonial reside na sua fuga das dicotomias que corroboram para que o modo de vida ocidental seja hegemônico e imposto a todos os corpos, buscando compreender os efeitos de um sistema assimétrico que culmina em altos índices de concentração de renda e desigualdades socioeconômicas, conflitos, instabilidades e perseguições, onde milhares de seres humanos são obrigados a se deslocar do território onde estão. Observar o Sul Global como um projeto político de manutenção da ideologia vigente é um dos caminhos para a desconstrução do estigma que a migração carrega. Tais aparatos reforçam e legitimam as posições de subordinação das migrantes do Sul Global, sendo um marco teórico entre o processo de colonização e os fluxos migratórios entre países fronteiriços e subalternos.



Palavras-chave: *Sul Global; Migrações femininas; Teoria Decolonial.*

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- BRASIL, **Lei n 13.445/2017, de 24 de maio de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm Acesso em 15 abr 2022
- CATARINO, Christine; MOROKVASIC, Mirjana. Femmes, genre, migration et mobilités. **Revue européenne des migrations internationales**, v. 21, n. 1, p. 7-27, 2005.
- DE SOUZA SILVA, Karine. “Esse silêncio todo me atordoá”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa**, v. 58, n. 229, p. 37-55, 2021.
- DERAMO, Michele James. **Theorizing the social and political intersectionalities of identity for refugee women**, 2009 Disponível em: <https://www.academia.edu/1239753/Theorizing_the_Social_and_Political_Intersectionalities_of_Identity_for_Refugee_Women> Acesso em 05 jan 2021
- DRAIBE, Sonia M. As políticas sociais e o neoliberalismo-Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **revista USP**, n. 17, p. 86-101, 1993.
- FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. São Paulo, Ed. Boitempo, 2020.
- HADDAD, Emma. **The Refugee in International Society: between sovereigns**. New York: Cambridge University Press, 2008. 254 p.
- HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo, Ed. Boitempo, 2020.
- LUGONES, María. **Heterosexualism and the colonial/modern gender system**. *Hypatia*, v. 22, n. 1, p. 186-219, 2008.
- MOREIRA, Vitória Sacramento. Migrações Femininas e a Nova Lei de Migrações: uma análise sobre a ausência da perspectiva de gênero na nova lei. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 4, p. 50-67, 2018.
- PÉREZ, Leda M.; UGARTE, Daniela. Venezuelan women in Peru: at the borders of nationality, gender, and survival migration. **Journal of International Migration and Integration**, v. 22, n. 4, p. 1313-1327, 2021.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-. 275.
- SEGATO, Rita. **Crítica da Colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2013. 345 p. Tradução de Danu Gontijo e Danielli Jatobá

RECRIANDO LUGARES PARA SI: SOCIABILIDADE E AUTORRECONHECIMENTO DE MIGRANTES NÃO CIS-HETEROSSEXUAIS NO RIO DE JANEIRO

Flávia Belmont³⁶

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 4 anos, a intensificação da migração de pessoas venezuelanas para o Brasil viu um fluxo significativo destes indivíduos para o Rio de Janeiro, cuja inserção social é marcada pela informalidade no trabalho e por negociações constantes pela sobrevivência objetiva e subjetiva de tais pessoas como seres humanos, sendo a humanidade geralmente confundida com os direitos concedidos a partir da obtenção da cidadania. As migrantes venezuelanas, dentre outras latinas de outras nacionalidades, vivem um processo particular de racialização frente à sociedade brasileira a partir de sua procedência nacional, que é intensificado na medida em que não seguem as regras corporificadas na cis-heteronormatividade. Desde tal ângulo, os olhares que se recaem sobre essas pessoas promovem uma racialização profunda, promovida pelo nexo entre raça, gênero e sexualidade que desenha os processos de alterização, marcadamente aqueles atravessados por diferenças de nacionalidade. No Brasil, é visível como os pânico morais de degeneração relacionados à estabilidade da moral da nação se voltam à criação de bodes expiatórios para encontrar pessoas culpadas pelo insucesso da nação brasileira enquanto projeto uno, centrado na família branca, patriarcal e nuclear (Miskolci, 2012).

Estes processos (nacionais e internacionais) de hierarquização social podem ser bem explorados deslocando o domínio político do Estado para as cidades, onde é possível localizar territorialmente as dinâmicas de operação local daqueles fenômenos que circulam globalmente e que atravessam, corporal e mentalmente, a vida das pessoas. Segundo Sassen (2003), ali se encontram distintos atores sociais, instituições políticas, pessoas, empresas, instituições da sociedade civil, cujas interações, embora possibilitadas por processos globais, são corporificadas no espaço da cidade. A relação entre o local e o global é relevante, nesta proposta de tese de doutorado, pois informa significativamente as trajetórias de vida de pessoas migrantes, principalmente porque aquelas advindas de países considerados do “Terceiro

³⁶ Doutoranda em Relações Internacionais pela Puc-Rio e bolsista Cnpq. [<http://lattes.cnpq.br/7786350734970998>]

Mundo” inserem-se socialmente a partir do trabalho informal ou no trabalho formalizado e precarizado, cujo formato é necessário para o sustento da economia formal e dos lares, seguindo a ordem das relações centro-periferias globalizadas, na qual os trabalhos informais e mais precarizados são a condição de possibilidade para a hierarquização da riqueza e do trabalho que baseia relações político-econômicas globais.

Atesto esse fenômeno rotineiramente a partir do trabalho desenvolvido na LGBT+Movimento³⁷, ONG que acolhe pessoas migrantes e refugiadas LGBT, na qual trabalho como voluntária na área de empregabilidade. O atendimento e suporte semanais à experiência afetiva e social de pessoas transgênero, travestis, homossexuais e bissexuais que chegam ao Rio de Janeiro em busca de condições dignas de vida me demonstrou uma série de obstáculos, contingências e possibilidades concernentes às questões de pertencimento e inserção social e cultural na cidade.

Em outras palavras, os domínios da afetividade, da vivência cultural, do reconhecimento e da empregabilidade me chamaram atenção como elementos que englobam uma série de questões determinantes da subjetividade dessas pessoas, assim como de sua objetivação como pertencentes às categorias de migrantes e LGBTs. Filho e Teti (2013) descrevem que a produção da subjetividade funciona através de dois dispositivos:

A objetivação refere-se à colocação dos corpos e subjetividades dos indivíduos como objetos para o saber e o poder modernos, implicando toda uma diversidade de sujeições e controles, envolvendo a produção de corpos e de indivíduos concretos, presos a identidades visíveis. A subjetivação implica um movimento do sujeito em relação a si mesmo no sentido de reconhecer-se como sujeito de um enunciado, de um preceito, de uma norma, fazendo com que estes operem no seu próprio corpo, o que envolve um conjunto de trabalhos e práticas de si visando estetizar-se e produzir-se conforme enunciado pelo preceito ou pela norma (Filho; Teti, 2013, p. 50).

Estes dispositivos, incutidos no saber no saber de si no conduzir a si e à própria vida, se inserem também, no espaço urbano como lugar de existência, assim como nos processos acima já mencionados, que desenham o formato da experiência da espacialidade urbana que é relegada a pessoas migrantes LGBT, isto é, aqueles espaços e deslocamentos caracterizados pelo trabalho informal/precarizado, pelas condições materiais dos bairros em que têm condição de

³⁷ Ver: <https://lgbtmaismovimento.com.br>.

morar, pelas oportunidades de lazer e fruição, assim como de socialização. Nesta pesquisa, entendo a pessoa migrante de modo similar ao esforço de Moraes Silva e Medeiros de Melo (2009), para quem os indivíduos são produzidos a partir de relações sociais e condições históricas, marcados por várias formas de poder social que, observo eu, incluem as suas posições de acordo classe social, sexualidade, gênero, nacionalidade, etc. Como voluntária da área de empregabilidade, meu viés analítico se vê aproximado à percepção de migrantes como trabalhadores, inclusive porque a maioria atendida pela ONG, advinda da Venezuela, migrou por motivos de crise humanitária e econômica, em busca de emprego e meios de sustento.

2 PERGUNTA DE PESQUISA E CAMINHOS METODOLÓGICOS

Partindo da concepção de objetivação e subjetivação explicada na seção anterior, pretendo que o trabalho de campo gere as principais perguntas de pesquisa. Isto não significa, entretanto, que a proposta da tese prescindia de uma certa estruturação a priori. Segundo Marcelle Decothé (2021), cujo trabalho de cartografia social ganhou corpo no decorrer de oficinas, como escreverei adiante, o labor de uma pesquisadora traz consigo premissas e conceitos de norteamento da investigação. Em decorrência de minhas leituras sobre o tema e de meu trabalho de acolhimento e empregabilidade para migrantes LGBTs, alguns eixos se destacam como parte de uma pergunta de pesquisa possível: a inserção social e cultural dessas pessoas na cidade do Rio de Janeiro, os circuitos de trabalho e empregabilidade a elas acessíveis, e suas redes de afeto.

Entendo que estes três eixos se corporificam e espacializam em circuitos territoriais específicos dentro da cidade. Assim, trazê-los à baila para discussão coletiva implica na seguinte questão: como é que estas pessoas, objetivadas e subjetivadas como migrantes LGBTs latinas, dentre várias outras posicionalidades sociais, entendem o seu entorno social e a si mesmas como sujeitas dentro do território da cidade? Os argumentos cabíveis a esta proposta operam no sentido introduzido alguns parágrafos acima, de que estas pessoas são produzidas e atuam no bojo de relações sociais e históricas que lhes impõem caracterizações caras à sua sobrevivência social e cultural: as categorias de migrante latina e de pessoa LGBT. Parto do princípio de que as pessoas geram o sentido de suas mobilidades e experiências num território urbano que é sempre parcial, visto que os circuitos urbanos e as noções de lugar e espaço são

produzidas por cada pessoa, em sua circulação e experiência (Berdoulay ;Entrikin, 2014). Como então, se dá esse processo? E como, nessas circunstâncias, as pessoas fazem sentido de suas próprias vidas neste lugar novo ou recente, o Rio de Janeiro, cidade grande, cheia de possibilidades e, ao mesmo tempo, hostil?

Consoante às pistas já dadas a partir da elaboração da pergunta de pesquisa, reitero que estas serão moldadas na extensão da participação ativa dos sujeitos de minha pesquisa. As problemáticas levantadas a partir das indagações da pesquisa são flexíveis, e suas inflexões dependem de uma primeira discussão abrangente com as pessoas participantes, onde exporei a proposta de trabalho e incitarei discussão, no papel de mediadora. Essa flexibilidade não tem como causa a falta de atenção ou de literatura prévia, mas sim a escolha metodológica: adotarei o método cartográfico, o qual orientará um trabalho coletivo de (auto)cartografia social.

Kastrup e Barros (2015) pontuam que o método cartográfico é da dimensão da ação, que se perfaz no próprio trajeto da pesquisa, onde os sujeitos são também autores, ao invés de objetos. Isto é, suas narrativas, suas produções, são parte da pesquisa, e a pesquisa intervém também na realidade de tais sujeitos ao gerar reflexões, demandas e viabilizar contranarrativas. Para além disso, Gill e Souza (2022) destacam que, ainda assim, as narrativas podem estar sob a rubrica do assistencialismo; para driblá-lo, é chave a realização de pesquisas que promovam uma infraestrutura de agência que abra caminhos para a autonomia, a exemplo de "novas linguagens, imaginários e, sobretudo, sistemas de referência forjados em primeira pessoa (do singular e do plural)" (Gill e Souza, 2022, p.118).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: LOGRANDO A ELABORAÇÃO DE ROTEIROS DE OFICINAS

A abertura à discussão sobre o próprio processo de construção da cartografia será parte essencial das oficinas por mim mediadas, visto que as participantes serão convidadas a ilustrar seus territórios em formatos diversos, como desenhos, quadrinhos, imaginá-los em termos musicais, fazer alusão a letras de música, etc. O convite será à concepção dos trajetos rotineiros na cidade como territórios de afirmação e reivindicação de direitos e reconstrução de memórias, sem desconsiderar as lembranças que serão trazidas também das vivências em outras cidades e

na vida anteriormente ao processo de migração. Proponho, então, cinco oficinas, segundo o seguinte roteiro:

- 1) Apresentar-me, trazer em linhas gerais o que vim fazer e por quê. Negociarmos a devolutiva da pesquisa para a vida das pessoas participantes e ouvir suas demandas. Usar recursos visuais para colocar temas principais de discussão e tentar tangenciar a questão dos mapas a cada tema discutido. Lanche final
- 2) Introdução à pintura e ao desenho com o apoio de Lucas Fonseca, arte-educador licenciado em artes visuais pela UFPE. Exibição de filme ainda a ser escolhido que tematize vidas LGBT (conforme minha observação sobre o andamento da oficina e os temas mais destacados pelas participantes). Conversarmos sobre o impacto de nossas identidades sexuais e de gênero sobre as nossas mobilidades no território, circuitos de lazer, de trabalho e afetivos, e fazermos um varal de desenhos. Lanche final.
- 3) A partir de réplicas de mapas da cidade do Rio de Janeiro, conversarmos sobre geografia e noções de territorialidade. Levar mapas impressos tanto do município como de uma escala maior, com o mapa da América Latina, para fazermos associações a respeito da migração, de suas identidades e histórias. Incitar pessoas a intervirem nos mapas, fazerem desenhos, colarem bilhetes e papéis escritos ou desenhados. Lanche final.
- 4) Incitação à feitura de mapas próprios sobre papel pardo largo, coletivos ou individuais. Parte final dedicada à construção de sistemas de referências e legendas sobre o mapa. Lanche final.
- 5) Término do mapa e conversa final sobre o que foi produzido, trocado e recombinação sobre o destino do material produzido de acordo com as demandas individuais e coletivas. Lanche final.

Na feitura dos mapas, um tipo de orientação possível consiste em localizar pontos na cidade, conectar, no papel, como se chega de um ponto a outro, o que se encontra neste caminho, onde, nesses trajetos, as pessoas se sentem acolhidas, e por quê, dentre outras questões. Talvez apareçam, no mapa, casas, praças, campos de futebol, espaços de prostituição, lugares de lazer, de cansaço e de constrangimento. O objetivo é que o mapa sirva como território de criação de memória, criação de sentido, de autoafirmação e de reivindicação de direitos, a serem

trabalhados continuamente no âmbito na ONG, para além do período da pesquisa. O resultado das atividades também gerará um tipo de sistematização de demandas sociais, fomentando base de informação para futuros trabalhos da organização e eventuais planejamentos de políticas públicas voltadas para migrantes.

Palavras-chave: *Migração; LGBT; Rio de Janeiro.*

REFERÊNCIAS

- Berdoulay, Vincent; Entrikin, Nicholas J. Lugar e Sujeito: perspectivas teóricas. In: **Qual o espaço do lugar?** Eduardo Marandola Jr, Werther Holzer e Lívia de Oliveira (Orgs.). São Paulo: Perspectiva, 2014. 307 p.
- Decothé, Marcelle. A Cartografia enquanto Método: Baixada Cruel e o Impacto da Militarização na Vida das Mulheres. In: **Metodologia e Relações Internacionais. Debates Contemporâneos Vol. III.** Isabel Rocha de Siqueira e Ana Carolina Costa Lacerda (Orgs.). Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2021. 136 p.
- De Moraes Silva, Maria Aparecida; Medeiros de Melo, Beatriz Desenhos e mapas: Uma contribuição aos estudos migratórios. **Espaço Plural**, vol. X, núm. 20, enero-junio, 2009, pp. 41-51.
- Filho, Kleber Prado; Teti, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Babarói**, n.38, 2013, p.45-49.
- Gill, Andrea; Souza, Isabela. Os caminhos das artes: educação popular e metodologias formativas nas periferias. In: **Organizações sociais populares: educação e memória nas periferias.** Andreia Clapp Salvador e Rafael Soares Golçalves (Orgs.). Rio de Janeiro,: Letra Capital, 2022. 206 p.
- Kastrup, Virgínia; Barros, Laura P. de. Cartografar é acompanhar processos. In: **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (Orgs.). Porto Alegre: Sulina, 2015. 207 p.
- Miskolci, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012.
- Sassen, Saskia. **Contra geografías de la globalización.** Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Traducción: Claudia Laudano, Amaia Pérez Orozco, Luis Antonio Núñez. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003. 125 p.

MULHERES VENEZUELANAS E VULNERABILIDADE: CONTORNOS DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL EM SERGIPE

Sheila Caroline Souza Santos³⁸

1 INTRODUÇÃO

O estudo de mestrado em andamento propõe analisar as experiências migratórias de mulheres venezuelanas em Sergipe e como estas se manifestam em condições de vulnerabilidade mais acentuadas. Tomando como referência a teoria feminista e decolonial e a pesquisa da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), da ONU Mulheres e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) intitulada “Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a pandemia de Covid-19” executada pelo IPEAD e pela equipe técnico-científica do CEDEPLAR/UFMG, PUC Minas e UFRR, este trabalho busca apontar como os efeitos da colonialidade repercutem em desigualdades nas vivências de venezuelanas e venezuelanos no menor estado brasileiro.

Tendo em vista a baixa visibilidade da presença migrante em Sergipe, o presente estudo permite colocar em evidência o fenômeno da migração internacional no estado com foco na questão de gênero, revelando aspectos invisibilizados ou pouco conhecidos que necessitam estar em discussão, principalmente na sociedade sergipana.

O ponto de partida desta pesquisa está ligado ao ano de 2019, marcado pela veiculação de diversas matérias pela imprensa estadual acerca da presença de nacionais venezuelanos em Sergipe. Estas reportagens, em sua maioria, tratavam da chegada de imigrantes que vieram buscar novas oportunidades de vida através da estratégia de interiorização conduzida pelo governo federal por meio da Operação Acolhida.

Considerando os papéis e hierarquias de gênero presentes na sociedade brasileira, reforçados pela suposta passividade da mulher no processo migratório (Boyd; Grieco, 2003), em associação à natureza de vulnerabilidade ligadas à migração venezuelana motivada pela

³⁸ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (PPGRI-UFBA) e bolsista FAPESB. [<http://lattes.cnpq.br/1721919986010114>]

crise existente no país, levanta-se questionamentos acerca da integração socioeconômica e acesso à direitos por parte de mulheres venezuelanas na realidade sergipana.

Para compreender as causas que estruturam esta realidade, recorreremos à teoria feminista e decolonial e à pesquisa Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), da ONU Mulheres e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) para ilustrar como o presente padrão de poder se estabeleceu a partir da invasão colonial moderna, resultando em um modelo de dominação iniciado na América Latina e que posteriormente se estende a nível mundial, conforme Aníbal Quijano (2000) defende. Desta forma, apontaremos como aspectos ligados à questão de gênero dificultam a integração socioeconômica e acesso à direitos por parte de mulheres venezuelanas na realidade sergipana, (re)produzindo situações de vulnerabilidade.

2 VENEZUELANAS EM SERGIPE E AS ORIGENS DAS DIFICULDADES: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, COLONIALIDADE E VULNERABILIDADE

Um retorno para o século XVI nos permite observar as origens da geopolítica que nos conduziu para a atualidade. A partir da teoria decolonial é possível observar como o colonialismo e seus efeitos modificaram e estruturam um novo padrão de poder a nível mundial que persiste até os dias atuais.

Segundo Aníbal Quijano (2000) “a globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial.” Portanto, a circulação de bens e pessoas tem se tornado desde então um processo gradativamente intensificado e na mesma medida regulado de acordo com os interesses do capital.

De acordo com o sítio eletrônico *Migration Data Portal*, em 2020 o Brasil registrou o número de 1.1 milhões de imigrantes no país, enquanto 1.9 milhões de brasileiros residiam fora do território nacional. Neste contexto, ainda que a saída de brasileiros para outros países seja um processo rotineiro, a recepção de migrantes internacionais no Brasil por parte dos nacionais apresenta reações controversas. Partindo de uma análise do processo de formação da identidade brasileira, Julia Manochio Miguel (2020) entende que as relações de poder colonial na sociedade brasileira reproduzem os mecanismos de discriminação pelos quais passou ao longo



da história, determinando sua conduta para com os não nacionais advindos do Norte ou do Sul Global.

Desta forma, é possível considerar que um dos fatores decisivos que dificultam a integração socioeconômica e o acesso a direitos de mulheres venezuelanas no estado de Sergipe refere-se à condição geopolítica do país sul-americano, agravado à crise sociopolítica enfrentada pelo país desde a década passada. Em adição a este fato, soma-se inexistência de órgãos ou políticas estaduais e municipais específicas para imigrantes no estado, e, a sua condição de gênero diante da estrutura patriarcal vigente. Conforme a ONU Mulheres (2022)³⁹ reconhece, são as mulheres que acabam carregando o maior peso nos trabalhos atrelados ao bem-estar e à sobrevivência das pessoas e do meio em que estão inseridas, na maioria das vezes, invisibilizado e não remunerado.

As contribuições da teoria feminista e decolonial permitem um olhar crítico localizado das categorizações sociais que estruturam a realidade, e tomando como principal marco teórico o conceito de colonialidade do poder, Lugones (2020, p. 57) afirma que,

Ao produzir essa classificação social, a colonialidade permeia todos os aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais. “América” e “Europa” estão entre essas novas identidades geoculturais; “europeu”, “índio”, “africano” estão entre as identidades “raciais”. Essa classificação é “a expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial”. Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta à população do mundo. Desde então, tem atravessado todas e cada uma das áreas da vida social, tornando-se, assim, a forma mais efetiva de dominação social, tanto material como intersubjetiva. Desse modo, “colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade.

Desta forma, o ordenamento de camadas sociais desiguais impõe-se desde então como um elemento essencial para dominação colonial. No contexto migratório sergipano, onde toma-

³⁹ Disponível em <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-prefeitura-de-belem-pa-e-funpapa-iniciam-oficinas-de-formacao-sobre-economia-do-cuidado/>

se como referência a vivência de mulheres venezuelanas, originárias de um país periférico do Sul Global, os efeitos deste desequilíbrio na atualidade repercutem através da produção de vulnerabilidades oriundas da dificuldade de integração socioeconômica e acesso à direitos destas cidadãs.

Uma vez que as relações de poder se sustentam a partir de desigualdades, é possível refletir como o trabalho do cuidado comumente destinado às mulheres e de forma não remunerada, podem revelar-se como obstáculos para o processo de integração socioeconômica na nova realidade. Segundo a ONU Mulheres,

...a Economia do Cuidado, termo usado para designar os trabalhos ligados ao bem-estar e à sobrevivência das pessoas e do meio em que estão inseridas –que vão desde afazeres domésticos, compras no supermercado e preparo de refeições até a educação e ao cuidado de crianças, pessoas idosas e com deficiência. Embora sejam de responsabilidade de todas as pessoas (homens, mulheres e sociedade como um todo), são as mulheres que acabam carregando o maior peso nesse papel, na maioria das vezes, invisibilizado e não remunerado. (ONU MULHERES, 2022)⁴⁰

Destarte, o trabalho reprodutivo se efetiva como uma barreira, e conseqüentemente, como uma vulnerabilidade inerente para as mulheres, uma vez que sua entrada no mercado de trabalho está ligada às responsabilidades referentes aos trabalhos domésticos de cuidado e reprodução.

Numa perspectiva de se pensar a evolução do estado constitucional, a autora Lucia Re (2019) resgata o desenvolvimento do pensamento acerca da vulnerabilidade, associado à teoria da ética do cuidado, de origem feminista. A autora destaca o conceito de vulnerabilidade ontológica, compreendida como a condição universal que une todos os seres humanos pela virtude de serem “susceptíveis à lesão/dano/injúria”.

Segundo Lucia Re (2019), “a vulnerabilidade ontológica é vivida necessariamente por indivíduos de formas diferentemente distribuídas social e economicamente.” Para a autora, a vulnerabilidade ao qual os indivíduos estão expostos depende das redes de proteção que são possíveis ou não de se usar. Portanto, ela argumenta que as experiências de vulnerabilidade estão conectadas às relações de poder que existem em uma sociedade.

⁴⁰ Disponível em <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-prefeitura-de-belem-pa-e-funpapa-iniciam-oficinas-de-formacao-sobre-economia-do-cuidado/>

Considerando a garantia de justiça social para cidadãs e cidadãos, Re (2019) resgata as ponderações da filósofa feminista Eva Feder Kittay que reitera que o cuidado e dependência é um problema social e que este é um papel para o estado gerenciar.

Nesta direção, tomando como referência a pesquisa “Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a pandemia de Covid-19” executada pelo IPEAD e pela equipe técnico-científica do CEDEPLAR/UFMG, PUC Minas e UFRR, assim como as nacionais venezuelanas participantes desta pesquisa, presume-se que em Sergipe as venezuelanas também encontrem maior dificuldade de integração socioeconômica entre mulheres, em especial para mulheres com filhos e famílias monoparentais.

Sendo assim, o pensamento das intelectuais decoloniais permite demonstrar como:

A lógica racializante que foi introduzida na América em 1492 fez mais do que estruturar as relações entre colonizadores e colonizados: estabeleceu formas de pensar e modalidades de poder que continuam dando forma às relações sociais e políticas que permeiam todos os aspectos da vida no planeta. É imprescindível reconhecer a profunda influência que a racialização e a generificação tiveram para compreender o passado, para os esforços de transformar o presente e visualizar as estratégias de um futuro diferente. (MENDONZA et al, 2021, p. 313)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do feminismo decolonial é possível situar e atribuir a origem e conservação de desigualdades provenientes das hierarquias de gênero, possibilitando-nos identificar como a produção de vulnerabilidades estão vinculadas às vivências de mulheres venezuelanas no estado de Sergipe.

Uma vez que parte da população venezuelana residente no estado sergipano chegou através da Operação Acolhida, observa-se uma descontinuidade das políticas públicas de acolhimento, integração e proteção de migrantes e refugiados a partir da chegada destes indivíduos em território sergipano, uma vez que não há órgãos ou políticas estaduais e municipais específicas para imigrantes. Presume-se que esta realidade também é reflexo das relações de poder de origem colonial, reproduzindo os mecanismos de discriminação pelos



quais esteve submetida ao longo da história, determinando sua conduta para com os migrantes internacionais.

Por fim, além dos fatores mencionados anteriormente, faz-se necessário discutir e contestar as origens e manutenção os papéis e hierarquias sexuais existentes na sociedade brasileira, operantes na produção de barreiras adicionais, dificultando que as imigrantes venezuelanas tenham acesso aos seus direitos e a uma plena integração socioeconômica em Sergipe.

Palavras-chave: *Mulheres Venezuelanas; Colonialidade; Vulnerabilidade.*

REFERÊNCIAS

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

MENDOZA, Breny; PILGER DA SILVA, Leticia; DE OLIVEIRA SILVA FILHO, Suéilton. A colonialidade do gênero e poder: da pós-colonialidade à decolonialidade. Revista X, v. 16, n. 1, p. 290, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78777>>. Acesso em: 13 out. 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RE, Lucia. Vulnerability, Care and the Constitutional State. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (São Leopoldo), vol. 11, n. 3, p. 314-326, 2020.

Painel: “POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO NO BRASIL”

DANÇA TRADICIONAL INDIANA NA AMAZÔNIA, ECOFEMINISMO E CULTURAS DAS ÁGUAS COMO BEM COMUM

Carmem Pricila Virgolino Teixeira⁴¹

1 INTRODUÇÃO

Abordo nesse estudo, numa perspectiva de interculturalidade Crítica, possíveis aproximações entre a cultura da Amazônia oriental, de onde sou originária e a história de mulheres que no sul da Índia foram dançarinas antes do período colonial. Evidenciando o protagonismo de mulheres de tradições culturais que envolvem dança, política e relação com a natureza, esse relato destaca reflexões sobre teorias das artes cênicas e do movimento decolonial, através da narrativa de memórias de minha trajetória de prática com o teatro dança clássico indiano, para sentipensar produção de conhecimento no hemisfério sul, pela corporeidade, como ações de proteção ao meio ambiente protagonizadas por mulheres.

2 DANÇAS, MULHERES, NATUREZA

Através do método autoetnográfico (GONÇALVES, MARQUES & CARDOSO, 2012), que consiste em relatar e avaliar aspectos da própria trajetória do pesquisador com teorias antropológicas, teço a narrativa que segue. Há aproximadamente sete anos eu peregrinei por algumas cidades do sul da Índia dentre elas, Bangalore, Chennai e Baroda. Quando viajei pra Índia eu já tinha uma caminhada como pesquisadora de dança/teatro, antropologia da performance, sendo justamente o encantamento pela prática do teatro dança clássico indiano, no estilo do Bharatanatyam, o que me levou àquele país. O bharatanatyam é um tipo de arte

⁴¹ Doutoranda em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes-PPGA/UFPA, possui mestrado no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia Social-PPGSA/ UFPA (2010) e graduação em Letras/Língua Francesa/Licenciatura - UFPA (2007). Bolsista CAPES, membro da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas e Assessora da Coordenadoria de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Belém. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3579305283963629>.

complexa, pois é feita do amálgama de vários elementos, como expressividade, musicalidade, narratividade, corporeidade, proveniente do sul da Índia, principalmente, do estado de Tamil Nadu, do qual Chennai é a capital. Bangalore, cidade na qual fiquei a maior parte da minha estada nesse país, fica no estado vizinho, Karnataka. Profundamente arraigado a valores culturais muito intrínsecos à Índia, como a religiosidade local, o teatro dança clássico indiano possui várias modalidades. Detenho-me nesse texto a narrar algumas das minhas experiências com o Bharatanatyam.

Segundo o *Natyashastra*, considerado um dos *vedas*⁴² e um dos tratados mais antigos sobre a arte de encenar, a história das artes dramáticas, que nesse contexto nunca dissociou encenação, poesia, dança e música, foi uma revelação que um dos aspectos de Deus, *Brama* entregou ao sábio *Bharata*, quem repassou esse conhecimento aos artistas. Muitos pesquisadores das artes cênicas pós-moderna voltaram seus olhares para o Oriente, dentre eles Antonin Artaud, Eugenio Barba, Jerzy Grotowski, sobretudo, quando os estudos teatrais passaram a voltar seus interesses para as práticas de pré-expressividade.

Um ano antes de ir a Índia, ainda em 2015, dentro do contexto do Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana, produzido pela Universidade Federal de Ouro Preto, tive um encontro que me afetou. Não por acaso o tema do festival daquele ano era *O Que te Afeta?* e no encontro com a doutora Janaki Rangarajan, indiana, residente atualmente nos Estados Unidos, assisti pela primeira vez um espetáculo com coreografias diversificadas de Bharatanatyam e participei do Workshop que ela ministrou. Segundo Pavis (2017, p.21):

Do latim *affectus*, estado d'alma. Palavra proveniente do verbo *adficere*, pôr-se a fazer. O afeto ou a paixão é uma modificação da vida afetiva sob o efeito de uma ação exercida pelo sujeito. A afetividade é a soma das reações psíquicas desse indivíduo em confronto com o mundo. O afeto é “o substantivo como e erudito dos sentimentos, das paixões e emoções, dos desejos, de tudo aquilo que nos afeta agradável ou desagradavelmente [...] um afeto é o eco em nós daquilo que o corpo faz ou sofre”.

Em um teatro pós-psicológico, concentra-se no corpo do ator dançarino a matéria prima do trabalho artístico. Material a ser modulado e tornado poético, é sobretudo o corpo, e não o

⁴² Denominam-se *Vedas* quatro obras, compostas em sânscrito, datadas de aproximadamente 1550 anos a.c. Os Vedas formam a base do extenso sistema de escrituras sagradas do hinduísmo e representam a mais antiga literatura de língua indo-europeia. A palavra Veda significa conhecimento. Inicialmente, os Vedas eram transmitidos apenas de forma oral e ainda hoje, em algumas regiões da Índia, como Kerala, há escolas védicas onde as crianças aprendem de cor o seu conteúdo.

texto verbal, que agenciará à plateia conceitos, percepções e afetos do artista, que postos no mundo pela encenação, são colhidos pela plateia numa espécie de empatia afetiva (PAVIS, 2017). Encontra-se no corpo estilizado do atuante o ponto de convergência poética da cena de um teatro que não pretenderá mais forjar suas dramaturgias a partir de textos, mas por vias outras, próprias.

Janaki sistematizou no workshop ministrado dentro do contexto do festival as principais características dessa dança. Ela falava sobre emoção predominante, *ishta bhava*, e desfrute estético, *rasa*, mas também remarcava que além do aspecto expressivo, a *abhinaya*, no *bharatanatyam* existe uma parte puramente abstrata da dança, fazendo desse estilo um tipo corporal marcado pela formação de linhas e figuras geométricas, quer seja nas performances solos, quer seja nas performances de grupo. Também durante o workshop que ministrou ela frisava por um lado, a importância dos estudos dos gestos das mãos, os *mudras*, através dos quais se narra as histórias das divindades indianas, enquanto por outro lado, nos fazia atentar para a percussividade dos pés que marcavam ritmos, métricas variadas que podem chegar até nove tempos.

Hoje passados dez anos como praticante de *Bharatanatyam* e quase sete anos dessa viagem incrível, ocorre-me sentipensar que minha enorme empatia afetiva com essa prática se deu por outras vias, para além da poética corporal, pela política. O Brasil é um país de dimensões continentais e eu residia no momento da viagem para a Índia, em Belo Horizonte, nos Sudeste do país, região mais privilegiada economicamente. Sendo proveniente de uma cidade da Amazônia Oriental, Belém do Pará, também chamada por alguns geógrafos de *Flor das Águas* por sua posição de destaque em relação as outras ilhas que compõe a cidade, podia sentir nas discriminações que passei por ser mulher nortista, inúmeros papéis de subalternidade atribuídos a mim, quando vista como imigrante vinda de uma região mais pobre do país para uma mais rica.

A indiana Vandana Shiva (2004) afirma que, a ideologia do progresso chama de pobreza o que estilos de vida tradicionais pautados na prudente subsistência, vivenciam como sustentabilidade. A pobreza chega de fato nas comunidades tradicionais do mundo quando a ideologia do desenvolvimento destrói esses estilos de vida, que não eram pobres no sentido de estarem privados de algo, mas assim denominadas por não participarem da economia de



mercado. Assim, o que Vandana Shiva (2004) afiança em relação ao tratamento dado aos povos tradicionais pode se aplicar a realidade de povos subalternizados, tanto da Índia, quanto da Amazônia, o que me gera um olhar para práticas culturais como formas de rExistência à colonialidade.

A modernidade que gerou o sistema capitalista pauta sua necropolítica (MBEMBE, 2018) no racismo e no patriarcado. Assim foi com as *devadassis*, mulheres que dentro da cultura indiana eram devotadas a se dedicar aos deuses e viver dentro dos templos nos estudos das artes em geral, da filosofia, da política. Os templos eram subsidiados pelos reis e essas mulheres não precisavam casar, embora pudessem se relacionar afetivamente. Quando os britânicos chegaram na Índia e no processo de colonização desconsideraram a cosmogonia indiana e seus princípios as *devadassis* foram perseguidas, equiparadas a prostitutas e a prática da dança que a princípio era uma expressão de amor da devota foi proibida e criminalizada. Só muitos anos depois com a independência da Índia, a partir de esforços de antigos mestres e mestras, com o apoio de alguns intelectuais e ainda pelas referências grafadas nas esculturas dos templos, que a prática viveu seu renascimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De volta ao Brasil, a experiência na Índia foi fundamental pra me fazer sentir vontade de voltar para casa, Amazônia. Passados algum tempo após ter retornado, já no ano de 2020, no contexto do vínculo com o Programa de pós-graduação em Artes da Universidade Federal do Pará, na qualidade de doutoranda, então residindo de volta em Belém, no quadro de calamidade que vivíamos com a pandemia, que levou à morte mais de 600 mil brasileiros e, ainda a flexibilização a leis ambientais da Amazônia que fizeram com que chegássemos ao recorde de desmatamento da floresta, surgiu o vídeo dança *Flor das Águas*. Premiado pela lei Aldir Blanc dentro do Festival de Dança do Sesc Belém daquele ano, o vídeo surgiu numa proposta de interculturalidade crítica e aproximações de leituras sobre realidades indianas e amazônicas. Segundo Walsh (2002, p.25):

Proponho a interculturalidade crítica como ferramenta pedagógica que questiona continuamente a racialização, subalternização, inferiorização e seus padrões de poder, visibiliza maneiras diferentes de ser, viver e saber e busca o desenvolvimento e criação de compreensões e condições que não só



articulam e fazem dialogar as diferenças num marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito, mas que – ao mesmo tempo – alentam a criação de modos “outros” – de pensar, ser, estar, aprender, ensinar, sonhar e viver que cruzam fronteiras.

Após algumas conversas com Krisna Sharana, minha atual professora dessa modalidade artística, sobre meu desejo de aprender uma coreografia que referendasse *Sarasvati*, ela coreografou um *pushipanjali* que homenageava a deusa, conhecida, principalmente, no Ocidente por seu aspecto de protetora do conhecimento e das artes. Nas conversas que teci com Krisna, ela me trazia informações sobre outros aspectos de *Sarasvati* como o fato do culto a deusa ter se iniciado nas bordas de um rio indiano que secou. Eu lembrava então sobre toda a discussão tecida por Vandana Shiva (2006) sobre a água e relacionava isso ao perigo iminente que vivemos nesse momento no qual 15% por cento da floresta amazônica no estado do Pará já foi destruída, aproximando-nos de um ponto de não retorno, o que também levaria a seca a maior bacia hidrográfica do mundo.

Belém é uma cidade cujos dois terços se encontra em região insular, a realidade local é de um grande centro urbano que na sua parte continental perdeu toda sua mata, mas que em apenas vinte minutos de travessia de barco conserva a floresta, modos de vidas tradicionais sustentáveis, como coleta de frutas e pesca artesanal, além da exuberância da Baía do Guajará, foz do Rio Amazonas, maior do mundo, onde todas nossas águas encontram o oceano Atlântico. Atravessando então para uma dessas ilhas, dirigida pelo cineasta Wesley Brown, realizamos essa oferenda – vídeo dança – de flores as águas dos rios daqui, pedindo a deusa *Sarasvati* que nos conceda a bênção dos rios aqui vivíssimos.

Depois de ter performado algumas vezes já a coreografia no vídeo, mas também em outros espaços, como o X Fórum Social Pan Amazônico, que contou com a presença de inúmeros ambientalistas e com forte protagonismos de mulheres, aqui em Belém nesse ano de 2022, fui procurar leituras e imagens sobre os aspectos da deusa e me regozijava ao reconhecer na coreografia elementos presentes nas fotos das esculturas que hoje são guardadas em museus espalhados pela Índia: o cisne como montaria, a vina tocada os manuscritos carregados pela deusa, o rosário para suas rezas, a presença de devotas ao redor saudando a deidade. Esses foram alguns dos elementos instaurados com minha corporeidade de performer, sentipensados anteriormente pela corógrafa e pesquisadora Krisna Sharana. Guardados todos os



distanciamentos e aproximações possíveis, fazendo do meu corpo minha súplica, memória, meu fazer poético, político, amoroso, meu clamor por libertação das mulheres, pelo fim do sistema capitalista, que mata o corpo da mulher como mata a natureza e que encontra nas mulheres subalternizadas a voz dos corpos que se levantam para luta, aproximamos nesse trabalho história e narrativas de mulheres e naturezas que rExistem ao julgo colonial, pelas suas práticas culturais.

Palavras-chave: *Ecofeminismo, Dança Indiana, Amazônia*

REFERÊNCIAS

- GONÇALVES, M; MARQUES, R. ET C, V. (org.) Etnobiografia: subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo, sp: n-1 edições, 2018.
- PAVIS, Patrice. Dicionário da Performance e do Teatro Contemporâneo. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.
- SHIVA, Vandana. La mirada del Ecofeminismo. In: Revista On-Line de la Universidad Bolivariana Volume 3, Número 9, 2004.
- SHIVA, Vandana. Guerras por água: privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical Livros, 2006.
- WALSH, Caterine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org.) Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

QUAIS AS IMPLICAÇÕES NAS REGULAÇÕES DE GÊNERO PARA A EDUCAÇÃO A PARTIR DO PROJETO ESCOLA CÍVICO MILITAR: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

Glauce Stumpf⁴³
Marcos Rogério dos Santos Souza⁴⁴
Denise Regina Quaresma da Silva⁴⁵

1 INTRODUÇÃO

Ao observar o avanço do projeto das Escolas Cívico Militares (ECIM) no país e o formato como tem sido divulgado pela grande imprensa observamos a inserção de uma unidade em um município da região metropolitana do Rio Grande do Sul e passamos a nos indagar se a sua inserção pode ou não aumentar as regulações de gênero na educação.

As regulações de gênero são um conceito trazido por Butler (2014) e postula que “se gênero é uma norma, isso não equivale a um modelo ao qual os indivíduos tentam se aproximar. Ao contrário, é uma forma de poder social que produz o campo inteligível de sujeitos, e um aparato pelo qual o binarismo de gênero é instituído (2014, p. 260)”. Logo, quando adentramos na organização da ECIM, sua legislação e estrutura administrativa executada por militares tememos um recrudescimento das regulações de gênero por meio de uma ideia de civismo e de controle disciplinar, onde, geralmente, são reforçados os lugares e modos de agir de acordo com cada gênero (feminino e masculino).

É preciso refletirmos sobre o papel da escola e dos profissionais da educação com o projeto de nação, visando uma escola democrática em sua plenitude e que garanta de forma equânime o acesso, permanência e a qualidade da educação a todas e todos e que possam romper a ausência de políticas públicas. Desta forma nos questionamos: quais as implicações nas regulações de gênero para a educação a partir do projeto ECIM?

⁴³ Doutoranda em Educação UniLaSalle, Programa de Pós-Graduação em Educação UniLaSalle, bolsista municipal, membra do Grupo de Pesquisa ComGênero. <http://lattes.cnpq.br/0785713679416327>

⁴⁴ Mestre em Educação, Psicólogo e membro do Grupo de Pesquisa ComGênero. <http://lattes.cnpq.br/2599695466143717>

⁴⁵ Pós-doutora em Estudos de Gênero UCES, Programa de Pós-Graduação em Educação UniLaSalle, líder do Grupo de Pesquisa ComGênero. <http://lattes.cnpq.br/9874159368391364>

2 DESENVOLVIMENTO

Por meio de uma pesquisa bibliográfica e análise documental, a partir do decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, realizamos uma pesquisa qualitativa onde perscrutamos possíveis recrudescimentos nas regulações de gênero (BUTLER, 2014), (COLLINS; BILGE, 2021), (SEFFNER, 2020), (SILVA, 2020), (SOUZA, 2022) na educação brasileira no contexto das ECIM.

Para isso, selecionamos os documentos em nível nacional, estadual e municipal e fizemos a busca nos principais termos utilizados que envolvessem as/os estudantes. O modelo das ECIM apresentado pelo Ministério da Educação é uma parceria com o Ministério da Defesa como uma forma de resposta a violência crescente nas escolas bem como uma forma de ter excelência nos índices e nos testes de qualidade educacional tendo como parâmetro as Escolas Militares - observa-se que as propagandas em relação ao modelo tem associado o imaginário social⁴⁶ sobre as escolas militares às ECIM, mesmo com muitas diferenças entre ambos os projetos. Concluiu-se que o modelo das ECIM apresentado está no sentido contrário da democracia e dos princípios constitucionais (SANTOS, 2020), carece de discussões, reflexões que são imprescindíveis acerca deste projeto e para a melhoria de políticas públicas que visem a qualidade de educação pública e não no seu desmonte. Collins e Bilge reforçam que: “Uma perspectiva questionadora da educação compreende a organização das escolas como parte integrante de um sistema educacional mais amplo, conceituado como campo de poder.”. (COLLINS, BILGE, 2021, p. 217).

O projeto das ECIM colabora com as práticas que excluem as/os diferentes, tendo em vista que normatizar, regular e padronizar como os corpos possam/devam se comportam dentro dos espaços das escolas cívico-militares. Haja vistas que as crianças, os estudantes destes estabelecimentos de ensino são tolhidos em suas manifestações de expressão (corte de cabelo, uso de brinco). É preciso que a escola seja um espaço plural e garantidor dos discursos

⁴⁶ Para compreender o imaginário social, nos embasamos em Baczko (1985) quando reflete: “É certo que não há impermeabilidade entre saber e mentalidades. Contudo, cada um dos domínios evolui segundo o seu ritmo próprio, sendo cada um deles trabalhado pelas suas forças e tendências. Aquilo que constitui actualmente um lugar de encontro pode amanhã transformar-se numa encruzilhada de que partem caminhos divergentes” (p. 298). A partir destas considerações compreendemos que o coletivo constrói/reproduz/transforma realidades, sejam pautadas em evidências, em senso comum, ou mesmo, o conhecimento científico.

democráticos para que crianças e adolescentes possam se constituir enquanto pessoas singulares. Conforme Souza “[...] as relações de gênero na escola devem ser alicerçadas em processos de subjetivação das individualidades, respeitando a construção social, cultural e proporcionando o exercício pleno da cidadania [...]”. (SOUZA, 2022, p.64).

Compreendemos que são imprescindíveis a criação de políticas públicas que priorizem a educação para que todas as crianças, adolescentes e também os profissionais da educação possam desenvolver aprendizagens e práticas de ensino que favoreçam o viés democrático e plural que deve sustentar a educação brasileira, dito isso reforça-se a inadequação do programa da ECIM em relação ao direito à educação e aos princípios constitucionais e legais da educação brasileira.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como principais achados observamos que houve um maior cerceamento nas escolas que aderiram ao projeto uma vez que a documentação fala diretamente sobre a “conduta” e a “disciplina” das/os estudantes sobre os corpos e os discursos homogeneizados das ECIM. Ponderamos que a gestão das ECIM privilegiam uma gestão alicerçada na rigidez e que esse modelo seja capaz de colocar escolas novamente na disciplina. Lembramos que essas escolas apresentam uma seleção rigorosa para crianças e adolescentes diferenciadas das demais escolas públicas estando alicerçadas égide da disciplina e da hierarquia.

Palavras-chave: *Educação e Gênero; Regulações de Gênero; Políticas Públicas.*

REFERÊNCIAS

- BACZKO, Bronislaw. (1985) A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. AnthroposHomem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Bourdieu, P. (2020). A dominação masculina. RJ: Bertrand Brasil.
- BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. cadernos pagu (42), janeiro-junho, 2014. P.249- 274. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249> Acesso em: 19 jul. 2021.



COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução Rane Souza. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. Militarização das Escolas Públicas no Brasil: expansão, significados e tendências. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pós Graduação em Educação. Goiás, 2020.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. Retratos da escola, v. 14, n. 28, 2020. P. 75-90. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i28.1095> Acesso em: 26 jan. 2022.

SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. Luzes acesas sobre gênero e sexualidade na formação continuada da educação infantil de Sapucaia do Sul/RS. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade La Salle, Canoas, 2022.

Painel: “SEGURANÇA, DEFESA E ESTUDOS PARA A PAZ”

ESTUDOS DE GÊNERO E CAMINHOS PARA A PAZ: UTILIZAÇÃO DAS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA ESCOLA FEMINISTA EM ESTUDOS DE SEGURANÇA

Ellen Gomes Passos⁴⁷

1 INTRODUÇÃO

Com o cessar dos conflitos da Guerra Fria (1991) e conseqüentemente o avanço das pesquisas na área de segurança e paz, as questões de gênero passaram a ser incluídas em análises de resolução de conflitos e manutenção da paz, permitindo trazer a ótica feminista à um contexto disciplinar historicamente dominado por homens. Como bem mencionado pelas autoras feministas Tickner; True (2018): “feminism did not come late to International Relations. Rather, international relations came late to feminism”, uma vez que com os adventos da globalização as lutas das minorias adquirem caráter transnacional, exigindo o reconhecimento internacional, regional e local de seus direitos (SILVA, 2013), transferindo as agendas de debate do Sistema Internacional (SI) para uma realidade mais social, dando espaço para a emergência de novos atores nas Relações Internacionais Contemporâneas, como por exemplo: os estudos de gênero.

É importante acrescentar o fato de que, assim como mencionado em Silva (2013), para o presente trabalho ao tratar sobre estudos de gênero, o fator gênero é compreendido

como conceito de relações entre homens e mulheres, construídas socialmente, atribuindo lhes fatores sociais, econômicos, culturais, religiosos e políticos, não aceitando a determinação imposta pela diferenciação de seus órgãos sexuais, — qualidades masculinas e femininas —, a partir deles produzindo, de um lado, a força, a coragem e o poder, de outro, a fragilidade e a vulnerabilidade (SILVA, 2013).

⁴⁷ Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI/UFRGS). E-mail: ellengomespassos@gmail.com

Sendo assim, é possível afirmar que as teóricas de gênero em Relações Internacionais priorizam o uso do gênero como categoria de análise, sobretudo, prezando por tratá-lo como uma categoria relacional, ou seja, referente aos pressupostos sociais que diferenciam homens e mulheres, não se tratando apenas de uma forma de diferenciar os corpos masculinos e femininos pela diferença biológica, mas sim, uma forma de dar sentido ao mundo por meio da atribuição do significado de poder, como mencionado por Xavier (2010). Assim como tratado pela autora, parte-se do pressuposto de que o pensamento ocidental depende de tal categoria de gênero para se fazer entendível, onde oposições binárias como por exemplo, doméstico/internacional, são refletidas na organização do pensamento hierarquizado de mulher/homem.

Dessa maneira, identifica-se que a perspectiva histórica da marginalização feminina nos estudos de Relações Internacionais influenciou diretamente nas pesquisas de política internacional e segurança, já que normas masculinas e comportamentos masculinos eram considerados como as normas principais para representarem toda a humanidade (ROSA, 2016). Como abordado por J. Ann Tickner, historicamente a ‘alta política’⁴⁸ da política de Segurança Internacional é um mundo de homens, um mundo de poder e conflito no qual a guerra é uma atividade privilegiada, e as mulheres são tradicionalmente excluídas. De acordo com Spender (1981, p.1): “they have created men’s studies (the academic curriculum), for, by not acknowledging that they are presenting only the explanations of men, they have “passed of” this knowledge as human knowledge” (SPENDER, 1981, p.1).

Logo, pode-se concluir que, por mais que o debate sobre o aumento da participação de mulheres em tomadas de decisões e resoluções de conflitos tenha sido constantemente evitada por estudiosos da área das Relações Internacionais, o tema tem sido o foco de movimentos internacionais liderados por mulheres a bastante tempo, adquirindo importante papel em questões de participação política feminina desde a realização do *Womens Peace Congress* realizado em Haia em 1915. Apesar de questões ligadas aos estudos para a paz terem sido atribuídas a alguma prioridade na agenda internacional apenas na contemporaneidade, sendo negligenciados até meados dos anos 1980 (Gierycz, 2001), é possível afirmar que trabalhos produzidos por autoras feministas como Cynthia Enloe (1989, 1993) e J. Ann Tickner (1992)

⁴⁸Tradução literal de High politics, conceito no qual pode ser entendido como “uma questão sistêmica dos Estados em contraposição aos assuntos domésticos” (SANTOS, 2019, p. 115).



foram bases essenciais para a inserção de questões de gênero nos estudos de paz, segurança e política internacional, levando em consideração que as críticas realizadas por essas autoras possuíam uma agenda que não poderia mais ser descartada ou marginalizada (SKJELSBÆK; SMITH, 2001).

1.2 Justificativa

A escolha da presente temática se justifica pela necessidade de contribuir com os estudos de gênero e feminismos na área das Relações Internacionais e de Segurança Global no cenário acadêmico brasileiro, a fim de fortalecer os estudos voltados para a militância feminista regional e visando conceder à temática a devida relevância dessa abordagem para dentro do campo das RI. Embora hajam diversas literaturas voltadas para o estudo de gênero e feminismos nas Relações Internacionais advindas do exterior, predominantemente do Norte global, no contexto nacional a área ainda é pouco investigada, revelando o problema da escassez de trabalhos acadêmicos que abordem a promoção da igualdade de gênero concomitantemente com a promoção da paz e da abordagem feminista no Brasil.

Vale ressaltar que, até meados dos anos 1980, o realismo político considerava os estudos de gênero como uma temática de caráter neutro (*gender neutral*), no qual defendia-se que estudos de gênero não deveriam ser introduzidos nos estudos que tratavam das relações entre os Estados, dando enfoque principal à esfera pública e a alta política. Nesse sentido, considerase possível afirmar que os estudos de gênero ganham considerável destaque na sociedade e nas Relações Internacionais contemporâneas, resultado de um longo período de lutas promovidas por grupos feministas e demais ativistas que reivindicavam diariamente melhores condições nos âmbitos econômico, social, cultural, político e profissional.

Portanto, é de suma importância para a pesquisa gerar um melhor entendimento da origem da Escola Feminista para as Relações Internacionais e compreender como os aportes teóricos e metodológicos desenvolvidos pela mesma contribuem para os estudos relacionados à Segurança Internacional e a promoção para a paz, a fim de conceder o espaço das perspectivas feministas nesse campo de estudo, já que, enquanto os homens têm sido historicamente vistos como agentes da promoção da segurança nacional, as mulheres são constantemente associadas



a uma noção essencializada, mesmo que tenham constituído a maioria das ativistas para a paz (TICKNER; TRUE, 2018).

Embora as mulheres tenham liderado movimentos de paz e conduzido a recuperação de suas comunidades em diversos períodos pós-conflitos, ainda são colocadas em um local subalterno quando o assunto são as negociações de paz, tornando-as ausentes na maioria dos casos. Como mencionado pela ONU Mulheres, tal exclusão feminina limita o acesso à oportunidades de fazer com que as mulheres possam participar na formação das reformas das leis e das instituições públicas, restringindo a contribuição ativa em resoluções públicas e privadas que incentivem a construção da paz, a proteção das violações dos direitos humanos, e a promoção do acesso à justiça e aos serviços para enfrentar a discriminação, fatores que justificam a importância do tema.

1.3 Objetivos

1.3.1 Compreender historicamente o surgimento da Escola Feminista nas Relações Internacionais;

1.3.2 Analisar de que forma as bases teórico-metodológicas desenvolvidas pela perspectiva feminista das Relações Internacionais impactam nas suposições do papel de gênero perante os estudos de segurança e paz;

1.3.3 Investigar as abordagens feministas e relacionadas ao gênero no campo dos estudos de Segurança Global por meio dos debates contemporâneos sobre gênero e paz sustentável.

2 DESENVOLVIMENTO E POSSÍVEIS CONSIDERAÇÕES

É sabido que desde o surgimento do movimento feminista foram desenvolvidos diversos progressos a fim de incorporar narrativas de gênero às áreas tradicionais do estudo acadêmico, entretanto, é possível identificar que o desenvolvimento de uma teoria feminista no campo das Relações Internacionais (RI) demorou para emergir. De tal modo, a partir das mudanças realizadas no cenário internacional na década de 80, com o advento da globalização no cenário pós-Guerra Fria, a incorporação do discurso feminista nas RI passou a se concretizar a partir da publicação de obras pioneiras no campo das Teorias das RI que tratam sobre a narrativa de gênero, como: “Perspectives of Women Researchers on Disarmament” de Elise Boulding

(1981), “Woman and War” de Jean Elshtain (1987), “Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Relations” (1989) de Cynthia Enloe e “Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security” de J. Ann Tickner (1992), as quais caracterizam uma parcela de obras feministas precursoras no campo das RI e que serão utilizadas a fim de conceder uma análise completa à presente pesquisa.

Nesse contexto, considera-se interessante mencionar que a teorização feminista das RI surge a partir do movimento feminista de libertação feminina, o qual se estabelece como um protesto contra as estruturas de poder predominantes com base no gênero e nas relações apropriadas entre homens e mulheres, ao identificar que o que é ser “feminino” e “masculino” é uma construção social e que pode variar de acordo com o tempo, local e cultura. Desse modo, pode-se compreender que a criação de uma Teoria das RI que seja sensível à ótica de gênero significa explorar as maneiras pelas quais o conhecimento sobre a diferença sexual é sustentado, reproduzido e manipulado pelas instituições, revelando o impacto que essas ideias carregam na prática.

Logo, se torna possível visualizar que a inserção feminista em estudos de segurança e paz são caracterizados como importantes abordagens dentro da área de Relações Internacionais após a chegada da ‘nova ordem mundial’, uma vez que se desenvolve um novo conceito de segurança, o qual passa de uma visão positivista e tradicional para uma discussão mais abrangente do conceito (SANTOS, 2015, p.171). Ou seja, para a presente pesquisa, se utilizará de embasamento teórico que se manifesta a partir do período pós-Guerra Fria, o qual permite aos teóricos de Relações Internacionais a inserção de “outras questões além do Estado como, por exemplo, [...] a identidade, o interesse e a experiência no que tange a questão da política mundial” (COSTA, 2009, p.205), incorporando novos itens de discussão na agenda política global.

Os estudos de segurança, os quais são comumente aplicado de maneira macro pelos Estados, ou seja, são pouco analisadas as suas implicações em campo e seus impactos na vida dos indivíduos (SANTOS, 2019, p. 115), passam a tratar de outros aspectos quando analisados a partir da ótica contemporânea, concedendo uma nova abordagem do conceito de segurança, no qual segundo Buzan (apud Costa, 2009, p. 206) é necessário levar em consideração a



subjetividade da segurança, o que eleva o conceito de segurança a um âmbito muito mais amplo e abstrato do que o abordado por clivagens clássicas positivistas.

Dessa maneira, a pesquisa utilizará como base da análise a teoria feminista inserida no aspecto da segurança, revelando “seus trabalhos sobre a problemática da segurança a partir da crítica ao estadocentrismo e à dimensão militar das concepções tradicionais” (COSTA, 2009, p. 222), trazendo ao debate sujeitos que comumente permanecem marginalizados por “estudos estadocêntricos de segurança” (SANTOS, 2015, p.173), concedendo uma abordagem ‘de baixo para cima’ que adota a análise multidimensional e multinível comprometida com “visões emancipatórias de segurança” (BUZAN & HANSEN, 2012, p. 316).

Para Buzan; Hansen (2012), o feminismo consegue prover a crítica ao modo que as construções do sujeito condicionam a maneira como as mulheres podem aparecer (BUZAN; HANSEN, 2012, p.318), o que será utilizado na presente pesquisa para identificar o gênero como a variável explicativa de diversas atitudes públicas para políticas de segurança, estendendo a crítica à exclusão feminina dos processos de tomada de decisão e das principais negociações de paz, já que, como mencionado por Santos (2015, p.174), mesmo dentro de um quadro radical como “segurança das pessoas”, é o homem que consegue os privilégios e os papéis especiais tornando as necessidades das mulheres assumidas por agendas masculinas.

A partir dessa perspectiva, a abordagem metodológica da presente pesquisa se desenvolverá a partir de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, a fim de gerar o aprofundamento da compreensão de um objeto em específico. Desse modo, considera-se que o trabalho dependerá de uma investigação histórica inicial, partindo do princípio do surgimento e desenvolvimento da Escola Feminista no campo de estudo das Relações Internacionais, buscando analisar o avanço das teorias feministas das Relações Internacionais que ocorreram em meados dos anos 1980 até o crescimento do corpo teórico e de estudos feministas na área de estudos de Segurança Internacional e caminhos para a paz, tanto no campo doméstico como no campo internacional. Sendo assim, visar-se-á analisar posteriormente as contribuições teóricas e metodológicas que o campo teórico dos estudos de gênero traz para os estudos de Segurança Internacional, desenvolvendo uma pesquisa de caráter exploratório embasada no método hipotético-dedutivo, visando obter dados concretos que respondam à hipótese e ao problema de pesquisa que serão elencados.



Palavras-chave: *Estudos de Gênero; Teoria Feminista das Relações Internacionais; Estudos Críticos de Segurança Global.*

REFERÊNCIAS

ACKERLY, Brooke A.; STERN, Maria; TRUE, Jacqui. *Feminist Methodologies for International Relations*. New York: Cambridge University Press. 2006. 332 p. Disponível em: <<http://www.cambridge.org/9780521861151>> Acesso em: 15 out. 2021.

BIEZUS, Devlin. O Entendimento de Paz nas Relações Internacionais e suas críticas: da Paz Liberal à Paz Híbrida. *Revista Estudos Internacionais (REI)*, [S.l.], v. 11, pp. 53-79, 2020. ISSN 2236-4811. Disponível em: <<https://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/issue/view/33>> Acesso em: 15 out. 2021.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *A evolução dos estudos de segurança internacional*. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

COSTA, Juliana A. da; SELIS, Lara M. R.; SOARES, Samuel A. (2009) De Afrodite à Melíade? O Feminismo nos Estudos de Segurança. In: MATHIAS, Suzeley K. (ed.). *Sob o signo de Atena: Gênero na diplomacia e nas forças armadas*. São Paulo: Editora Unesp, 205-228.

CYPRIANO, Breno; DIAS, Tayrine; BARBARELA, Pedro. As interseções entre as Relações Internacionais, a teoria política feminista e o feminismo pós/de/colonial na América Latina. In: 6o Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), 2017, Belo Horizonte. *Anais de evento, Belo Horizonte: PUC-Minas/Campus Coração Eucarístico, 2017, 22 p.* Disponível em: <https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1504170285_ARQUIVO_ABRI2017Cyprianoetal.pdf> Acesso em: 20 out. 2021.

ENLOE, C. *Bananas, Beaches and Bases*. Berkeley Los Angeles. London, University, 1989.

FEDERER, Julia Palmiano; GASSER, Rachel. *International Peace Mediation and Gender: Bridging the Divide*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica (PUC) - BRICS Policy Center - Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS. BPC Policy Brief, v. 6, n. 5, out./nov. 2016. 23 p. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/publicacoes/mediacao-internacional-e-genero-construindo-dialogos/#contact_popup> Acesso em: 15 out. 2021.

GERHADT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.) *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

HOOKE, Bell. *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 15 ed., 2018. 175 p.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses*. *Boundary 2*, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

MONTE, Izadora Xavier do. Gênero e Relações Internacionais: Uma Crítica ao Discurso Tradicional de Segurança. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 145 p. 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7726/1/2010_IzadoraXavierMonte.pdf> Acesso em: 10 out. 2021.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as Relações Internacionais. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 21 ed.1. pp. 59-80, jan./abr., 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/r3pc8yVXBf6FqHPBBcH9Xxy/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 15 out. 2021.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates. Amsterdã: Grupo Editorial Elsevier, 2005.

ONU MULHERES. Paz e Segurança. [S.l.]: Áreas Temáticas - ONU Mulheres Brasil. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/paz-e-seguranca/>> Acesso em: 15 out. 2021.

PACHECO, Maria Luisa. Mulheres, paz e segurança: do local ao internacional. Artigo. [S.l.], Diplomacia Civil. 26 jun. 2019. Disponível em: <<http://diplomaciacivil.org.br/mulheres-paz-e-seguranca-do-local-ao-internacional/>> Acesso em: 15 out. 2021.

ROSA, Karen Susan da. Perspectivas Feministas e de Gênero nas Relações Internacionais: Ponderações sobre a trajetória destas abordagens nos Estudos de Paz e Segurança. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu, 15 p. 2016.

SANTOS, Claudia. Leitura de gênero sobre os estudos de segurança internacional. Conjuntura Global, [S.l.], v. 4, n. 2, pp. 171-184, maio/ago. 2015. Disponível em: <<https://1library.org/document/zx05g7vz-leitura-de-genero-sobre-os-estudos-seguranca-internacion-al.html>> Acesso em: 20 out. 2021.

SANTOS, Claudia. Segurança Internacional e Cuidado: Uma reflexão sobre as Missões de Paz sob uma perspectiva da ética feminista do cuidado. Revista de Estudos Internacionais (REI), [S.l.], v. 10, n. 3, pp. 114-141. 2019. ISSN 2236-4811. Disponível em: <<https://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/issue/archive>> Acesso em: 15 out. 2021.

SJOBERG, Laura; VIA, Sandra. Gender, War and Militarism: Feminist Perspectives. Santa Barbara: Praegar Security International, 2010.

SKJELSBÆK, Inger; SMITH, Dan (Org.). Gender, peace and conflict. Sage Publications, 2001.

SPENDER, Dale. Men's Studies Modified: The impact of feminism on the Academic Disciplines. Oxford and New York: Pergamonn Press, 1981.

TICKNER, J. Ann. Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security. New York: Columbia University Press, 1992. 180 p.

TICKNER, J. Ann; TRUE, Jacqui. A Century of International Relations Feminism: From World War I Women's Peace Pragmatism to the Women. Peace and Security Agenda.



III SEMINÁRIO MARIAS

GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES DA
ACADEMIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS
07 a 10 de Novembro de 2022

International Studies Quarterly, [S.l.], v. 62, ed. 2, pp. 221-233, jun. 2018. Disponível em:
<<https://academic.oup.com/isq/article/62/2/221/4969394>> Acesso em: 15 out. 2021.

WITWORTH, Sandra. Feminism and International Relations: Towards a Political Economy of Gender in Interstate and Non-Governmental Institutions. 1a edição. Londres: Macmillam Press LTDA, 1994.

PAZ NÃO É SINÔNIMO DE MULHER: ANÁLISE DO PLANO NACIONAL DE AÇÃO BRASILEIRO A PARTIR DAS ÓTICAS FEMINISTAS INTERSECCIONAIS

Isabella Anselmo Raymundo⁴⁹

1. INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Ação (PNA) “Mulheres, Paz e Segurança” aprovado em 2017 consiste em um plano elaborado a partir da resolução 1325/2000 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para que sejam implementadas no âmbito nacional as diretrizes desta resolução de forma mais incisiva, no que se refere à transversalização de gênero e igualdade de gênero nas áreas de segurança internacional e defesa. O objetivo dessa pesquisa é compreender de que modo as mulheres são incluídas neste plano; e ainda, se o PNA é um conjunto de medidas paliativas, que perpetua uma visão excludente e universal de mulheres, moldado por óticas tradicionalistas, ou ele adere, de fato, o campo de gênero de forma transversal. O ponto de partida para a análise é a Resolução 1325/2000 do CSNU, tendo como alicerce as lentes feministas, em especial aquelas que realizam os recortes de raça e classe, as transformações teóricas e político-sociais que ocorreram nos estudos da Segurança Internacional, assim como nos estudos da área de Gênero, a partir do final da década de 1960. Com isso, dois pressupostos foram trazidos e serão explorados ao longo da pesquisa: a primeira seria de que a ONU, e também o Estado brasileiro, trazem a imagem das mulheres como uma mulher universal e naturalmente pacífica, emotiva, e por esse motivo, se volta a questão humanitária, e assim tem aplicado em suas missões de paz e o outro pressuposto de que o Brasil não tem dado significativa importância às inseguranças de mulheres dentro do seu próprio território, fazendo com que o Plano Nacional de Ação seja único e exclusivamente um plano de política externa. Com uma proposta de metodologia qualitativa feminista, a partir de saberes localizados, e que refuta o conceito de pesquisador neutro e universal, o método de análise de dados é baseado na análise documental e bibliográfica, mas também nos métodos de entrevistas com mulheres, para

⁴⁹ Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia, bolsista FAPESB (processo [BOL0355/2020]). Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista UNESP. [<https://lattes.cnpq.br/5615606212724539>]



que seja trazido à superfície as subjetividades que o Plano não alcançou em seu texto e nas suas práticas.

O objetivo geral é buscar responder de que modo as mulheres são incluídas no plano e se o PNA é um conjunto de medidas paliativas, que perpetua uma visão excludente e universal de mulheres, moldado por óticas tradicionalistas, ou ele adere, de fato, o campo de gênero de forma transversal. Foram elaborados três objetivos específicos para alcançar o objetivo geral, que são: compreender, a partir de uma perspectiva histórica, o processo pelo qual este plano foi criado, tendo em vista o processo político-social que perpassa as interações entre feminismo e relações internacionais, especialmente a segurança internacional, de forma com que tenha como consequência os Planos Nacionais de Ação, em especial o brasileiro; identificar possíveis influências dos feminismos, na construção dos parâmetros do plano, ao identificar atores envolvidos, diretrizes contidas e direitos assegurados às mulheres e meninas; rastrear no âmbito do PNA, a adoção da perspectiva de gênero, para que seja averiguado se este PNA foi elaborado para ser um plano para abrir espaço para a presença da temática de gênero, ou apenas para esse estudo ser disciplinado, moldado pelas visões tradicionalistas e conservadoras da política internacional, emprenha-se em detectar se o conceito de gênero tem sido utilizado de forma instrumental pela ONU e pelo Estado brasileiro.

2. “ONDE ESTÃO AS MULHERES?”

O PNA foi elaborado pelo Estado Brasileiro, a partir da colaboração do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Instituto Igarapé e ONU Mulheres representando a sociedade civil. O plano foi iniciado através de esforços individuais de um grupo de mulheres com cargos-chave dentro do Itamaraty e do Ministério da Defesa, no ano de 2015, mas seu lançamento foi apenas no ano de 2017, com vigência até 2019, tendo, portanto, passado por três governos federais distintos. Baseado na resolução 1325/2000 do CSNU, no qual incentiva os Estados-Membros a adotarem medidas e ações através do empoderamento de mulheres e meninas e da transversalização de gênero nas áreas de segurança internacional e de defesa em suas políticas, o Plano brasileiro representa, de forma modesta, o potencial da resolução 1325/2000, pois se concentra, sobretudo, na atuação internacional, na política externa brasileira.



A criação do GT e o início da redação do PNA brasileiro em 2015 foi favorável pelo fortalecimento das políticas a favor das mulheres no âmbito doméstico (BRASIL, 2017); assim como houve a pressão internacional para que o Estado brasileiro criasse um Plano em consonância com a agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS). Entretanto, muitas observações podem ser feitas no PNA brasileiro, sobretudo porque ele induz, assim como a resolução 1325 do CSNU, que o termo gênero se refere à mulheres, invisibilizando que homens e meninos são igualmente vulneráveis se tratando de violência de gênero em conflitos armados, mas não são contabilizados em dados de violência de gênero, mas sim de crimes de tortura, como relata Campos (2010). Dessa forma, ao dar mais ênfase às mulheres como vítimas em suas resoluções e em discursos, salientam que elas são indivíduos passivos, e necessitam sempre de algo ou alguém que as proteja e que fale por elas.

Podemos então trazer o conceito de masculinidade hegemônica, defendido por Tickner (2001) na qual aborda sobre um ideal de masculinidade produzido a partir de uma gama de características traduzidas como masculinas - comumente hipermasculinizadas - baseadas em um padrão ocidental de comportamento, como agressão, competitividade e afirmação de autonomia. Tais características se associam aos conceitos do comportamento estatal das teorias positivistas das RI: o conflito resultante de uma busca auto-interessada na segurança, o equilíbrio de poder resultante da competição entre os Estados, a anarquia do sistema internacional, que se baseia na soberania (a autonomia dos Estados em relação a uma autoridade central) (ANDRADE; BALLESTRINI, 2020; JESUS, 2014).

Assim como, quando os conflitos armados tomam a visão da masculinidade hegemônica, as instituições estatais passam a observar a militarização desassociada às demandas sobre gênero, através dos objetivos, pela competição e o poder, pelos meios, como o complexo industrial militar, pela linguagem, como a força e a dominação, e os impactos que afetam de forma desproporcional as mulheres, no qual essa masculinidade hegemônica gera não apenas uma violência através de um indivíduo, mas através de todo um sistema. (SJOBERG, 2010) Essa identificação entre masculino e soberania estatal se favorece pela presença histórica e majoritária masculina nas altas esferas de decisão; e que apenas a inclusão pontual de mulheres na política internacional, na segurança internacional e na defesa não altera o comportamento dos Estados, dado que muitas se moldam e tornam a adquirir um

comportamento masculinizado para se adaptarem a esses ambientes (TICKNER, 2001). Em consonância à esta linha de raciocínio, contrariando o que a literatura primária do feminismo abordou dentro dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) em que as mulheres, ao possuírem valores diferentes e preferiam identificar sistemas alternativos à segurança do que se concentrar nas questões dos armamentos, assim como se comportam de forma mais cooperativa, são, dessa forma, “mais pacíficas do que os homens” (BUZAN, HANSEN, 2012), e em consonância com os argumentos de Mendoza (2010) e Mohanty (2003), as feministas não-racializadas do Norte Global, ao se tratar das guerras contra o terrorismo, por exemplo, interpretam como parte das lutas do feminismo o direito de participar em iguais condições que os homens nas guerras de agressão dos Estados, que incluem a participação em tropas de combate nos serviços de inteligência que utilizam métodos de tortura como meio legítimo para obter a segurança nacional do seu Estado (podemos aqui também fazer referência às ações das FFAA brasileiras dentro do próprio território em operações de Garantia da Lei e da Ordem [GLO] nas comunidades do Rio de Janeiro); isso traz em evidência que a violência estrutural, pode ser em decorrência de uma hipermasculinização, que não é uma condição genética e biologizante, mas sim de um caráter provindo da construção de estereótipos de gênero, somado a uma gama de opressões racistas e xenofóbicas cometidos pelos Estados dominantes do SI sob os países subdesenvolvidos. Em conjunto, o Plano desconsidera as questões internas como inseguranças às mulheres, mesmo a América Latina possuindo um dos maiores índices de violência armada; o Brasil, principalmente é considerado como “zona de paz” por não possuir um conflito de conceito tradicional.

2.1 Metodologia

A proposta de uma ciência feminista traz a crítica de um pesquisador neutro, pois o/a pesquisador/a tem uma inserção histórica e social, então todo o conhecimento por ele/ela produzido também será socialmente construído. O feminismo então, ao invés de criar uma nova ciência, traz a reformulação da ciência tradicional: ao contrário do afastamento do/a pesquisador/a com o seu objeto de pesquisa, a proposta do feminismo é o oposto, a reaproximação do/a pesquisador/a com seu objeto. O feminismo, então, propõe uma ciência que é a união da teoria com a experiência de mulheres, com as vozes de mulheres sendo ouvidas e

essas vozes sendo o embasamento da teoria, contando suas próprias histórias, que outrora não eram dignas de serem narradas na História tradicional, a partir do pensamento de que a verdade não é única e absoluta, mas sim tecida de complexidades e pluralidades. A partir então da lógica de não criar uma análise narrada por observadores neutros e que os indivíduos que pertencem ao ambiente da análise não sejam invisibilizados, o percurso teórico-metodológico desta pesquisa busca produzir um conhecimento no qual as subjetividades sejam consideradas em suas análises; tal qual como Haraway (1995) traz, a visão feminista precisa ser trazida para a produção do conhecimento, rompendo com uma ciência excludente, possibilitando, dessa forma, uma objetividade feminista, ou como ela define de saberes localizados, que traz a experiência desses subjugados, do Outro; a teoria feminista, portanto não necessita de uma visão completamente transcendental, ou então,

[...] uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica. Tampouco queremos teorizar o mundo, e muito menos agir nele, em termos de Sistemas Globais, mas precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes - e diferenciadas em termos de poder. Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro. (HARAWAY, 1995, p. 16)

Do mesmo modo, ao adentrar no campo das pesquisas de RI e principalmente nos estudos de SI, foi observado o quanto as pesquisas tem um caráter androcêntrico no qual a visão das mulheres ou estão invisibilizadas (e deste modo aqui o que foi ressaltado a necessidade de uma pesquisa que considere as vozes dos subjugados é necessária) como se elas não fizessem parte da História, ou então como a Diplomacia e a Política e suas subáreas trouxeram elas como sujeitos políticos de forma muito tardia, e um tanto deturpada. Ou ainda, de como as mulheres sempre estão na categoria de vítimas (seja como refugiadas, seja como indivíduos a serem sempre tendo que serem protegidos por homens viris por serem frágeis e indefesas); entretanto, essas pesquisas tendem a criar uma falsa impressão de que essas mulheres se limitaram a ser vítimas, como se nunca tivessem protestado, ou de que elas não podem ser agentes sociais a favor de si mesmas ou dos outros. Deste modo, esta pesquisa tem a intenção de questionar as visões estereotipadas das mulheres no campo das RI, tornando, em vista disso, uma pesquisa de essência feminista, pois as pesquisas feministas trazem o oposto, como Harding (1987)

afirma, de que as mulheres sempre constituíram uma resistência perante todas as formas de dominação masculina.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com prazo de 2 anos, o PNA brasileiro que foi lançado em março de 2017 teve sua vigência estendida no ano de 2019 por mais quatro anos, com fim em 2023. Sua estrutura possui quatro pilares com eixos temáticos: (1) Participação, (2) Prevenção e proteção, (3) Consolidação da Paz e Cooperação Humanitária e (4) Sensibilização, Engajamento e Aprofundamento. Sendo assim, portanto, com a vigência prevista para o fim em 2023, faz necessário que o Grupo de Trabalho reveja os conceitos de segurança dentro do PNA brasileiro, dado que, as mulheres brasileiras possuem diversas inseguranças dentro do seu Estado, e a guerra possui diferentes facetas. Se o feminismo brasileiro considerar somente a guerra tradicional como ameaça às mulheres de seu território, este feminismo está amplamente sendo moldado pelas visões hegemônicas e misóginas nas quais ele inicialmente previa combater.

Palavras-chave: *Mulheres, Paz e Segurança; Teorias Feministas; SCNU 1325/2000*

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Isabela; BALLESTRIN, Luciana. **Violência Internacional De Estado”: Uma Proposta Conceitual Feminista Pós-Colonial**. In: 12º ENCONTRO ABCP “DEMOCRACIA & DESENVOLVIMENTO”, 2021, João Pessoa, Paraíba. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2021/01/violencia-internacional-estado-abordagem-teorica-feminista-e.pdf>> Acesso em: 07 nov. 2021.

BIGATÃO, Juliana de Paula. **Manutenção da paz e resolução de conflitos: respostas das Nações Unidas aos conflitos armados intra-estatais na década de 1990**. 2009. 161 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96011>>. Acesso em 12 mai. 2021.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança**. Brasília: FUNAG, 2017.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. Tradução de Flávio Lira. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

CAMPOS, Paula D. R. Gênero ou feminismo? As Nações Unidas e as políticas de gênero nas operações de paz. In: **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a**

tradição e a inovação. organizadores: KENKEL, Kai M.MORAES, Rodrigo F. (org.). Brasília: Ipea, 2012.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução n. 1.325 de 31 de Outubro de 2000.** Disponível em: <<http://www.peacewomen.org/>

translation_initiative/security-council-resolution-1325> Acesso em 22 mai. 2021.

DIGOLIN, K. A. Setenta anos de operações de paz da ONU: balanço histórico e atuais desafios. **Eris – Defesa e Segurança Internacional**, [s.l.], 05 jul. 2018. Disponível em:< <https://gedes-unesp.org/setenta-anos-de-operacoes-de-paz-da-onu-balanco-historico-e-atuais-desafios/>> Acesso em: 12 abr. 2022.

DONADELLI, Laura M; PAULA, Leonardo D. de. Preparando o caminho para a paz? O uso da força em Operações de paz das Nações Unidas. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, ISSN 1809-6182, v.15 n.3, p.6 - 17, ago. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2018v15n3p6>> Acesso em: 12 abr. 2022.

DRUMOND, Paula. As políticas de gênero e as operações de paz: uma análise crítica do caso da MONUC. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 15, p. 79, 2010.

DRUMOND, Paula; REBELO, Tamyá. Implementando a agenda sobre “mulheres, paz e segurança” no Brasil: uma revisão do plano nacional de ação. Rio de Janeiro, RJ: **Instituto Igarapé**, 2018.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches, and Bases: Making Feminist Sense of International Politics.** Berkeley: University of California Press, 1989.

ENLOE, Cynthia. **Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives.** Los Angeles: University of California Press, 2000.

GIANNINI, Renata Avelar. **A organização das Nações Unidas e o desafio das intervenções humanitárias.** 2008. 142 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96286>> Acesso em: 5 set. 2021.

_____. **Construindo Planos Nacionais de Ação eficazes: coletânea de boas práticas.** Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, Artigo Estratégico 19, Março de 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/media/artigo-igarape-construindo-planos-nacionais-de-acao-eficazes.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2022.

_____. **Promover gênero e consolidar a paz: a experiência brasileira.** Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, Artigo Estratégico 9, Setembro de 2014. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Artigo-9-Promover-G%C3%AAnero-e-Paz-web3.pdf>> Acesso em 22 out. 2021.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Tradução por Vera Pereira. **Estudos feministas**, vol.1, no.1, 1993, Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ, p.7-31 Disponível em: < <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2022.

_____. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. Traduzido por Rebeca Furtado de Melo. **Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de**

ciência, n. 5, 2019, p.143-162. Disponível em:
 <<https://doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.41257>> Acesso em: 11 mar. 2022.

HAMANN, Eduarda P.; GIANNINI, Renata A; PEREIRA, Pérola A. **Mulheres brasileiras em Missões De Paz: a coragem em dados e relatos**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, Artigo Estratégico 44, dezembro de 2019. Disponível em: < <https://igarape.org.br/mulheres-brasileiras-em-missoes-de-paz/>> Acesso em: 21 mar. 2022.

HANSEN, Lene. Ontologies, epistemologies, methodologies. In: SHEPHERD, Laura (ed.) **Gender Matters in Global Politics: A Feminist Introduction to International Relations**. Londres: Editora Routledge, 2010, p. 17–27.

JESUS, Diego S. V. de. Mundo macho: homens, masculinidades e relações internacionais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 109, pp. 309-364, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.9732/P.0034-7191.2014v109p309>> Acesso em: 11 abr. 2022.

JUNIOR, A. T. L. Guerra, Paz E Os Corpos Das Mulheres: Um Olhar Nativo Sobre A Conferência De Beijing. In: **Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo**. Org. FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana C. Brasília: Ipea, 2020, p.217-252. Disponível em:
 <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/201111_livro_beijing_20_book_web.pdf> Acesso em: 9 mar. 2022.

MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.). **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo, Editora UNESP: Programa de Pós – Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009.

MATIJASCIC, Vanessa Braga (org.). **Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas: reflexões e debates**. São Paulo, Editora UNESP, 2014.

MENDOZA, Brenny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa (Coord.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Buenos Aires: En la Frontera, 2010. p. 19-36.

MOHANTY, T., Chandra. **Sob Olhos Ocidentais**. Ana Bernstein (Trad.). Rio de Janeiro, Zazie Edições, 2020.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 59-80, 2013. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100004>> Acesso em: 3 mai. 2021.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. **Segurança Humana: avanços e desafios na política internacional**. 2011. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 164f.

PINTO, Céli. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

REBELO, Tamyra R. **Lentes de gênero para as missões de paz :desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas**. 1.ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 160p.



_____. O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. In: MATIJASCIC, Vanessa B. **Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas: reflexões e debates**. Editora Unesp: São Paulo, 2014.

_____. O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 817-837, 2013.

SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? **Labrys. Estudos Feministas (Online)**, v. 11, p. 45, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>> Acesso em: 9 mai. 2021.

_____. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n.2, p. 56-96, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p56>> Acesso em: 21 nov. 2021.

SOUZA, Ana Clara T. C. de. Sob o véu da intervenção: discursos de gênero na guerra do Afeganistão. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 1297-1312, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1297>> Acesso em: 16 abr. 2022.

SCHWETHER, Natália D. Mulheres, paz e segurança na América do Sul: o processo de implementação de uma agenda chave. **Conjuntura Austral**, v. 11, n. 56, p. 94-108, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2178-8839.103179>> Acesso em: 2 fev. 2022.

TICKNER, J. Ann. **Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security**. Columbia University Press, New York, 1992.

_____. **Gendering world politics: Issues and approaches in the post-Cold War era**. Columbia University Press, 2001.

UNITED NATIONS. 1992. **An agenda for peace: preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping**. A/47/277. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/A_47_277.pdf> Acesso em: 12 abr. 2022.

#WOMENRISEUP4AFRIN: A ATUAÇÃO DAS UNIDADES DE DEFESA DAS MULHERES (YPJ) FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO DA OCUPAÇÃO TURCA EM ROJAVA

Letícia Gimenez Firmino de Barros⁵⁰

1 INTRODUÇÃO

No dia 19 de julho de 2022 a Revolução de Rojava, que instituiu um território autônomo no norte da Síria em meio à guerra civil no país, completou 10 anos. No dia 22 do mesmo mês, um drone turco atingiu seu alvo numa estrada entre Al-Qamishlo e Al-Malkiyah: um carro que transportava três mulheres combatentes das YPJ (Unidades de Defesa das Mulheres). Elas estavam saindo de um evento chamado “Fórum da Revolução das Mulheres” em decorrência do aniversário da revolução, que é reconhecidamente antipatriarcal e tem como um dos seus pilares ideológicos a igualdade de gênero. Até o mês de agosto, só em 2022 a Turquia realizou 38 ataques de drone à Rojava, contabilizando 27 mortos e 74 feridos (SOHR, 2022). Também são comuns casos como o de Barin Kobani, integrante das YPJ assassinada em Afrin no início da operação em janeiro de 2018 por rebeldes apoiados e financiados pela Turquia que “brincaram com seu cadáver e o retalharam” enquanto câmeras filmavam, e o de Amara Renas, também combatente das YPJ, executada por rebeldes que gritavam “Allahu Akbar!” em cima de seu corpo mutilado em um vídeo que foi posteriormente divulgado em redes sociais (GOL, 2019; REUTERS, 2018b).

As guerrilheiras, de maioria étnica curda, das YPJ (Unidades de Defesa das Mulheres) são um dos elementos mais famosos e reconhecidos da Revolução de Rojava⁵¹ internacionalmente, embora parte da fascinação midiática em relação a elas se dê de forma distorcida, sexualizada e neo-orientalista. As YPJ (Yekîneyên Parastina Jin em curdo) foram criadas em 4 de abril de 2013 em Rojava, território autônomo no norte da Síria que foi instituído

⁵⁰ Bacharela em Relações Internacionais (UFRJ), mestranda em Relações Internacionais no PPGRJ San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e bolsista CAPES. [currículo Lattes](#)

⁵¹ A Revolução de Rojava teve início durante a Primavera Árabe e consequente guerra civil na Síria, quando curdos de diferentes contextos se uniram para participar. A Guerra da Síria gerou um “vácuo” de poder estatal, uma oportunidade para os curdos que já habitavam o nordeste da Síria e que instituíram um território autônomo de viés pós-nacionalista chamado Rojava – que significa “pôr-do-sol” e simboliza o oeste do grande Curdistão. A Autonomia Democrática de Rojava foi oficialmente proclamada em 2012 através de uma Carta de Contrato Social – análoga a uma Constituição, embora não se trate de um Estado, mas de um território autônomo dentro do território nacional da Síria (DEAN, 2019).

através de uma revolução em 2012 (EFRÎN, 2017). As YPJ se configuram como um Ator Não-Estatal Violento paramilitar, insurgente, étnico-nacionalista e totalmente feminino que se destacou na mídia ocidental principalmente pelo enfrentamento ao Estado Islâmico na Guerra da Síria (DEAN, 2019; DIRIK, 2014; ŞİMŞEK, JONGERDEN, 2018; OKTAV, 2018; WILLIAMS, 2008; SCARTEZINI, 2020).

A brigada militar se constitui a partir do objetivo da libertação das mulheres, o que reflete suas dimensões ideologicamente revolucionárias. Nesse sentido, a guerra contra o Estado Islâmico é também uma guerra contra o sistema patriarcal, pois ao derrotar o inimigo, destroem-se as imposições violentas às quais são submetidas as mulheres no projeto de sociedade e de Estado imposto pelo grupo. Em 2016, um banner em al-Qamishli, considerada capital de Rojava, declarava: “vamos derrotar os ataques do ISIS garantindo a liberdade das mulheres no Oriente Médio” (DEAN, 2019, p. 13). Portanto, ao enfrentá-lo militarmente, as guerrilheiras das YPJ buscam recriar a sociedade e as relações de gênero locais.

A partir da expulsão do ISIS e da retirada das tropas estadunidenses, o cantão de Afrin, em Rojava - também nomeada Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria (AANES) -, tornou-se alvo da Operação Ramo de Oliveira. A operação foi iniciada em 20 de janeiro de 2018 pela Turquia, objetivando a “limpeza dos terroristas” na fronteira com o supracitado território autônomo (REUTERS, 2018a). Desde então, as mulheres curdas (incluindo as combatentes das YPJ) na região têm sido alvos de sequestros, estupros, torturas, execuções e mutilações, muitas vezes com divulgação de imagens e vídeos nas redes sociais (ANDERSON, 2019; OPPENHEIMER, 2020; RWANDUZY, 2019; SMITH, 2020; STUBLEY, 2021).

O presente projeto de pesquisa parte da seguinte análise inicial: ao invadir e ocupar parte de um território autônomo, a Operação Ramo de Oliveira articula práticas de violência contra mulheres guerrilheiras que são consideradas sujeitos revolucionários de relevância internacional. Ou seja, nesse caso estão presentes dimensões “performáticas” patriarcais e machistas, com práticas de violência direcionadas especificamente às mulheres curdas, símbolos de resistência (BEGIKHANI, 2018; COSTELLO, 2016; DIRIK, 2017; GÖKSEL, 2019; GUARCHE, 2019). Além disso, a Turquia atua sob a justificativa de combate ao terrorismo - mesmo que a suposta ameaça seja externa ao território nacional turco, apenas fronteiriça. O Estado turco, então, articula processos securitizantes que justificam a ocupação

de Afrin a partir da construção de uma ameaça terrorista advinda do movimento e população curdos, historicamente vítimas de assimilação cultural e genocídio Turquia⁵² - e nos demais Estados nos quais o Curdistão ocupa (Iraque, Irã e Síria).

Encaminhando-se ao Problema de Pesquisa, anteriormente é preciso contextualizar que, por se tratar de uma guerrilha unicamente composta por mulheres, *dinâmicas generificadas*, de fato, permeiam os momentos de batalha das Unidades de Defesa das Mulheres. Um dos pontos mais destacados nessas narrativas é sobre como as combatentes das YPJ foram cruciais para a expulsão do Estado Islâmico na região, combatendo e matando soldados. Um exemplo emblemático remete à percepção de que, quando um combatente de grupos *jihadistas* como o ISIS é morto por uma mulher, ele não vai ao paraíso – onde, segundo suas interpretações do Islã, teria diversas mulheres virgens à sua disposição (THUE, 2020; COSTELLO, 2016). Sendo assim, ao matá-los, as guerrilheiras curdas estariam destruindo promessas relacionadas às crenças e ideologias desses homens, que representam um projeto patriarcal e violento de submissão e escravização feminina.

Há relatos de que as combatentes chegassem gritando de felicidade ao enfrentar o Estado Islâmico, como forma de aviso de que muito em breve esses homens seriam mortos por mulheres. Denis, guerrilheira curda de uma brigada feminina ligada às YPJ no norte do Iraque, afirma em entrevista: “eles têm tanto medo da gente! Se nós os matamos, eles não podem ir para o paraíso. Isso nos faz rir... Nós gritamos de felicidade quando os vemos para que saibam que estamos chegando. É quando se tornam covardes” (THE TELEGRAPH, 2014, tradução nossa). Sendo assim, a atuação das guerrilheiras é tida como uma “vingança feminista” por todas mulheres que já foram capturadas, traficadas, casadas forçadamente, entre outras diversas violências específicas ao gênero feminino praticadas pelo Estado Islâmico como afirmação de seus ideais e valores.

⁵² A Turquia é o país que tem a maior população curda entre suas fronteiras (constituindo em torno de 20%). O discurso de assimilação *mainstream* que encabeça o projeto de apagamento da etnia é de que os curdos seriam apenas “turcos das montanhas”, sendo considerados, portanto, turcos e não curdos (DIAS, 2020, p. 196). Segundo Dias (ibidem): “Nesse contexto, o uso e o ensino de idiomas curdos e de expressões culturais relacionadas à etnicidade curda seriam combatidos pelo Estado, e grupos com pretensões irredentistas seriam fortemente reprimidos. O conflito se acentuaria com o surgimento do PKK, um grupo guerrilheiro de inspiração marxista que até os dias de hoje entra em confronto com o exército turco”.

Tendo em vista a atual situação de Rojava após a expulsão do ISIS, que atualmente possui parte de seu território ocupado pela Turquia, a pesquisa busca investigar as *dinâmicas generificadas* entre a contrainsurgência turca e as YPJ, com enfoque em explicitar quais são as práticas adotadas e utilizadas pela guerrilha feminina curda como resposta às violências de gênero infligidas diariamente pela Operação Ramo de Oliveira. Sendo assim, o Problema de Pesquisa é proposto na seguinte pergunta principal: **De que formas as Unidades de Defesa das Mulheres (YPJ) atuam frente às práticas securitárias generificadas da Operação Ramo de Oliveira?** O projeto propõe uma reflexão crítica acerca da violência de gênero em conflitos armados contemporâneos, com um estudo de caso da Operação Ramo de Oliveira, que resultou na ocupação militar turca do cantão de Afrin, em Rojava, e que segue até o momento. Considera-se que as abordagens pós-coloniais, os Estudos Críticos de Segurança e os Estudos de Gênero nas RI podem ser aplicados ao caso para explicitar e interpretar as violências de gênero presentes na operação analisada, assim como as respostas da insurgência feminina a estas.

2 DESENVOLVIMENTO

As guerrilheiras curdas são relevantes *atrizes* para as Relações Internacionais. O surgimento das YPJ e sua atuação mobilizaram uma série de reflexões teóricas, epistemológicas e acadêmicas que articulam premissas e paradigmas na disciplina, por se tratar de uma brigada militar feminina e não-estatal em um mundo no qual mulheres são majoritariamente excluídas e silenciadas na guerra - e no sistema internacional de forma mais ampla. A presença mediatizada desse grupo rearticula particularmente dimensões de gênero importantes no Oriente Médio, construído como espaço por excelência de opressão feminina, no qual as mulheres são amplamente vistas como seres oprimidos, submissos e com pouca ou nula agência e participação política. Nesse sentido, as Unidades de Defesa das Mulheres representam também uma quebra de paradigma de concepções acerca da mulher na região, pois são um exército *de* mulheres e *para* mulheres (SCARTEZINI, 2020), configurando-se como um importante exemplo para os Estudos Feministas de Segurança e um novo modelo de guerrilha feminina.

Segundo Scartezini, na YPJ “não há a redução do sexo feminino a frágil e sem coragem, porque uma vez que são as mulheres os componentes do batalhão e se são elas quem fazem a

guerra, é contraditório assumir que elas não possuem força e coragem para tal” (2020, p. 293). No que concerne ao militarismo e ao Estado, as YPJ também se diferem por se tratarem de um VNSA (*Violent Non-State Actor*) que compõe uma guerrilha. O caráter não-estatal da instituição militar, seus objetivos e pilares revolucionários demonstram as dimensões de complexidade e singularidade da organização. Segundo a comandante Nisrîn Abdullah, “a YPJ não é apenas um exército - você deve vê-la em seu contexto mais amplo. [...] não nos vemos apenas como soldadas” (apud TANK, 2017, p. 411, tradução nossa). Tendo “Jin, Jiyan, Azadi!” (Mulher, Vida, Liberdade!) como lema, o Movimento das Mulheres Curdas não se organiza somente através da luta armada, sendo as YPJ apenas uma das instituições criadas em Rojava e que representam a radicalidade da busca pela autodefesa, por uma democracia radical e pela igualdade de gênero (DEAN, 2019, p. 2).

Mulheres curdas se organizam politicamente e militarmente pelo menos desde a década de 1980 (Dean, 2019, p. 6). A resistência armada do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) se desenvolveu a partir de 1984 na Turquia, formando uma base para que diversas mulheres saíssem da esfera doméstica e privada para a guerrilha. A participação no partido e na guerrilha gera a chamada *ordulaşma* – ou tomada de consciência na tradução do curdo (GUARCHE, 2019, p. 6). A luta pela libertação de seu povo, suas identidades, língua e cultura criou consciência individual e independência pessoal. Assim, elas passaram a reconhecer sua dupla opressão: enquanto pertencentes ao povo curdo (a nação oprimida) e enquanto mulheres (o gênero oprimido) (DEAN, 2019). Portanto, as opressões se interseccionam a ponto de ser difícil de diferenciá-las, ambas identidades se complementam e se reforçam, pois, existindo enquanto mulheres curdas, estão sujeitas à guerra, abuso, estupro, migração forçada, assimilação cultural e genocídio. Não há busca por diferenciação entre a opressão de gênero e opressão étnica, elas são vistas como uma unidade que forma a identidade das mulheres curdas. O Movimento das Mulheres Curdas (MMC) se desenvolve, então, nesse contexto, o que as diferencia de outros movimentos feministas.

Nesse sentido, as violações infligidas sobre os corpos de combatentes das YPJ no âmbito da Operação Ramo de Oliveira são aqui interpretadas como práticas de violência presentes nas “novas guerras” (KALDOR, 2013). Os conflitos contemporâneos possuem dimensões de gênero e participação feminina mais ampla e diversificada se comparados às guerras



tradicionais - sendo as YPJ um exemplo prático da atuação de mulheres combatentes. Conjuntamente às dimensões de gênero, as novas guerras também se configuram como mais perigosas e potencialmente destrutivas, principalmente para as mulheres, tendo efeitos (físicos, econômicos, sociais e psicológicos) drásticos em suas vidas. Femicídio, violência sexual, estupro militarizado, feminização da pobreza, gravidez forçada, deslocamento forçado e migrações são apenas alguns dos fenômenos que atingem de forma diferenciada e com maior intensidade as mulheres de regiões em guerra (BROWNMILLER, 1994; FARWELL, 2004; SEGATO, 2003; SEIFERT, 1996). São denominadas **violências de gênero** tais violações que ocorrem sobre os corpos femininos, por possuírem caráter generificado. Por conseguinte, faz-se extremamente urgente e necessário investigá-las nos conflitos internacionais contemporâneos.

Como objetivo geral da pesquisa, pretende-se, a partir de um movimento duplo, analisar as violências de gênero perpetradas pela Turquia na Operação Ramo de Oliveira em Afrin e, em contrapartida, a estratégia e atuação das Unidades de Defesa das Mulheres como respostas revolucionárias e de resistência nesse contexto. Os objetivos específicos são os seguintes: apontar as dimensões patriarcais e de violência de gênero presentes na Operação Ramo de Oliveira; investigar a estratégia e atuação das YPJ desde o início da ocupação turca de Afrin; e compreender como o Movimento das Mulheres Curdas (MMC), posicionando-se como antissistêmico e antipatriarcal, teoriza e interpreta as dinâmicas generificadas da guerra, assim como as violências de gênero e a resistência das mulheres à estas.

A escolha do objeto de estudo (YPJ) e suas complexidades justificam a mobilização de premissas teóricas das abordagens pós-coloniais, dos Estudos Críticos de Segurança e de perspectivas de gênero nas Relações Internacionais (BILGIN, 2007; BOOTH, 1997; CONNELL, 2013; ENLOE, 2000, 2014; SAID, 2007; SPIVAK, 2010; TICKNER, 2004). Através de uma revisão bibliográfica sobre o tema a partir das lentes teóricas supracitadas, também serão mobilizados dados sobre as violências de gênero da ocupação turca em notícias de mídias internacionais e a partir de entrevistas realizadas de forma virtual e presencial no Jineolojî Centre of Brussels, uma das sedes do Movimento das Mulheres Curdas em diáspora, incluindo ativistas, intelectuais, refugiadas, ex-guerrilheiras, guerrilheiras atuantes no PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) ou nas YPJ, entre outras (JINEOLOJÎ CENTRE

OF..., 2021). É importante ressaltar que a realização de entrevistas não se limita exclusivamente a mulheres curdas, podendo incluir pesquisadores, professores e analistas internacionais especializados no tema, militantes e ativistas brasileiros que foram à Rojava e/ou têm contato próximo com o movimento curdo ligado à revolução.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a referida operação militar, sua consequente ocupação e violência de gênero em Afrin integram um projeto contrainsurgente e contrarrevolucionário turco, que busca suprimir de forma hipermasculinizada uma revolução feminista, como resposta violenta também às subjetividades das guerrilheiras curdas. As tropas, milícias e mercenários mobilizados na operação, que conta com a presença de “atores privatizados” (inclusive com a participação de mercenários ex-combatentes do Estado Islâmico), estão diretamente relacionados a práticas de masculinidade hegemônica e violências de gênero direcionadas às mulheres curdas (COCKBURN, 2021). Portanto, a Operação Ramo de Oliveira, colocada em prática por Erdoğan em 2018 e que ainda se mantém em curso, se apresenta de forma misógina e violenta, no sentido de que, se a revolução curda é eminentemente feminista, a contrainsurgência turca atua empregando práticas de violências de gênero direcionadas a essas mulheres.

Palavras-chave: *Operação Ramo de Oliveira; Violência de Gênero; YPJ.*

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. **As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, n. 20, p. 451-470, mar. 2012.
- ACKERLY, Brooke A.; STERN, Maria; TRUE, Jacqui. **Feminist Methodologies for International Relations.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- ADLER, Emanuel; POULIOT, Vincent. (2011). **International practices.** International Theory, 3(1), 1-36. doi:10.1017/S175297191000031X.
- ALAGHA, Joseph. **Post-colonialism and Political Modernity in the Middle East.** Global Journal of Human-Social Science Research, [S.l.], nov. 2017.

- ANDERSON, Sulome. **‘More killing and sexual violence’: The Turkish assault in Syria could eradicate women’s hard-won rights.** 2019. Disponível em: <https://www.thelily.com/more-killing-and-sexual-violence-the-turkish-assault-in-syria-could-eradicate-womens-hard-won-rights/>. Acesso em: 01 set. 2021.
- ANTONIJEVIC, Zorana. **The Participation of Women in the Security Sector – The Feminist Concept.** *Western Balkans Security Observer*, v. 19, p. 3-14. 2011.
- BARKIN, Samuel J.; SJOBERG, Laura (eds), **Interpretive Quantification. Methodological Explanations for Critical and Constructivist IR.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 2017.
- BBC. **‘Curdos não têm amigos, só as montanhas’: o drama de povo abandonado à própria sorte pelos EUA.** 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/11/curdos-nao-tem-amigos-so-as-montanhas-o-drama-de-povo-abandonado-a-propria-sorte-pelos-eua.ghtml>. Acesso em: 01 set. 2021.
- BEGEÇ, Guven. **Identical letters dated 20 January 2018 from the Chargé d’affaires a.i. of the Permanent Mission of Turkey to the United Nations addressed to the Secretary-General and the President of the Security Council.** 2018. Disponível em: <https://undocs.org/en/S/2018/53>. Acesso em: 01 set. 2021.
- BEGIKHANI, Nazand; HAMELINK, Wendelmoet; WEISS, Nerina. **Theorising women and war in Kurdistan: A feminist and critical perspective.** *Kurdish Studies*. 2018, 6 (1), 5-30.
- BENNET, Andrew; ELMAN, Colin. **‘Qualitative Research: Recent Developments in Case Study Methods’**, *Annual Review of Political Science*, 9(1), 2006, pp. 455–76.
- BOOTH, Ken; VALE, Peter Vale. **Critical security studies and regional insecurity: the case of Southern Africa’** in Keith Krause and Michael C. Williams (eds), *Critical Security Studies: Concepts and Cases* (London: UCL Press), 1997, pp. 329–358.
- BROWNMILLER, Susan. **Making the Female Bodies the Battlefield.** In: *Mass rape: The war against women in Bosnia-Herzegovina*. University of Nebraska Press, 1994, pp. 180-183.
- COCKBURN, Patrick. **Turkey accused of recruiting ex-Isis fighters in their thousands to attack Kurds in Syria.** 2018. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/turkey-isis-afrin-syria-kurds-free-syrian-army-jihadi-video-fighters-recruits-a8199166.html>. Acesso em: 01 set. 2021.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito.** *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2013000100014>.
- COSTELLO, Norina. **Isis in Iraq: The female fighters that strike fear into jihadis – because they’ll rob them of paradise.** 2016. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/isis-iraq-women-kurd-and-yazidi-fighters-put-fear-jihadis-because-they-ll-rob-them-paradise-a6977761.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.

- DEAN, Valentina. **Kurdish Female Fighters: the Western Depiction of YPJ Combatants in Rojava.** *Glocalism: Journal of Culture, Politics and Innovation*, [s.l.], n. 1, p.1-29, 2019. *Globus et Locus*. <http://dx.doi.org/10.12893/gjpci.2019.1.7>.
- DEBRIX, François. **Tabloid terror: War, culture, and geopolitic.** London: Routledge, 2008.
- DIAS, Tiago Duarte. **Pertencimento étnico e compromissos morais: curdos em diáspora na Dinamarca e os direitos humanos no Curdistão.** *Antropolítica*, Niterói, v. 48, n. 1, p. 192-217, jan. 2020.
- DIRIK, Dilar. **Self-Defense Means Political Autonomy! The Women's Movement of Kurdistan Envisioning and Pursuing New Paths for Radical Democratic Autonomy.** *Development*, [S.L.], v. 60, n. 1-2, p. 74-79, set. 2017. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1057/s41301-017-0136-3>.
- DIRIK, Dilar. **Western fascination with 'badass' Kurdish women.** Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/10/western-fascination-with-badas-2014102112410527736.html>>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- EFRÎN, Lorin. **A revolutionary first in Rojava: YPJ.** ANF News, 2017. Disponível em: <https://anfenglish.com/women/a-revolutionary-first-in-rojava-ypj-18897>. Acesso: 27 abr. 2021.
- ELSHTAIN, Jean Bethke. **Women and war.** Nova York: Basic Books. 1987.
- ENLOE, Cynthia H. **Bananas, Beaches and Bases.** 2. ed. rev. e ampl. University Of California Press. 2014.
- ENLOE, Cynthia H. **Maneuvers: The international politics of militarizing women's lives.** University of California Press, 2000.
- FARWELL, Nancy. **War Rape: new conceptualizations and responses.** *Affilia*, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 389-403, nov. 2004. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0886109904268868>.
- FREEDOM FOR OCALAN. **Who is Abdullah Ocalan?** Disponível em: <https://www.freedomforocalan.org/about/who-is-abdullah-ocalan/>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- GERRING, John, **'What is a Case Study and What Is It Good for?'**, *The American Political Science Review*, 98(2), 2004, pp. 341–54.
- GÖKSEL, Nisa. **Gendering Resistance: multiple faces of the kurdish women's struggle.** *Sociological Forum*, p. 1-20, 8 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1111/socf.12539>.
- GOL, Jiyar. **Syria conflict: The 'war crimes' caught in brutal phone footage.** 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-50250330>. Acesso em: 01 set. 2021.
- GUARCHE, Maria Florencia; SCAPINI, Gabriela. **A Jineologî como uma contribuição à epistemologia feminista: um debate desde a perspectiva das mulheres curdas.** 2019.
- HANSEN, L. **Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War.** Routledge, 2006.

- HOND, Chris Den. **Is This the End of Rojava?** 2020. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/world/rojava-kurds-syria/>. Acesso em: 01 set. 2021.
- HOOKS, Bell. **Theory as Liberatory Practice.** *Yale Journal Of Law & Feminism*, New Haven, v. 4, n. 1, p. 1-12, jan. 1991.
- JINEOLOJÏ CENTRE OF BRUSSELS. **Welcome to the Jineoloji Centre of Brussels.** 2021. Disponível em: <https://jineoloji.org/en/2021/06/08/welcome-to-the-jineoloji-centre-of-brussels/>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- KALDOR, Mary. **In Defence of New Wars. Stability: International Journal of Security and Development**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 4-20, 7 mar. 2013. Ubiquity Press, Ltd.. <http://dx.doi.org/10.5334/sta.at>.
- LAI, Daniela; ROCCU, Roberto. **Case study research and critical IR: the case for the extended case methodology.** *International Relations*, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 67-87, 7 jan. 2019. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0047117818818243>.
- MCDOWALL, David. **A MODERN HISTORY OF THE KURDS.** Nova Iorque: I.B.Tauris & Co Ltd, 2007.
- MOHANTY, Chandra Talpade. *boundary 2*, Vol. 12, No. 3, **On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism.** (Spring - Autumn, 1984), pp. 333-358.
- OKTAV, Ö. Z.; PARLAR DAL, E.; KURSUN, A. M. (Eds.). (2018). **Violent Non-state Actors and the Syrian Civil War.** doi:10.1007/978-3-319-67528-2.
- OPPENHEIMER, Shaina. **The World Celebrated Kurdish Women's Fight Against ISIS. Now It's Silent as They're Raped and Tortured.** 2020. Disponível em: <https://www.haaretz.com/middle-east-news/syria/.premium.MAGAZINE-the-world-celebrated-kurdish-women-s-fight-against-isis-why-is-it-silent-now-1.9213148?v=1605972439661>. Acesso em: 01 set. 2021.
- PETERSON, V. Spike. **Gendered Identities, Ideologies, and Practices in the Context of War and Militarism.** In: SJOBERG, Laura; VIA, Sandra. *Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives.* 2010. pp. 1-17.
- REUTERS. **Erdogan says Turkey will 'clean' entire Syrian border.** 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-turkey-idUSKBN1FH0MH>. Acesso em: 01 set. 2021.
- REUTERS. **Syrian Kurdish forces say fighter mutilated by Turkey-backed rebels.** 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/uk-mideast-crisis-syria-afrin-idUKKBN1FM2M3>. Acesso em: 01 set. 2021.
- RWANDUZY, Mohammed. **'This is one of your whores': Turkey's Syrian proxies desecrate corpse of female SDF fighter.** 2019. Disponível em: <https://www.rudaw.net/english/middleeast/syria/231020191>. Acesso em: 01 set. 2021.
- SALTER, Mark B.; MUTLU, Can E. **Research Methods in Critical Security Studies: an introduction.** Abingdon, UK: Routledge, 2013.

SCARTEZINI, Anna Tereza. **Gênero na Guerra: a Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ) na Desconstrução das Narrativas de Gênero da Guerra.** Revista Perspectiva, Porto Alegre, v. 25, n. 13, p. 281-305, jun. 2020.

SEGATO, R. L. **Las estructuras elementales de la violencia : ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos.** Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEIFERT, R. **The Second Front: The Logic of Sexual Violence in Wars.** Women's Studies International Forum, v. 19, p. 35-43, 1996.

ŞİMŞEK, Bahar; JONGERDEN, Joost. **Gender Revolution in Rojava: the voices beyond tabloid geopolitics.** Geopolitics, [S.L.], p. 1-23, 29 out. 2018. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14650045.2018.1531283>.

SJOBERG, Laura. **Introduction to Security Studies: feminist contributions.** Security Studies, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 183-213, 12 jun. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09636410902900129>.

SMITH, Hannah Lucinda. **Turkish-backed militias rape and torture Kurds.** 2020. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/turkish-backed-militias-rape-and-torture-kurds-rmgkwb7tb>. Acesso em: 01 set. 2020.

SOHR, The Syrian Observatory For Human Rights. **Three members of Women's Protection killed by Turkish drones on road linking Al-Qamishly and Al-Malkiyah.** 2022. Disponível em: <https://www.syriahr.com/en/260621/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2010.

STUBLEY, Peter. **Turkish-backed militias fighting in Syria raping and torturing Kurds, UN finds.** 2020. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/independentpremium/syria-war-crimes-turkey-kurds-un-commission-sna-b471878.html>. Acesso em: 01 set. 2021.

TICKNER, J. Ann. **Feminist responses to international security studies.** Peace Review, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 43-48, mar. 2004. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/1040265042000210148>.

TICKNER, J. Ann. **'What is Your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions'**, International Studies Quarterly, 49(1), 2005, pp. 1-21.

VAN BRUINESSEN, Martin. **'Kurdish identities and Kurdish nationalisms in the early twenty-first century.** Elçin Aktoprak & A. Celil Kaya, Istanbul, v. 21, n. 1, p. 349-373, jan. 2016.

WILLIAMS, Phil. **Violent Non-state Actors and National and International Security.** International Relations And Security Network: Zurich, 2008.

ENTRE A VÍTIMA E A AMEAÇA: A INTERSECIONALIDADE GÊNERO-RAÇA EM PROCESSOS DE SECURITIZAÇÃO DO VÉU ISLÂMICO NO REINO UNIDO E NA FRANÇA

Muriel Hesse Block⁵³

1 INTRODUÇÃO

A população muçulmana no Ocidente (em um panorama amplo) e na Europa em específico, vem sendo enquadradas a partir de uma ótica de (in)segurança. Com a emergência do 11 de Setembro, houve uma realocação das pautas de segurança ao centro da agenda internacional (RUDZIT, 2005). Nesse cenário, a população muçulmana passou a ser objeto de novas formas de governança, que se sustentam em ideias coloniais (EDMUNDS, 2012), onde a associação homogeneizadora de que todos os indivíduos muçulmanos poderiam ser potenciais terroristas (MONSHIPOURI, 2010) fez com que essa população fosse percebida e identificada como ameaça.

A construção do Islã – e, em extensão, seus seguidores – como ameaça é permeada por um outro processo: o de racialização. Essa racialização é generificada (AMIRAUX & BEAUCHESNE, 2020; KARAMAN & CHRISTIAN, 2020; GARNER & SELOD, 2015) ou seja, assume características distintas em termos de gênero, onde as mulheres que utilizam o véu são mais sujeitas a sofrerem algum tipo de islamofobia⁵⁴. Nesse contexto, as mulheres muçulmanas (principalmente aquelas que utilizam o véu) são enquadradas em uma retórica ambígua de “vítima” e “ameaça” (BILGE, 2010; GRAY & FRANCK, 2019; SAEED, 2016). O reconhecimento paradoxal dessas mulheres como não agentes (logo, vítimas que necessitam de “salvação”) e, ao mesmo tempo, como ameaça, leva a um questionamento de como as intersecções impactam nos processos de securitização, uma vez essas mulheres são posicionadas de atores silenciados nesse processo.

⁵³ Mestranda em Relações Internacionais no Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI/UFSM). <http://lattes.cnpq.br/0074398907232286>.

⁵⁴ Islamofobia representa uma forma de racismo específica (AMIRAUX & BEAUCHESNE, 2021; GARNER & SELOD, 2015; RAZACK, 2018), que tem como premissa a racialização. Compreende uma essencialização, estereotipação e generalização dos/das muçulmanos/as, podendo resultar em discriminação.

O véu islâmico⁵⁵ é um elemento visual que identifica as mulheres muçulmanas (AL-SAJI, 2010; KARAMAN & CHRISTIAN, 2020; SCOTT, 2007; ZEMPI, 2020; ZINE, 2006), de forma que muito da discussão sobre o Islã em termos de gênero é articulada através de disputas narrativas sobre o véu e o que ele representa. Segundo Zine (2006), o véu representa uma das vestimentas mais polêmicas no Ocidente. A partir desse movimento de alocação da comunidade muçulmana a um espaço de ameaça, intensificado pós 11 de Setembro, o véu muçulmano passou a ser representado também como ameaça, sendo objeto de processos de securitização⁵⁶.

Em diferentes países europeus, o véu islâmico vem sendo, nos últimos anos, alvo de um endurecimento legislativo, bem como pauta de segurança. Dentre eles, é possível identificar que tanto no Reino Unido como na França, há uma retórica de percepção da comunidade muçulmana como ameaça, que afeta particularmente as mulheres que utilizam o véu. São articulados discursos de securitização dessa vestimenta, de modo que podemos observar processos securitizadores em ambos os casos. Reconhecendo que processos securitizadores são iniciados e construídos por discursos, que os atores políticos e as iniciativas legislativas são elementos relevantes na construção discursiva e que as estruturas de gênero e raça constroem esses discursos securitizadores, este trabalho busca compreender *como os discursos políticos e legislativos, atravessados por dimensões de raça e gênero, impactam nos processos de securitização do véu islâmico nos casos do Reino Unido e da França*. Parte-se da hipótese inicial que os discursos políticos e legislativos tiveram grau de impacto diferente em cada caso e que gênero e raça são ativados de maneira distinta em cada um. O principal objetivo desta pesquisa é, portanto, compreender as estruturas de gênero e raça nos discursos securitizadores do véu islâmico no Reino Unido e na França. Em específico, busca-se: (i) aprofundar teoricamente a discussão sobre securitização, partindo do reconhecimento da importância das

⁵⁵ Existem diferentes tipos de véus utilizados pelas mulheres muçulmanas. O *hijab* corresponde a um véu simples, que cobre os cabelos, o pescoço e as orelhas. O *niqab* (ou véu integral), por sua vez, além da cabeça, cobre a face de quem o utiliza, deixando apenas a região dos olhos visível. Já a *burka* cobre toda a face, incluindo os olhos, onde há uma tela para que a pessoa que o utilize possa enxergar. Ainda, há outras variações como o *chador*, *jilbab*, *al-amira*, *khimar* e *shayla*. Aqui, se utilizará “véu islâmico/muçulmano” genericamente, representando todas essas variações. Quando tratarmos de um tipo específico, esse será indicado (ex: véu integral).

⁵⁶ De forma bastante sintética, a securitização representa uma alocação de pautas para a dimensão de segurança. Esse movimento depende de uma identificação de ameaça e, principalmente, de uma mobilização de um discurso securitizador por parte de um agente securitizador, que objetivam convencer uma audiência da urgência de tratar determinado objeto como uma questão de segurança (BUZAN et al., 1998)

estruturas de raça e gênero e da interseccionalidade como ferramenta análítica deste processo, (ii) debater os processos securitizadores da França e Reino Unido e analisar os discursos políticos e legislativos, bem como (iii) comparar suas características.

A partir dos resultados de trabalhos anteriores sobre a temática (BLOCK, 2021), identificou-se uma necessidade de aprofundamento dos estudos das dimensões de raça e gênero em processos de securitização – tanto em uma perspectiva ampla, como em específico nos casos do véu islâmico. O debate sobre como as hierarquias de poder – seja em termos de gênero ou de raça – operam nos processos de securitização ainda possuem lacunas, de modo que uma discussão teórica interseccional envolvendo gênero, raça e securitização é importante. Uma vez que mulheres muçulmanas têm sua identidade securitizada na Europa atual (SAEED, 2016) e são racializadas (AMIRAUX & BEAUCHESNE, 2020; GARNER & SELOD, 2016; KARAMAN & CHRISTIAN, 2020; ZINE, 2006) a partir de uma lógica colonial que faz parte do projeto de Europa moderna (GRAY & FRANCK, 2019), é importante compreender como gênero e a raça impactam nos discursos que incidem sobre processos de securitizadores dessas mulheres, em específico sobre o véu.

Ademais, há um descompasso entre a produção teórica e a aplicação empírica da teoria da securitização, sendo esta última mais carente de desenvolvimento (BAELE & JALEA, 2022). A literatura mais contemporânea sobre securitização pontua justamente a necessidade de estudos empíricos que façam uso da Teoria da Securitização de forma articulada com as dimensões gênero e de raça (GOMES & MARQUES, 2021). Esta pesquisa visa contribuir cientificamente para as Relações Internacionais ao propor discutir a securitização véu a partir de perspectiva de gênero e de raça de forma interseccional (aprofundamento teórico) e comparada a partir dos casos do Reino Unido e da França (aplicação empírica).

2 DESENVOLVIMENTO

Teoricamente, esta pesquisa dialoga com a interseccionalidade⁵⁷, com a Teoria da Securitização (e suas leituras críticas), bem como conversa com múltiplos conceitos em seu

⁵⁷ Aqui, entende-se interseccionalidade tanto em sua condição como ferramenta analítica quanto como proposição teórica crítica. A discussão sobre a interseccionalidade é extensa e complexa, cabendo aqui apenas apontar de onde partimos quando nos referimos a ela. Neste trabalho, adotamos a perspectiva interseccional proposta por Collins e Bilge (2021).



desenvolvimento – colonialidade, convivência, gênero, identidades, multiculturalismo, orientalismo, racialização, racialização do gênero, raça, superdiversidade são alguns deles.

Em 2022, a Teoria da Securitização completou 25 anos. Se, por um lado, a teoria desenvolvida pela Escola de Copenhague é definida como um sucesso nos Estudos de Segurança Internacional (WÆVER, 2015, p. 35), por outro, sua aplicação teórica/empírica/metodológica na área não vem ocorrendo sem disputas. Desde sua criação, a Teoria da Securitização vem sendo revisitada, criticada e redefinida. Este trabalho, embora parta do referencial teórico proposto pela teoria original em *Security: a new framework of analysis* de 1998, compreende que novas leituras sobre a securitização precisam ser englobadas e discutidas.

A incorporação das produções mais recentes se dá em duas frentes. A primeira delas problematiza os elementos ontológicos da securitização, em específico ao que diz respeito à excepcionalidade. A segunda frente de adição necessária a teoria tradicional na construção teórica desse trabalho diz respeito às críticas da ausência de gênero (HANSEN, 2000) e de raça (MOFFETTE & VASADARIA, 2016) na Teoria da Securitização, tanto em sua constituição ontológica como em suas aplicações empíricas. As possibilidades de a teoria de securitização ser “salva dela mesma” através de uma perspectiva decolonial e feminista, como proposto por Gomes e Marques, (2021) são debates teóricos relevantes a serem incorporados neste trabalho.

A proposição desta pesquisa enfrenta desafios de definição metodológica por dois motivos. Primeiro, por partir de uma compreensão interseccional e multidisciplinar, logo demanda uma metodologia que acomode todas essas questões. Em segundo, por partilhar com os demais estudos de securitização a carência de diretrizes para aplicação empírica da teoria. A partir do reconhecimento desses desafios, esse trabalho demanda a utilização de uma abordagem metodológica plural, que agregue diferentes metodologias, métodos e técnicas. Este trabalho parte de uma abordagem crítica, a qual compreende que métodos não são pré-determinados por escolhas ontológicas e epistemológicas e nem se restringem a elas (ARADAU & HUYSMANS, 2014). Esta pesquisa é guiada pelo método de abordagem hipotético-dedutivo e se configura como um estudo de caso comparativo sincrônico. O método de processamento empregado é qualitativo e faz uso do método de análise de conteúdo, sendo este último é apoiado no software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de*

Textes et de Questionnaires)⁵⁸. São aplicadas técnicas de pesquisa indiretas – documental, discursiva e bibliográfica. Ainda, esta pesquisa busca ter comprometimento com preocupações metodológicas feministas.

Por fim, é importante apresentar o recorte amostral do objeto da pesquisa. Na perspectiva empírica, a escolha do véu decorre da centralidade desse elemento no enquadramento das mulheres islâmicas: nas representações midiáticas e no debate público-político, grande parte dos debates sobre o Islã são articuladas a partir da figura das mulheres muçulmanas (RYAN, 2011), onde o véu é o elemento fulcral nas discussões (KHIABANY & WILLIAMSON, 2010; SAEED, 2016). A seleção do Reino Unido adentra a discussão empírica por indicar tendências de securitização do véu, não apresentando restrições positivadas no que concerne ao uso do véu. A França, por sua vez, foi escolhida como objeto devido a grande dimensão do debate articulado em relação ao véu islâmico, pelo pioneirismo na lei de banimento do véu integral e por apresentar um contexto sócio-político divergente do britânico. A comparação entre os processos securitizadores tem caráter sincrônico, sendo o ano de 2010 o recorte temporal central do trabalho. Esta escolha decorre por 2010 ser um ano chave em ambos os casos: marca promulgação da lei de banimento na França e é o ano em que ocorre os dois pedidos pelo banimento do véu no Reino Unido.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho representa um esforço de síntese de um projeto de dissertação, portanto está em construção. A discussão aqui proposta e articulada parte de pesquisas prévias, já preocupadas em discutir processos de securitização do véu islâmico em contextos ocidentais (em específico, o caso francês). Desta forma, a apresentação de resultados prévios da pesquisa são inviabilizados. A seleção dos textos dos discursos políticos e legislativas que serão submetidos a análise de conteúdo corresponde à próxima etapa deste projeto.

Palavras-chave: *Discurso; Securitização; Véu islâmico.*

⁵⁸ O IRAMUTEQ é um software de análise de dados qualitativos (QDAS) que permite a produção de análises de corpus textuais definidos pelo/a pesquisador/a, possibilitando a realização de múltiplas análises. A escolha desse software se deu pela maior adequação do IRAMUTEQ às necessidades da pesquisa deste trabalho, como também ao fato de ser software gratuito e *open source*, além de apresentar relativa simplicidade de manuseio.

REFERÊNCIAS

- AL-SAJI, Alia. **The racialization of Muslim veils: A philosophical analysis**. *Philosophy & Social Criticism*, v. 36, n. 8, p. 875-902, 2010.
- AMIRAUX, Valérie; BEAUCHESNE, Pierre-Luc. Racialization and the Construction of the Problem of the Muslim Presence in Western Societies. **In: Routledge Handbook of Political Islam**. Routledge, 2020. p. 363-382.
- ARADAU, Claudia; HUYSMANS, Jef. **Critical methods in International Relations: The politics of techniques, devices and acts**. *European Journal of International Relations*, v. 20, n. 3, p. 596-619, 2014.
- BAELE, Stephane J.; JALEA, Diana. **Twenty-five Years of Securitization Theory: A Corpus-based Review**. *Political Studies Review*, p. 14789299211069499, 2022.
- BILGE, Sirma. **Beyond Subordination vs. Resistance: An Intersectional Approach to the Agency of Veiled Muslim Women**. Article in *Journal of Intercultural Studies*. Fev 2010.
- BLOCK, Muriel Hesse. **Securitização do véu integral: o caso da França**. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Graduação), Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, J. de. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.
- EDMUNDS, June. **The ‘new’ barbarians: governmentality, securitization and Islam in Western Europe**. *Cont Islam* 6, 67-84, 2012.
- GALONNIER, Juliette. **The racialization of Muslims in France and the United States: Some insights from white converts to Islam**. *Social Compass*, v. 62, n. 4, p. 570-583, 2015.
- GARNER, Steve; SELOD, Saher. **The racialization of Muslims: Empirical studies of Islamophobia**. *Critical Sociology*, v. 41, n. 1, p. 9-19, 2015.
- GOMES, Mariana Selister; MARQUES, Renata Rodrigues. **Can securitization theory be saved from itself? A decolonial and feminist intervention**. *Security Dialogue*, v. 52, n. 1_suppl, p. 78-87, 2021.
- GRAY, Harriet; FRANCK, Anja K. **Refugees as/at risk: The gendered and racialized underpinnings of securitization in British media narratives**. *Security Dialogue*, v. 50, n. 3, p. 275-291, 2019.
- HANSEN, Lene. **The Little Mermaid's silent security dilemma and the absence of gender in the Copenhagen School**. *Millennium*, v. 29, n. 2, p. 285-306, 2000.
- KARAMAN, Nuray; CHRISTIAN, Michelle. **“My hijab is like my skin color”: Muslim women students, racialization, and intersectionality**. *Sociology of Race and Ethnicity*, v. 6, n. 4, p. 517-532, 2020.



- KHIABANY, Gholam; WILLIAMSON, Milly. **Veiled bodies—naked racism: culture, politics and race in the Sun**. *Race & class*, v. 50, n. 2, p. 69-88, 2008.
- MOFFETTE, David; VADASARIA, Shaira. **Uninhibited violence: Race and the securitization of immigration**. *Critical Studies on Security*, v. 4, n. 3, p. 291-305, 2016.
- MONSHIPOURI, Mahmood. **The war on terror and Muslims in the West. In: Muslims in the West after 9/11**. Routledge, 2010. p. 55-76.
- RAZACK, Sherene H. **A site/sight we cannot bear: The racial/spatial politics of banning the muslim woman's Niqab**. *Canadian Journal of Women and the Law*, v. 30, n. 1, p. 169-189, 2018.
- RUDZIT, Gunther. **O debate teórico em segurança internacional. Mudanças frente ao terrorismo?**. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 5, n. 2, p. 297-323, 2005.
- RYAN, Louise. **Muslim women negotiating collective stigmatization: 'We're just normal people'**. *Sociology*, v. 45, n. 6, p. 1045-1060, 2011
- SAEED, Tania. **Islamophobia and Securitization: Religion, Ethnicity and the Female Voice**. Palgrave Macmillan, 2016.
- SCOTT, Joan Wallach. **The politics of the veil**. Princeton University Press, 2007.
- WÆVER, Ole. **The theory act: Responsibility and exactitude as seen from securitization**. *International Relations*, v. 29, n. 1, p. 121-127, 2015.
- ZEMPI, Irene. **Veiled Muslim women's responses to experiences of gendered Islamophobia in the UK**. *International Review of Victimology*, v. 26, n. 1, p. 96-111, 2020.
- ZINE, Jasmin. **Unveiled Sentiments: Gendered Islamophobia and Experiences of Veiling among Muslim Girls in a Canadian Islamic School**. 2006. *Equity & Excellence in Education*, 39(3), 239–252.

PROCESSOS IDENTITÁRIOS NO ESTADO-NAÇÃO MODERNO: A ESSENCIALIZAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E A OCULTAÇÃO DE PROCESSOS DE RACIALIZAÇÃO E GENERIFICAÇÃO

Renata Rodrigues Marques⁵⁹
Sabrina da Costa Chiuza⁶⁰
Eduarda Racoski Cortelini⁶¹

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva particular de se pensar em identidade nacional tende a ser observada pelas Relações Internacionais, inclusive por perspectivas construtivistas que entendem o Estado enquanto unitário (WENDT, 1999), enquanto pouco se teoriza sobre processos identitários amplos, fundados em relações sociais de poder, que também formam o Estado e o Sistema Internacional. Este trabalho consiste em um ensaio teórico sobre processos identitários no Estado-Nação Moderno. Partimos de debates teóricos que circulam o conceito de identidade para pensar a construção do Estado, entendendo que a principal característica das identidades é seu caráter relacional, imbricado em processos sociais complexos que perpassam por relações de poder. Nosso problema principal está em identificar processos identitários como elementos centrais do Estado-nação moderno, em contraste à perspectiva de identidade nacional essencializadora.

Seguindo o debate proposto por Marcon e Ennes (2014), entendemos que o conceito de identidade perpassa diferentes percepções epistemológicas, e está em constante disputa na literatura. Por um lado, há um processo de essencialização onde o conceito é utilizado de forma determinista para abarcar marcadores sociais (incluindo diversos aspectos como costumes, tradições e cultura), perdendo seu potencial explicativo. Por outro lado, considera-se que a principal característica das identidades é seu caráter relacional, imbricado em processos sociais complexos que perpassam por relações de poder que envolvem disputas, contestação, coerção

⁵⁹ Mestranda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e membro do Projeto de Extensão GIDH - Gênero, Interseccionalidade e Direitos Humanos [<http://lattes.cnpq.br/3629281308526946>].

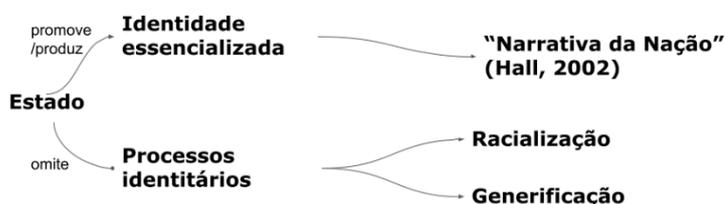
⁶⁰ Mestranda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e membro do Projeto de Extensão GIDH - Gênero, Interseccionalidade e Direitos Humanos [<http://lattes.cnpq.br/7847223022830673>].

⁶¹ Mestranda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e membro do Projeto de Extensão GIDH - Gênero, Interseccionalidade e Direitos Humanos [<http://lattes.cnpq.br/3119619194065726>].

e hierarquização social. Para essa segunda perspectiva é proposto o conceito de “processos identitários”.

Visto isso, consideramos os seguintes objetivos teóricos: (1) demonstrar como o Estado-nação moderno se utiliza de uma perspectiva essencializadora de identidade; e (2) evidenciar, com base em processos de racialização e generificação, como o Estado-nação moderno omite processos identitários que formam suas instituições. A partir destes objetivos temos o seguinte desenho teórico:

Figura 1: Sistematização do argumento do Ensaio Teórico



Fonte: Elaboração das autoras.

Os objetivos foram desenvolvidos em dois momentos: o primeiro, focando na construção e no processo de essencialização da identidade nacional a partir de uma construção narrativa homogeneizadora. O segundo desenvolve, respectivamente, como os processos de racialização e generificação se inserem enquanto características (silenciadas) formadoras das nações. Por fim, temos a conclusão dos principais argumentos que relacionam tais processos identitários com o processo do Estado-nação moderno

2 RAÇA E GÊNERO ENQUANTO INSTRUMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO ‘INVISÍVEIS’ DA NARRATIVA OFICIAL DO ESTADO-NAÇÃO

O Estado Moderno é teorizado tendo sua construção entre os séculos XVI-XVIII, caracterizado pela centralização do poder político e administrativo em um determinado território. Além dessa definição básica, têm-se teorizado sobre as forças coercitivas que atuaram nesse processo de centralização (TILLY, 1996), e sobre as construções narrativas que o sustentaram, que partem principalmente de movimentos nacionalistas (HOBSBAWM, 1990).



O nacionalismo, definido enquanto “um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente” (GELLNER, 1983 apud HOBBSBAWM, 1990, p. 18), organiza a percepção que temos hoje do que é, idealmente, um Estado-nação. O Estado, sendo considerado o principal objeto das Relações Internacionais pelas perspectivas clássicas, é marcado por uma ideia de pertencimento (a nação) que teoriza que a população de determinado território tem interesses comuns e, portanto, deve ter um governo comum. É um movimento ideológico que surge na modernidade, na realidade europeia, organizado em torno de uma concepção de sujeito sociológico - onde a noção de “eu” está diretamente relacionada com a sociedade onde o sujeito se encontra (HALL, 2002).

Todavia, têm-se debatido os critérios possíveis de serem considerados para a criação de nações. Seria uma linguagem, uma etnia, um território, um processo histórico e traços culturais comuns facilmente identificáveis? Hobsbawn (1990) percebe que esses são critérios imprecisos e de difícil ordenação, a ideia de nação que parte desses supostos critérios acaba por ser uma “propaganda”, uma narrativa que é dificilmente encontrada de fato em análises empíricas. Ainda que a ideia de nação seja amplamente difundida no Sistema de Estados no século XX e início do século XXI, a concepção de nação é historicamente situada e relativamente recente, e se relaciona diretamente com a questão territorial do Estado moderno. Além disso, o nacionalismo se estabelece a partir de uma suposta narrativa de processo inevitável de desenvolvimento da sociedade que vai culminar no modelo ideal de Estado-Nação moderno, que relaciona essa organização política com processos tecnológicos (HOBBSBAWM, 1990) e institui uma ‘promessa de modernidade’ (MIGNOLO, 2005).

Na prática, a ideologia nacionalista têm dificuldades de unificar e homogeneizar um povo para além do processo discursivo (HALL, 2002), e a ideia de que há uma “consciência nacional” comum geralmente enfrenta resistência de grupos específicos internos. Por isso, a identificação nacional se localiza no tempo e no espaço, e “é sempre combinada com identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras” (HOBBSBAWM, 1990, p. 20).

No empenho de organizar uma ‘nação’ homogênea para um governo central, outros processos de identificação internos são construídos e invisibilizados. Além do estabelecimento de classes sociais, realiza-se o processo de definir papéis específicos para ‘homens’ e

‘mulheres’ dentro da construção estatal e da atuação da sociedade civil (PATEMAN, 1989; PETERSON, 1992). Paralelamente, a retórica nacionalista se alinhou frequentemente com retóricas racistas ao longo da história, principalmente no século XIX (HOBSBAWM, 1990). Dessa forma, esses processos identitários também se tornaram características centrais para a construção do Estado-nação.

A ‘população’ que surge do Estado nacional pode ser vista como uma “etnicidade fictícia” que permite que a nação seja construída a partir do sentimento de unidade. Os processos históricos de formação populacional se naturalizam a partir dessa etnicidade fictícia, produzida principalmente pela ‘raça’ e pela linguagem (BALIBAR, 1991). Ambos esses processos - de racialização e de imposição da linguagem - também são operados enquanto principais estratégias colonizadoras dos territórios não europeus.

A categoria de ‘raça’, dessa forma, está intrinsecamente relacionada com a tentativa de homogeneizar um povo a partir dessa suposta etnicidade comum, uma vez que as diferenças fenotípicas foram utilizadas para estabelecer classificações sociais e, a partir disso, diferenciação. Não sendo uma característica comprovada biologicamente ou natural à humanidade, ‘raça’ se torna uma categoria existente no processo discursivo e simbólico (QUIJANO, 2005; HALL, 2002).

Desta forma, como afirma Balibar (2021) a identidade racial-cultural dos “verdadeiros nacionais” permanece invisível, mas é deduzida (e assegurada) ao contrário da suposta visibilidade quase alucinatória, dos “falsos nacionais”: judeus, metecos, imigrantes, indianos, povos originários, negros...” (p. 103). Esse processo demonstra que o nacionalismo é uniformizador, racionalizador e cultiva os fetiches de uma identidade nacional que o acompanha desde suas origens, identidade que deveria ser conservada contra qualquer disseminação (BALIBAR, 2021, p. 95).

Por conseguinte, a narrativa de "um único povo" utiliza-se da etnia enquanto 'mito' para construir um sentimento de pertencimento na modernidade: "A Europa Ocidental não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. As nações modernas são, todas, híbridas culturais." (HALL, 2002).

Assim, como complementa Balibar (2021), mesmo que o racismo não seja visível da mesma maneira em todos os nacionalismos ou em todos os momentos da história, ele sempre



representa, no entanto, uma tendência necessária à sua constituição. Essa imbricação remete às circunstâncias nas quais os Estados-nações, estabelecidos em territórios historicamente contestados, se esforçaram para controlar os movimentos de população e para a própria produção do “povo” como comunidade política superior às divisões de classes (BALIBAR, 2021, p.88). Nesta intrínseca relação entre racismo e nacionalismo, no entanto, o “racismo evita ser reconhecido como tal, porque é capaz de alinhar "raça" com nacionalidade, patriotismo e nacionalismo” (GILROY, 1992, p. 87).

Diante disso, segundo Lugones (2008), a universalização e imposição do modelo de Estado europeu é o legado da colonização que ainda domina, a partir da qual a exclusão das mulheres da esfera pública colonial foi exportada e as categorizou como incapazes de realizar papéis de gestão, liderança e tomada de decisão. Portanto, esse Estado colonial também é patriarcal e foi a causa de grande parte a subordinação das mulheres, o que representou um processo de subordinação dual para as mulheres negras, as quais enfrentaram - e ainda enfrentam - inferiorização racial e de gênero.

O que ocorre, de fato, é que o Estado moderno, desde a sua formação, age como o principal organizador centralizado do poder de gênero, trabalhando em parte por meio da manipulação das esferas pública e privada. Desta forma, o Estado nasce a partir de um modelo idealizado de masculinidade hegemônica com fundamentos patriarcais (TRUE, 1996; PETERSON, 1992). E, tendo o direito exclusivo e o controle social de delimitar o que é legítimo ou não, o Estado muitas vezes legitima a violência contra as mulheres, uma vez que entende que a não intervenção na “esfera privada” (PATEMAN, 1989; PETERSON, 1992). As estruturas de poder existentes, institucionalizadas na divisão entre as esferas pública e privada e o que é considerado "importante", evita que sujeitos marginalizados (como as mulheres) sejam ouvidos (ENLOE, 2004).

Desse modo, é consenso entre as teóricas feministas que o próprio Estado é construído sobre preceitos de gênero. A construção histórica do Estado, sobre a qual se baseia o modelo do ator unitário na teoria internacional, representa um modelo generificado e masculino (TICKNER, 2001, p.54). Para compreender as dinâmicas de poder atuais é necessário, como argumenta Peterson (2018) produzir uma genealogia da formação do Estado inicial e sua institucionalização de hierarquias interativas (homem-mulher, por exemplo) para expor que a



criação do Estado moderno e sua naturalização de hierarquias semelhantes foram profundamente moldadas pela história. Somente desta forma é possível demonstrar como as primeiras centralizações do poder político normalizaram formas de identificar, pensar e agir, com implicações para a compreensão das relações de poder da produção de conhecimento moderna, exploração capitalista e instituições imperialistas - heteropatriarcais e racistas (Ibid, p.5). Em outras palavras, isso significa dizer que, apesar das dinâmicas do sistema internacional e do próprio Estado terem se alterado ao longo dos séculos, essas organizações políticas ainda carregam raízes de generificação e racialização que influenciam o seu modo de agir, não somente no âmbito nacional, mas também internacional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio se propôs a discutir em que medida os processos identitários fazem parte, como elementos centrais, do Estado-nação moderno, desde a sua formação. Ao longo deste ensaio, tentou-se demonstrar como o Estado-nação se utiliza de uma perspectiva essencializadora de identidade que, instrumentalizada pelo nacionalismo, e através de processos de racialização e generificação, omitem processos identitários complexos que formam o seu tecido social. Assim como Marcon e Ennes (2014), a nossa perspectiva é crítica quanto aos usos essencializadores e naturalizados do termo identidade, principalmente no seu sentido estático. E, da mesma forma que os autores, buscamos analisar as ambiguidades e ambivalências dos processos sociais que criam e recriam formas de subordinação e hierarquização (MARCON E ENNES, 2014, p.277).

Os processos de exclusão aqui abordados reforçaram, historicamente, padrões de diferenciação que inferiorizam homens e mulheres atravessados por essas questões de raça e gênero, como se fizesse parte de sua natureza ser um indivíduo de segunda classe e incapaz de participar ativamente da vida pública. Ou seja, fica evidente a forma como a identidade enquanto essência sempre foi e continua sendo instrumentalizada em prol da manutenção de relações de poder hierárquicas, as quais têm gênero, raça, classe e localização específicas como fio condutor.

Através desse debate, buscamos ressaltar o quanto o conceito de identidade faz parte do cotidiano e das pesquisas de Relações Internacionais, apesar de raramente ser discutido de

forma aberta e consciente. Além disso, podemos notar o quanto o conceito de processos identitários pode auxiliar na problematização de questões de gênero e raça não só no âmbito dos Estados e dos estudos do nacionalismo, como em todos os estudos envolvendo essas dimensões. O conceito em si se torna imprescindível para que estejamos mais atentos para as formas como os Estados podem ser arbitrários na sua construção, discursos e políticas, nos fazendo crer que construções sociais não passam de condições naturais.

Palavras-chave: *Estado-nação; Identidade Nacional; Processos Identitários; Racialização; Gênero.*

REFERÊNCIAS

BALIBAR, Étienne. Racismo e Nacionalismo. In: BALIBAR, Étienne. WALLESTEIN, Immanuel. Raça, nação, classe: As identidades ambíguas. Boitempo, 1ª ed., 2021.

CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila. **Introduction: Power in a postcolonial world: Race, gender, and class in international relations.** Routledge, 2003.

ENLOE, Cynthia. Margins, Silences, and Bottom Rungs: How to Overcome the Underestimation of Power in the Study of International Relations. In : **The Curious Feminist: Searching for Women in a New Age of Empire.** Berkeley: University of California Press, 19–42, 2004.

GIDDENS, Anthony. **The Nation-State and Violence.** University of California Press, 1985.

GILROY, P. The end of anti-racism. In Donald. J. e Rattansi, A. (orgs.) "**Race ", Culture and Difference.** Londres: Sage, 1992.

HOBSON, John M. **The Eurocentric conception of world politics: Western international theory, 1760-2010.** Cambridge University Press, 2012.

MARCON, Frank; ENNES, Marcelo. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 274-305.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, p. 71-103, 2005.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, 9, 73-101, 2008.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina”. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latinoamericanas.** Buenos Aires: Colección Sur Sur/CLACSO, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.